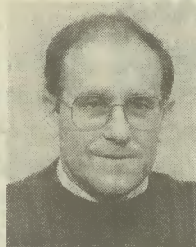


Contra a direita SIM às regiões



■ José Soeiro

Pág. 20

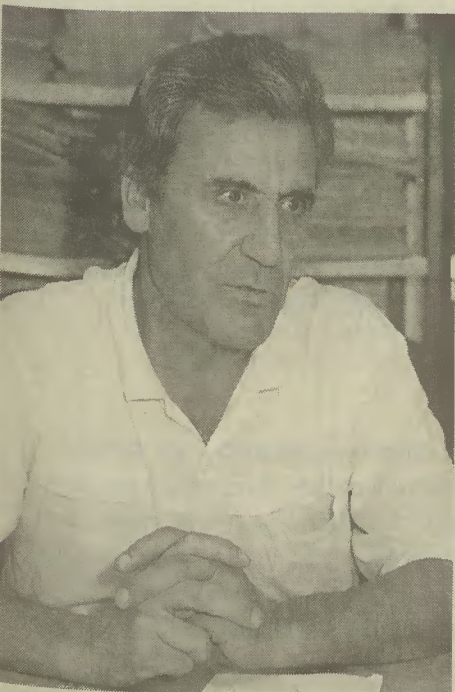
Chipre A Ilha de Afrodite ocupada pela Turquia

■ Lino de Carvalho

Pág. 23

TRABALHADORES

Jerónimo de Sousa: É possível derrotar pacote laboral do PS



Entrevista na pág. 7

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Setembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1294 • Director: José Casanova

PCP comenta aumento de pensões

NÃO SATISFAZ!

Ficaram de fora deste aumento extraordinário das pensões muitos e muitos milhares de portugueses que, apesar de uma vida de trabalho, se encontram numa situação de pobreza derivada do facto de auferirem uma pensão claramente insuficiente para assegurar um mínimo digno.

Págs. 5 e 6



Fausto Bertinotti ao «Avante!»

É preciso uma alternativa para a Europa

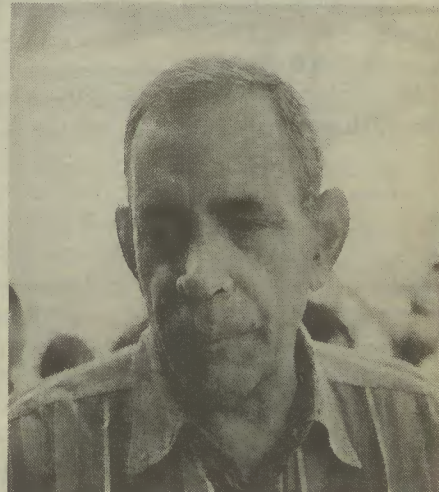
Pág. 14



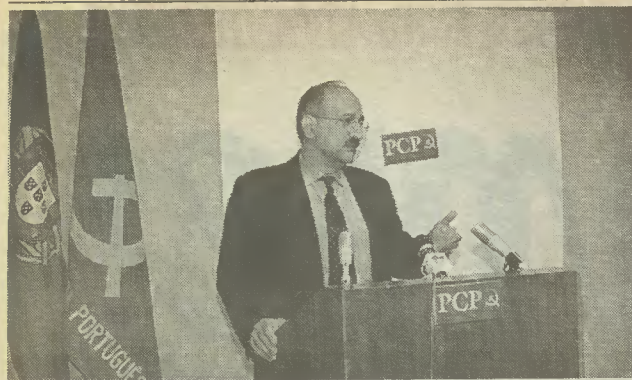
Solidariedade com Cuba

Se até agora conseguimos, vamos continuar a conseguir

Sérgio Corrieri,
do PC de Cuba



Centrais



O PCP considera insuficientes os aumentos das reformas anunciadas pelo Governo

RESUMO

9 Quarta-feira

«Chico Tchan», conhecido por ter utilizado um automóvel do Ministério do Planeamento destinado ao uso da secretária de Estado da Habitação, é assassinado ■ Em Espanha, o Supremo Tribunal emite ordem de prisão para dois dos principais condenados no caso GAL: José Barrionuevo e Rafael Vera, respectivamente antigos ministro e secretário de Estado do Interior ■ A Nato anuncia que concluiu os seus planos para uma eventual intervenção militar no Kosovo.

10 Quinta-feira

O PCP considera insuficiente o aumento extraordinário das pensões de invalidez e velhice do regime geral, anunciado pelo Governo ■ Centenas de estudantes timorenses manifestam-se em Díli, exigindo a libertação de Xanana Gusmão e dos outros presos políticos ■ A imprensa norte-americana revela que o relatório de Kenneth Starr inclui acusações de perjúrio, obstrução à Justiça e abuso de poder contra Bill Clinton, o que pode conduzir à sua destituição ■ O Reino Unido recusa-se a aplicar a decisão da UE de encerrar os aeroportos da União a aviões jugoslavos antes de Setembro de 1999.

11 Sexta-feira

Associações de estudantes do Ensino Superior de todo o país reúnem-se em Coimbra para decidir a estratégia a seguir contra a Lei de Financiamento ■ Na Rússia, Evgueni Primakov é aprovado pela Duma para assumir as funções de primeiro-ministro ■ Duas bombas explodem na Argélia, provocando quatro mortos e vários feridos, no dia em que o presidente Zéroual anuncia eleições presidenciais antecipadas a realizar antes de Fevereiro de 1999 ■ Um comando israelita mata dois chefes militares do Hamas.

12 Sábado

Iniciam-se as eleições legislativas e presidenciais na Bósnia-Herzegovina ■ No Chile, duas pessoas morrem em sequência de confrontos entre a polícia e manifestantes que assinalam com protestos o 25.º aniversário do golpe de Estado liderado por Pinochet ■ A Herri Batasuna e os partidos nacionalistas moderados bascos anun-

ciam a adopção de uma declaração conjunta que propõe uma solução negociada do conflito.

13 Domingo

Realizam-se eleições parciais na Baviera, Alemanha ■ Registam-se confrontos, na Albânia, entre a polícia e apoiantes da oposição ■ A Índia e o Bangladesh vivem as piores inundações dos últimos 50 anos ■ O filme de Gianni Amelio «Cosi Ridevano» recebe o Leão de Ouro no Festival de Cinema de Veneza.

14 Segunda-feira

António Guterres defende uma descida das taxas de juro na Europa e nos Estados Unidos para travar a fuga de capitais da América Latina e reagir à crise financeira internacional ■ O ministro da Educação promete que os livros escolares do 1.º ciclo do ensino básico serão gratuitos até ao ano 2000 ■ Jorge Sampaio inicia uma visita oficial à Polónia ■ Na Albânia, partidários do ex-presidente Sali Berisha ocupam a sede do Governo, o Parlamento e a televisão durante algumas horas ■ O novo parlamento semiautónomo do Ulster inicia as suas sessões.

15 Terça-feira

O líder do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, anuncia o provável «não» dos comunistas ao Orçamento de Estado para 1999 ■ Procuradoria Geral da República arquiva inquérito sobre utilização abusiva de um carro oficial atribuído à secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho ■ Em Ourique, grande aparato policial impede travessia da IP 1 a uma manifestação de agricultores ■ A União da Europa Ocidental realiza na Assembleia da República, em Lisboa, um colóquio sobre paz e segurança em África ■ O Conselho de Ministros albanês acusa Sali Berisha, líder do Partido Democrático, de tentativa de golpe de Estado, dando início a processos judiciais ■ Conselho de Segurança da ONU prolonga por mais um mês o mandato da Missão de Observação em Angola ■ Cimeira da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, realizada na Maurícia, condena comportamento do «criminoso de guerra» Jonas Savimbi e apoia movimento de renovação dentro da UNITA ■ James Gustave Speth, director do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), demite-se do cargo.

É Palavras e actos

na prática, nas acções, medidas e propostas concretas que se pode avaliar de uma política. E muito menos - embora se não retire importância às palavras de cada um - se apreciará a bondade de uma política, seja no governo seja na oposição, pelas profissões de fé, pelas declarações ou exclamações coladas como rótulos a iniciativas e a acções pelos seus próprios autores. Se avaliássemos a política do actual Governo pela opinião que dela têm os ministros e o seu chefe, poderíamos cair na tentação de pensar que nos encontramos face a um paraíso. Porém, mesmo não indo tão longe e tão fundo na análise das políticas sectoriais como o foi Carlos Carvalhas no discurso que marcou o encerramento da Festa do «Avante!», nem fazendo um balanço global do que tem sido, nos seus traços essenciais, a acção governativa de Guterres, bastará uma olhadela à rotina das últimas medidas - e também do que é anunciado como intenção para os dias que aí vêm - para desmentir a euforia com que o executivo do PS brinda os portugueses.

«Milagre!», terá exclamado António Guterres, em Miragaia, no Porto, ao inaugurar uma Escola Básica. E com um exemplo se pretende apagar as misérias várias e numerosas que por aí vão, País fora. Tão numerosas e vastas que a Fenprof promoveu ontem mesmo uma acção visando protestar contra «as péssimas condições de funcionamento das escolas do 1.º ciclo de ensino em Portugal, exigindo uma intervenção estruturada e eficaz do Governo neste sector do ensino». E nos outros sectores? A crer no ministro Marçal Grilo, «o Programa do Governo para a educação está basicamente cumprido». Bravas palavras para um governante cujo chefe declarava ser a educação a grande paixão do Governo. Para ele, o ano escolar abriu com êxito. Isto apesar dos tradicionais atrasos detectados por todo o lado, do aumento do preço dos livros e dos custos elevados do material escolar. Para não falar da questão das propinas do superior. Aí, a paixão governamental continua a manifestar a tendência para tornar o ensino um negócio em que perdem alunos e pais.

Na área da Saúde, entretanto, a simpática ministra que já deixou transpirar a sua vontade de não voltar a estas lides se for caso disso, viu a sua imagem de «sócia benemérita» da Real Sociedade de Beneficência do Rio de Janeiro bastante desfigurada em Portugal, com mais três encerramentos de estabelecimentos hospitalares no Alentejo. Aljustrel, Almodôvar e Ourique ficam privados dos serviços permanentes dos seus centros de saúde, concentrados em Castro Verde. A ministra pode ser «benemérita», mas sê-lo-á a milhares de quilómetros da sua terra.

Não deixaríamos de registar os avanços e os factos positivos, se os houver e quando os houver. Mas também

as insuficiências de tais avanços quando raramente se verificam. É o caso do aumento de pensões anunciado há dias para Outubro. Conforme o «Avante!» destaca hoje, tal anúncio foi desde logo registado pelo PCP, cuja Comissão Política do CC, comentando, chamou a atenção para o carácter manifestamente insatisfatório que esse aumento reveste, deixando ficar de fora «muitos e muitos milhares de portugueses que, apesar de uma vida de trabalho, se encontram numa situação de pobreza derivada do facto de auferirem uma pensão claramente insuficiente para assegurar um mínimo digno».

Estas recentes actuações governativas a que hoje fazemos referência bastariam para, em apenas uma semana, traçar um esboço negativo do que é a política do Partido Socialista no Governo, uma política no essencial identificada com os propósitos da direita e encoberta muitas vezes pela retórica do «social» e pela demagogia da palavra. O executivo de Guterres prepara-se entretanto para piores iniciativas. Já afirmou a intenção de, mais uma vez, não ir além da inflação nos aumentos dos salários da função pública, declarando não ter «margem de manobra» para mais. Certamente que a «margem de manobra», num País onde se tem verificado crescimento e aumento da produtividade, vai direita aos bolsos do grande patronato.

Outra das intenções governamentais é a de fazer aprovar - contando com os votos dos seus «opponentes» da direita - um pacote laboral contendo propostas que «visam abalar alguns dos principais pilares do direito ao trabalho». São mais de 30 diplomas, «seis ou sete dos quais», como sublinha Jerónimo de Sousa em entrevista ao nosso jornal, «alterariam de uma forma muito gravosa o edifício jurídico-laboral e atingiriam duramente os direitos dos trabalhadores».

Bastará uma olhadela à rotina das últimas medidas - e também do que é anunciado como intenção para os dias que aí vêm - para desmentir a euforia com que o executivo do PS brinda os portugueses.

Estas acções concretas e intenções reais merecem a oposição combativa dos comunistas e de todos os que são atingidos por elas - trabalhadores, jovens, reformados, populações. E, como alertou Carlos Carvalhas no discurso da Festa, «é muito importante que ninguém se deixe iludir nem tire conclusões erradas pelo facto de, na campanha do referendo da regionalização, o PCP e o PS coincidirem na defesa do «sim».

Não se irá assistir a uma espécie de período de tréguas.

«A verdade é que», sublinhou então o secretário-geral do PCP, «essa circunstância é um brevíssimo parêntesis de 12 dias em três anos que, pela opção do Governo pela política neoliberal, nos mostraram os constantes entendimentos, acordos e convergências entre o PS, o PSD e o PP em quase todas as matérias e opções políticas mais importantes, assumindo o PCP o papel de oposição de esquerda, de oposição verdadeiramente consequente, de grande protagonista de uma política alternativa ao «bloco central» alargado ao PP.»

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1150 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1150 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial de Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1150 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1150 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Vão passear!

Como se não bastassem as inflamadas «críticas» de Guterres aos «países ricos» e as suas santas palavras sobre a necessidade de colocar limites à «globalização» e as vezes que, por esse mundo fora, de repente descobriram a importância da intervenção dos Estados na vida económica (talvez para salvar bancos privados à beira da falência), veio também Vítor Constâncio educar-nos, em artigo da «Visão» sobre «as três derrotas neoliberais» que emergiriam das crises asiática e russa.

Por esse artigo, ficámos afinal a saber que «só ideólogos ingénios ou experientes grupos de interesses puderam acreditar numa experiência de liberalização desregrada como a que se viveu na Rússia». Ficámos a saber que afinal em defesa da liberalização de capitais nos andaram a impingir uma enxurrada de tretas e que um economista de Harvard até já mostrou que «os 23 países que liberalizaram os movimentos de capitais desde 1973 não tiveram mais crescimento ou menos inflação que a generalidade dos restantes». Ficámos a saber que afinal os controlos de capitais não são aquela coisa

perversa, odiosa e retrógrada que durante tanto tempo nos ensinaram tantos governantes, catedráticos e outros ajudantes dos senhores do dinheiro.

Mas, olhando todos estes sobressaltos e «descobertas», o que nos fica é sobretudo a sensação de que, em tempo de desregulação universal, também se desregularam as culpas, as responsabilidades e as complicitades porque, pelos vistos, todo este trágico e dementado curso do capitalismo no final do século terá sido afinal obra do acaso e azar do destino.

Adaptando uma piada que aqui debitámos há muito tempo (quem se plagia a si próprio deve ter cem anos de perdão), é caso para dizer que pouco deve faltar para que alguns críticos de fresca data do «neoliberalismo» e alguns neófitos das reservas à «globalização» nos venham surpreender a todos com impressionantes revelações.

De facto, por este andar e dentro de pouco tempo, talvez nos venham dizer que, de facto, até apoiaram a liberalização de capitais mas era porque estavam convencidos que o assun-

to era a liberdade de cada país poder ter mais de uma capital. Que, de facto, apoiaram Maastricht mas estavam convencidos que era uma nova pastilha elástica holandesa. Que, de facto, apoiaram a moeda única mas estavam convencidos que era um novo produto das colecções Philae. Que, de facto, não piaram com o «Uruguay Round» e com a criação da O.M.C porque estavam convencidos que o primeiro era uma espécie de «Camel Trophy» e que a segunda era qualquer coisa ligada à futura colonização de Marte. Que, de facto, nunca contestaram o FMI, a OCDE e o BERD mas isso foi porque estavam convencidos que se tratava de siglas respeitantes a organizações humanitárias impulsionadas pela falecida Madre Teresa de Calcutá.

Uma pessoa escreve estas linhas irónicas e logo se arrepende, afogado pelo remorso. É que, entre as culpas e responsabilidades reais e este momento de sacudir a água do capote e compor uma imagem de distanciamento e de crítica, medeia o inenarrável sofrimento friamente causado a milhões de seres humanos. Vão passear!

■ Vítor Dias

O barco do amor

Jacques Delors veio a Lisboa apresentar António Guterres como um «Europeu de futuro» e o «novo rosto do socialismo democrático».

Fê-lo em ambiente requintado e perante plateia adequada. Os participantes no modesto e austero cruzeiro à volta da Europa, insuspeitos partidários confessos e entusiastas das causas socialistas, não pouparam aplausos, rendidos e enlevados perante tão rasgado elogio às virtudes «socialistas» de Guterres.

É caso para se dizer que os favores pagam-se sempre. Nada melhor do que uma boa dose de palavras simpáticas para retribuir a política de rendição dos interesses nacionais face aos objectivos estratégicos da construção europeia que o governo vem subordinadamente a prosseguir.

Incomoda todos quantos têm o interesse nacional e a defesa da nossa soberania como valores a preservar, ouvir Jacques Santer, e os poderosos interesses económicos que representa, apresentar Portugal como «um muito bom aluno da classe europeia». Mas o que choca verdadeiramente é ouvir da boca do primeiro-ministro a crítica aos que em Portugal e noutros países ousam fazer falar mais alto os interesses nacionais.

Retém-se a declarada confissão de que ao Euro, apresentado como o maior dos maiores desafios, tudo se deve subordinar incluindo,

claro está, essa coisa de menor importância que dá pelo nome de defesa do interesse nacional.

Assim, melhor se percebe a cega fuga para a frente do Governo do PS para incorporar o chamado núcleo duro da moeda única, ainda que, com tal postura, Portugal, a sua economia e o seu tecido produtivo saiam fragilizados e prejudicados.

Pouco importa se o País está ou não preparado para aderir ao Euro, se preparámos ou não a entrada na moeda única ou se a perda de soberania em matéria de política cambial põe em risco a soberania nacional. Mesmo que estes avisos e prevenções reiteradamente afirmados pelo PCP sejam corroborados por personalidades tão insuspeitas como João Salgueiro ou João Ferreira do Amaral.

O que para Guterres verdadeiramente importa é dar prosseguimento às políticas neoliberais de promoção dos interesses do grande capital transnacional, crescentemente alimentado e engordado à custa dos direitos dos trabalhadores e na acentuação das desigualdades sociais. Em suma, desempenhar disciplinadamente o papel atribuído pelo grande capital aos partidos e governos socialistas na eficiência posta na defesa dos seus interesses. Sujeito naturalmente a enaltecimento público feito, com muito amor, a bordo de um qualquer cruzeiro...

■ Jorge Cordeiro

CHILE 25 anos

A 11 de Setembro de 1973, o imperialismo norte-americano e a oligarquia chilena puseram fim, pela força das armas, ao regime democrático chileno.

Tês anos antes, uma ampla coligação de comunistas, socialistas e outros partidos progressistas e democráticos - a Unidade Popular - havia vencido as eleições presidenciais. A eleição do Presidente Allende e a formação do Governo Popular deram início a um processo de transformação revolucionária da sociedade chilena, de acordo com o programa anti-imperialista, antimonoplista e antilatifundiário votado pelos eleitores. Durante mil dias, milhões de trabalhadores chilenos participaram intensamente na transformação das suas vidas, num quadro de legalidade constitucional e de respeito pelas instituições democráticas. Mas desde logo ficou claro que, para o imperialismo e o grande capital nacional, legalidade, constitucionalidade e regime democrático apenas seriam respeitados enquanto garantissem algo de muito mais importante: os seus lucros e o seu poder. Ainda Salvador Allende não havia tomado posse e já a CIA e o governo norte-americano - em colaboração directa com transnacionais americanas - organizavam o assassinato do Comandante-Chefe do Exército. Numerosos outros actos de violência e tentativas de golpe se seguiram. Foi no Chile que, pela primeira vez, o imperialismo ensaiou a estratégia da «desestabilização», isto é, a utilização do seu poder económico, financeiro, político e militar para paralisar a economia e a vida dum país, procurando minar o apoio popular a processos de transformação social e económica que ponham em causa a sua dominação. Apesar disso, a Unidade Popular manteve e ampliou a sua base eleitoral. O imperialismo norte-americano e a reacção chilena - com o apoio activo de grande parte da Democracia Cristã - optaram então pela solução final: o golpe de Estado. O golpe de Pinochet foi brutal. Dezenas de milhar de chilenos - incluindo o próprio Presidente Allende - foram mortos ou desapareceram. Centenas de milhar foram presos, torturados ou exilados. O Parlamento foi dissolvido, o Palácio Presidencial destruído a tiros de canhão e bombas da aviação, os partidos políticos proibidos.

Passaram 25 anos. A imagem que se procura dar hoje do Chile é uma imagem de «economia de sucesso», resultante da opção pelo neoliberalismo, e de democracia restabelecida. Ambas são imagens de conveniência. Os grandes «êxitos económicos» assentam na miséria de milhões de chilenos. E a «abertura», que se seguiu à inesperada derrota que Pinochet averbou quando convocou um plebiscito em 1988, gerou uma democracia tutelada pela sempre presente figura do ditador e assassino, que lhe impõe os limites e o quadro em que será tolerada. Facto que ficou bem patente na repressão que se abateu sobre as manifestações em que, no passado dia 11, milhares de chilenos protestavam contra o golpe de 1973, e que se saldaram por dois manifestantes mortos e numerosos feridos e presos. Mas esta imagem de «sucesso», promovida pela comunicação social internacional, não é ingénua. Visa legitimar o golpe e aqueles que conduziram essa traição. E tranquilizar consciências perturbadas, com a ideia que, afinal, a destruição da democracia e o assassinato de milhares de pessoas não passaria dum episódio desagradável, mas quicá necessário, e seguramente de final feliz... pois a ocidental economia de mercado reina triunfante de novo no Chile.

A lição primeira da tragédia chilena é uma velha lição da História, que mantém toda a sua actualidade. E essa lição é que nas «democracias ocidentais de economia de mercado», a democracia tem um papel subalterno. Enquanto servir para legitimar, perpetuar e dar estabilidade à dominação de classe, as classes dominantes apresentam-se como suas defensoras. Mas se os mil e um mecanismos de condicionamento da democracia - através do dinheiro, das velhas e novas ideologias dominantes, do controlo dos grandes meios de comunicação social, das velhas e novas culturas de submissão, alienação e apatia, da repressão aberta ou encoberta - fracassarem, e se os povos optarem por utilizar um regime democrático como alavanca de libertação social, então as classes dominantes e o imperialismo estão na disposição de destruir a democracia. Porque em primeiro lugar está o seu poder e a sua riqueza. É uma lição que importa não esquecer.

■ Jorge Cadima

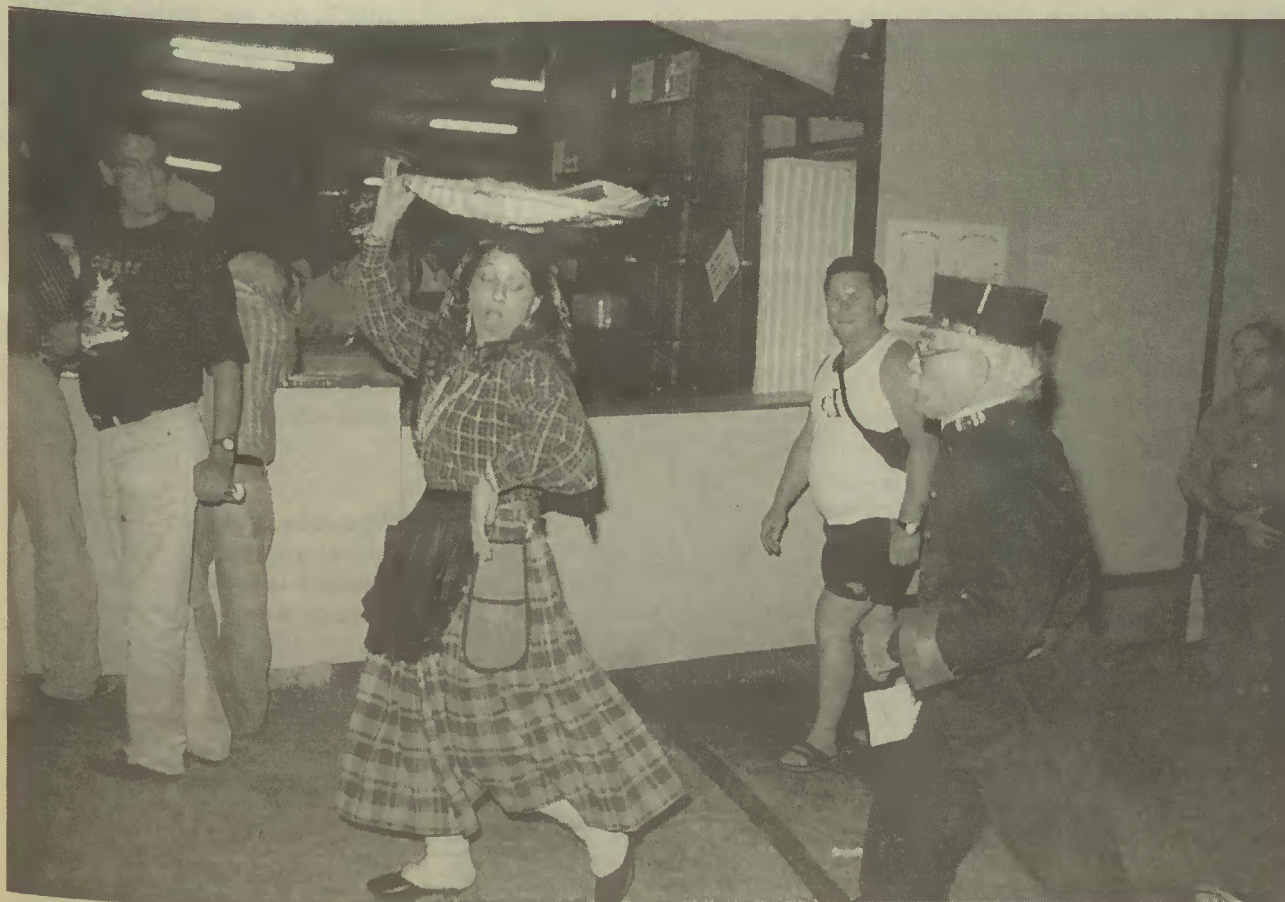
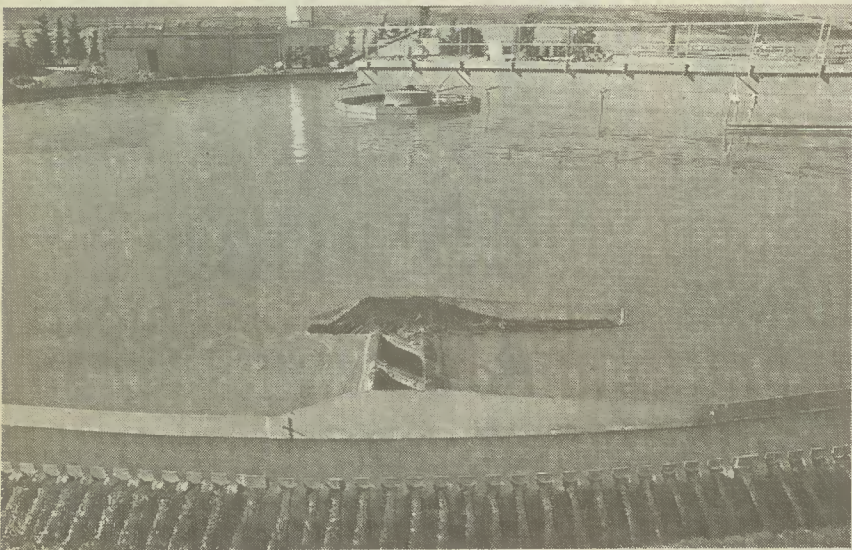


Foto: Carlos Nabais

SEMANA



Sector do Ambiente menosprezado em Portugal

Segundo estimativas sobre o «emprego verde» em Portugal (trabalho genericamente relacionado com a preservação do Ambiente), o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou esta semana estimativas onde se conclui que o sector do Ambiente emprega em Portugal apenas 83 mil pessoas, incluindo 43 mil bombeiros e, neste pequeníssimo contingente, apenas 8% da mão-de-obra está no sector privado, o que coloca o Estado como, praticamente, o único interveniente neste sector. Comparando a situação no nosso país com o que se vive no resto da Comunidade, verifica-se (por dados da Eurostat) que existem entre 20 mil e 30 mil empresas «verdes» na União Europeia, proporcionando um milhão de empregos directos e abrangendo um volume global de 3,5

milhões de trabalhadores, calculando-se que os diversos negócios do sector do Ambiente representam 18 mil milhões de contos a nível da Comunidade, o equivalente ao PIB português. Nesta comparação, as actividades ligadas ao Ambiente e o decorrente volume de emprego são, em Portugal, muito baixos e, no quadro do sector privado, são factualmente insignificantes, ocupando o sector privado nacional destas actividades menos de 0,2% da mão-de-obra europeia das empresas congéneres, o que, segundo o INE, pode ser explicado pelo facto de as empresas privadas nacionais «terem dificuldade» em incorporar o conceito de eficiência, que permite poupar matérias-primas e energia através da introdução de tecnologias e métodos de trabalho menos poluentes.

Definido «grupo de observadores» no conflito da Guiné-Bissau

Segundo a Lusa, em reunião dos chefes de Estado-Maior-General e peritos militares dos mediadores do conflito na Guiné-Bissau chegou-se esta semana a acordo sobre o grupo de observadores de cessar-fogo, ficando estabelecido que os seus efectivos terão cerca de 150 elementos da CPLP e da CEDEAO, tendo ficado também acordados os aspectos técnicos e logísticos e as modalidades da sua actuação no terreno, ficando por definir a questão de quem deterá o comando. Mais controverso foi o segundo ponto da agenda da reunião, relativo à constituição

da força de interposição, onde a CPLP defende a criação de uma força que dê prioridade a um acordo de paz definitivo entre o Governo de Nino Vieira e a Junta Militar, enquanto a CEDEAO, e em particular o Senegal, insiste no enquadramento regional do conflito, o que travou, mais uma vez, a calendarização para a retirada das tropas senegalesas e da Guiné-Conacri que invadiram o território guineense a pedido e em apoio de Nino Vieira, ficando essa calendarização remetida para posteriores negociações entre os negociadores políticos.



Jorge Sampaio visita Polónia

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deslocou-se esta semana em visita oficial de quatro dias à Polónia, onde estabeleceu contactos políticos ao mais alto nível, nomeadamente com o seu homólogo, Aleksander Kwasniewski, com o primeiro-ministro, Jerzy Buzek, com os presidentes das duas câmaras do Parlamento polaco -

a Dieta e o Senado - e com representantes dos partidos políticos do país. Na sua viagem oficial, o Presidente português visitou vários locais da Polónia, com relevo para a deslocação que fez aos campos de extermínio nazi de Auschwitz e Birkenau e aos estaleiros de Gdansk. Acompanhou a comitiva presidencial portuguesa uma

numerosa representação empresarial ao mais alto nível, integrando dirigentes de várias associações patronais e empresariais portuguesas, a par de uma comitiva, organizada pelo Ministério da Economia, de 65 empresários portugueses em representação de vários sectores - da distribuição às obras públicas, da banca aos têxteis.

Novos ataques da UNITA

Militares da UNITA, apoiados por rebeldes banyamulengues congolezes, tomaram de assalto a localidade de Maquela do Zombo, na província do Uíge, utilizando «cinco viaturas equipadas com artilharia de longo alcance, para além de outro material como armas de tipo RPG-7 e obuses de 160 milímetros», segundo afirmou ao *Jornal de Angola* o vice-governador do Uíge para a Defesa, Fernando José Canga, acrescentando que as forças policiais estacionadas na localidade foram forçadas a retirar-se para a comuna de Kuimba, na província angolana do Zaire, enquanto os agressores de Savimbi progridem em direcção à sede municipal da Damba,

170 quilómetros a Norte da capital do Uíge. Na decorrência desta nova agressão de Savimbi ao processo de paz registou-se mais uma dissensão na UNITA, com Aurélio João Evangelista, vice-ministro da Comunicação Social, a anunciar em Luanda a sua saída da UNITA, afirmando que «em defesa da paz e da fraternidade, cesso a partir desta data toda e qualquer actividade político-partidária e, consequentemente, abandono a UNITA e esta decisão é irrevogável», acrescentando que o Governo angolano deve «continuar os seus esforços em busca da paz».

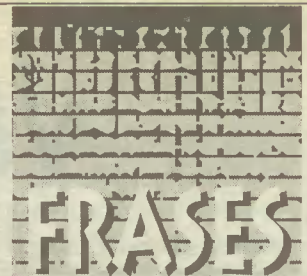
Acordo com o Brasil sobre questões de Saúde

Foi assinado esta semana em S. Paulo, no Palácio do Governo, um acordo de colaboração para a Saúde entre Portugal e o Brasil, tendo por signatários os respectivos ministros da tutela, a portuguesa Maria de Belém e o brasileiro José Serra. O acordo terá a duração de três anos e prevê a colaboração em três áreas específicas, definidas pelo governo brasileiro: cuidados primários, gestão e reorganização dos serviços e doenças emergentes e reemergentes. Em Novembro próximo irão começar as reuniões de trabalho entre técnicos de ambos os ministérios para definir a forma como vai ser concretizado o acordo, onde se prevê a confrontação de sis-

temas de Saúde em vigor nos dois países. Outro aspecto previsto no acordo é a formação profissional, que se poderá traduzir na deslocação de técnicos brasileiros a Portugal para realizarem pós-graduação. A assinatura deste acordo

sofreu algumas vicissitudes de última hora devidas à dificuldade em se encontrar um «buraco» disponível na agenda do ministro da Saúde brasileiro para se encontrar com a sua homóloga portuguesa. O ministro José Serra anda actualmen-

te numa roda-viva devido a um brutal corte orçamental de mil milhões de reais imposto recentemente no sector da Saúde pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, numa altura em que as eleições estão à porta.



«Vários partidos do espectro político vêm, desde há anos, organizando a sua sessão de fim de férias em termos paupérrimos. Mostram um total desca-so por tudo o que não seja a mensagem do respectivo leder.»

(Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 09.09.98)

«(Na Festa do Avante!) a política não surge desgarrada de toda uma série de atracções populares de interesse real e muito menos de um conjunto de manifestações culturais que importam correntemente à vida de uma sociedade.»

(idem)

«O acontecimento deveria fazer-nos meditar sobre a inteligência, a militância e a capacidade dos outros partidos para realizar festas semelhantes. Se eles já se imitam uns aos outros, não perderiam casamento fazendo festas anuais interclassistas e adaptando livremente o modelo do PCP, mesmo que dependessem das câmaras para algum apoio logístico.»

(idem)

«O Orçamento de Estado será orientado pelo cumprimento do Pacto de Estabilidade. Por isso, dificilmente o nosso voto pode ser outro que o «não».»

(Octávio Teixeira, citado em «Diário de Notícias», 16.09.98)

«Não estamos preocupados em ultrapassar os limites do Pacto de Estabilidade. O PSD, que por certo não quer crises políticas, é que vai ter essa preocupação...»

(idem)

«Daqui até às eleições é pouco provável que o Governo faça algo de muito acertado ou algo de muito errado, porque fará, certamente, o menos possível.»

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 07.09.98)

«A prioridade da bancada do PS é garantir apoio às iniciativas do Governo.»

(Francisco Assis, chefe do grupo parlamentar do PS - «Independente», 11.09.98)

«É com alguma frustração e preocupação que nós, socialistas portugueses, olhamos o actual estado da Nação. Nós próprios não estamos isentos de culpas.»

(António Guterres - «24 Horas», 10.09.98)

«Programa do Governo para a educação está basicamente cumprido.»

(Marçal Grilo, Ministro da Educação - «Público», 14.09.98)

«A bolsa lembra Bill Clinton: depois de ereções impróprias, não há quem a ponha de pé. Tudo lhe é hostil.»

(João Carreira Bom - «Diário de Notícias», 13.09.98)

«Quando se trata de discutir esse incrível negócio do financiamento público à criação do Sport TV, a mentira é a palavra de ordem.»

(João Querido Manha - «Record», 13.09.98)

«A vertigem da censura prévia pode acabar por conduzir à perda do futebol também.»

(idem)

«TV Cabo ontem sem Rai Uno... para impor SPORT TV no Sporting-Bolonha?»

(Manchete - «A Bola», 16.09.98)

PCP comenta aumento de pensões

Um avanço manifestamente insatisfatório

O aumento de pensões anunciado pelo governo, dia 10 de Setembro, foi motivo de comentário do PCP. Em declaração à imprensa, que aqui reproduzimos na íntegra, Edgar Correia, da Comissão Política, sublinha a justeza e importância da luta desenvolvida pelos comunistas nesta área.

As medidas anunciadas pelo Governo em relação às pensões confirmam a justeza da reclamação avançada pelo PCP desde Abril do ano passado e reafirmado no debate do Estado da Nação na Assembleia da República e na Festa do "Avante!" no sentido da atribuição de um aumento extraordinário de 3 mil escudos por mês a todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional, e a existência de recursos do próprio sistema da Segurança Social – tal como repetidamente sublinhámos – para poder ser iniciado o combate ao flagelo das pensões mais degradadas.

Confirmam também que vale a pena reclamar, insistir, lutar – como fez o PCP e as organizações sindicais e dos reformados – para que um dos mais graves problemas sociais que atingem a sociedade portuguesa não permanecesse sem qualquer resposta, apesar dela ser possível, como as medidas agora anunciadas pelo Governo acabam, embora tardiamente, por melhorar.

O PCP considera que estas medidas representam um avanço, embora manifestamente insatisfatório.

Avanço porque se trata de um aumento extraordinário de pensões, tal como reclamámos e o Governo repetidamente afirmou não poder realizar, e pela técnica de cálculo utilizada e que justamente privilegia a carreira contributiva dos beneficiários.

Manifestamente insatisfatório porque, ao contrário da proposta do PCP, sendo o universo dos reformados e pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo nacional da ordem dos 2,2 milhões (regime geral e regime não contributivo), o aumento extraordinário anunciado pelo Governo apenas abrange uma fracção – cerca de 300 mil – dos pensionistas pertencentes ao regime geral e com 15 ou mais anos de contribuição e ainda por cima de forma faseada.

Sem querer desvalorizar o significado das medidas agora anunciadas, o PCP sublinha que



ficaram de fora deste aumento extraordinário das pensões muitos e muitos milhares de portugueses que, apesar de uma vida de trabalho, se encontram numa situação de pobreza derivada do facto de auferirem uma pensão claramente insuficiente para assegurar um mínimo digno.

É neste quadro e contexto que o PCP torna público que irá prosseguir a sua luta para que seja dada efectiva resposta social à questão de todos os que

continuam a auferir pensões degradadas.

E que anuncia que a sua reclamação de aumento geral extraordinário de 3 contos para as pensões inferiores ao salário mínimo nacional irá dar lugar a novas propostas, que não incluirão obviamente os pensionistas que devido à sua longa carreira contributiva atinjam agora esse valor, mas que insistirão na melhoria efectiva das pensões dos que não foram agora abrangidos.

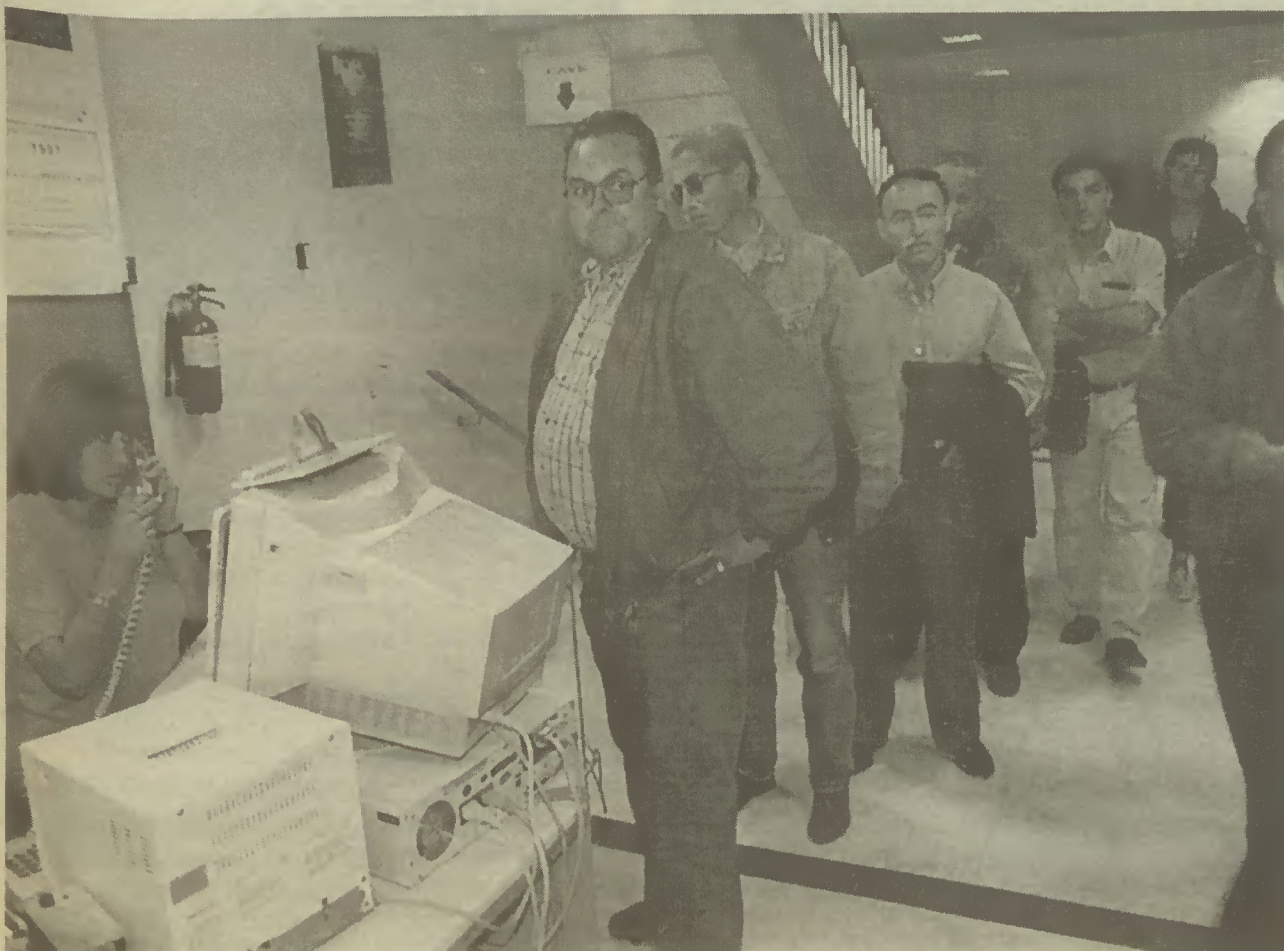
Os pobres que paguem a crise

Profundas e crescentes desigualdades, num mundo em que os padrões de consumo põem em causa o próprio equilíbrio ambiental, surgem como preocupação fundamental no relatório sobre o desenvolvimento humano de 1998, agora divulgado pelas Nações Unidas. É um modelo de desenvolvimento que está em questão. Neste quadro, Portugal encontra-se em 33.º lugar. Alfabetização e taxa de escolaridade líquida no secundário estão entre os problemas a referir. Dados a que haverá que somar os divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, na sua publicação quinquenal *Portugal Social*.

As 225 pessoas mais ricas do mundo detêm uma riqueza conjunta de 1 bilião de dólares, o equivalente ao rendimento anual dos 47 por cento mais pobres da população mundial, 2500 milhões de pessoas.

Menos de 4 por cento da riqueza conjunta dessas 225 pessoas, ou seja, cerca de 40.000 milhões de dólares, corresponde ao montante actual necessário para garantir acesso universal à educação e serviços de saúde básicos para todos, cuidados de saúde reprodutiva para todas as mulheres, alimentação adequada, água potável e saneamento.

São dados impressionantes, testemunho da brutal clivagem que separa um punhado de ricos de uma imensa mancha de pobreza. Mancha que tem contornos geográficos, separando países industrializados de todos os outros, mas que atravessa igualmente as sociedades industrializadas, minadas pela realidade bem concreta da pobreza, do desemprego e de um número crescente de sem-abrigo. As nações mais ricas do mundo têm mais de 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do limiar da pobreza.



PCP comenta aumento de pensões

Os pobres que paguem a crise

Dados que entretanto reflectem apenas uma das faces da desigualdade. É que, se "uma criança nascida no mundo industrializado contribui mais para o consumo e a poluição, ao longo da sua vida, do que 30 a 50 crianças nascidas nos países em desenvolvimento", é neste países em vias de desenvolvimento que se paga a grande factura do caminho que o desenvolvimento tem vindo a seguir.

São os países em desenvolvimento que mais sofrem o impacto ambiental do crescimento do consumo, quer por falta de mecanismos de protecção quer porque o aumento de consumo global, entre outros factores, leva os países mais industrializados a ir buscar recursos fora das suas fronteiras.

Assim, há 40 anos, a desflorestação afectava sobretudo o território dos países desenvolvidos. Hoje, e por força do consumo de papel e madeira nestes países, a destruição de florestas deslocou-se para o mundo em desenvolvimento, levando ao abate de vastas manchas de floresta tropical, com graves consequências ao nível de todo o planeta.

As vítimas da poluição do ar são maioritariamente habitantes dos países em desenvolvimento, enquanto os seus maiores responsáveis são os industrializados.

O lugar de Portugal

Num conjunto de 174 estados – avaliados pelos indicadores de desenvolvimento humano (IHD) – Portugal ocupa o 33.º lugar.

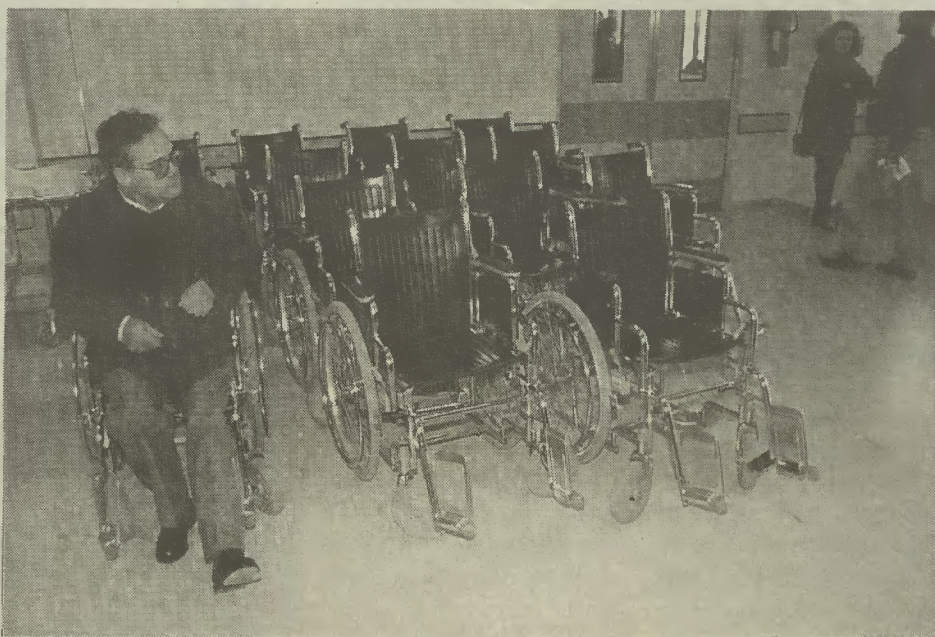
De entre os dados divulgados, de referir, nomeadamente, a esperança de vida à nascença, que se situa nos 74,8 anos, acima do número indicativo de desenvolvimento humano elevado (73,5), uma taxa de escolaridade bruta conjunta dos três ciclos de 81% (o padrão é de 79%).

Outros dados há entretanto menos positivos e que reflectem os problemas sociais com que nos defrontamos.

Assim, a taxa de alfabetização de adultos é de 89,6%, abaixo do padrão de 95,7%. O PIB *per capita* é de 12.674 dólares, em paridade dos poderes de compra (PPC), sendo o padrão 16.241 dólares.

No que respeita aos índices e perfil da pobreza, são escassos os dados disponíveis. De referir a taxa de mortalidade materna, de 15 em cada mil nados-vivos, sendo o número indicativo de 13 por cada mil.

Na área da educação, apesar do aumento na despesa pública em educação, relativamente ao produto nacional bruto, há que registar a taxa de escolaridade líquida do secundário a tempo inteiro de



73%, abaixo dos 84% exigidos e uma situação desfavorável no ensino superior. Assim, o ensino superior tem 3209 estudantes por cada cem mil habitantes, para um número indicativo de 3976. Por outro lado, enquanto a despesa pública em educação primária e secundária (73,3%) estava, em 1995, acima do padrão, no superior ficava aquém – 14,9 contra 20,9 por cento.

Os números do INE

Os indicadores agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), na sua publicação quinzenal *Portugal Social*, referentes aos anos 1990-1995, reflectem também alguns dos problemas sociais mais salientes. Em causa está o aumento das desigualdades e a situação dos trabalhadores.

A receita líquida média anual *per capita* mais do que duplicou no nosso país, nestes cinco anos. Mas tal aumento está muito longe de beneficiar toda a gente. Pelo contrário, as desigualdades aprofundam-se de par da concentração de riqueza.

Em 1989/90, sete em cada dez portugueses partilhavam 52% da receita líquida total. Actualmente essa percentagem baixou para 49%.

O problema do desemprego agravou-se também entre nós.

O desemprego de longa duração (mais de 12 meses) afecta actualmente quatro em cada dez desempregados. De seis famílias (em cada cem) onde existia mais de um desempregado em 1992, passou-se para onze. Ainda que inferior à média europeia, o desemprego sofreu um aumento considerável.

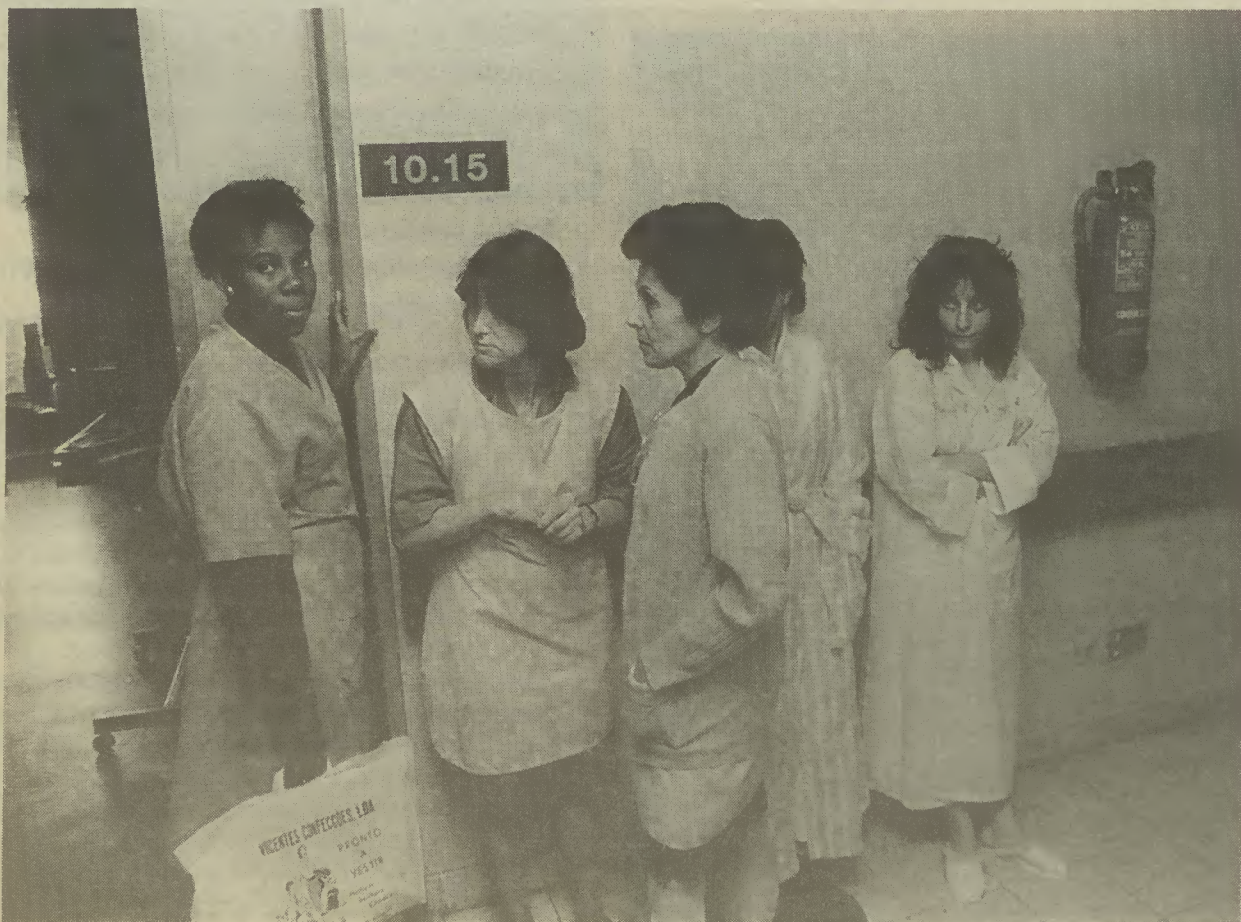
Tudo isto num quadro em que a posição dos trabalhadores por conta de outrem é claramente desfavorável em comparação com os restantes países da União Europeia.

Também em Portugal são os pobres que pagam as crises. E os lucros crescentes.

A mudança é possível

Alterar radicalmente uma linha de desenvolvimento que gera crescentes desigualdades e desequilíbrios ambientais é a razão de ser do **plano de acção**, em sete pontos, proposto no relatório do PNUD sobre desenvolvimento humano. Porque "a mudança é possível – e é necessária".

- Assegurar as qualidades mínimas de consumo para todos;
- Desenvolver tecnologias e métodos que sejam ambientalmente sustentáveis;
- Eliminar subsídios perversos e reestruturar impostos para desviar os incentivos do consumo que destrói o ambiente para o que promove o desenvolvimento;
- Reforçar a acção pública na educação e informação dos consumidores e na protecção ambiental;
- Reforçar mecanismos internacionais para gerir os impactes mundiais do consumo;
- Reforçar as alianças entre os movimentos para os direitos dos consumidores, protecção ambiental, erradicação da pobreza, igualdade entre os sexos e direitos das crianças;
- Pensar globalmente, actuar localmente. Contar com as iniciativas espontâneas de pessoas em comunidades por todo o lado e fomentar sinergias nas acções da sociedade civil, do sector privado e do governo.

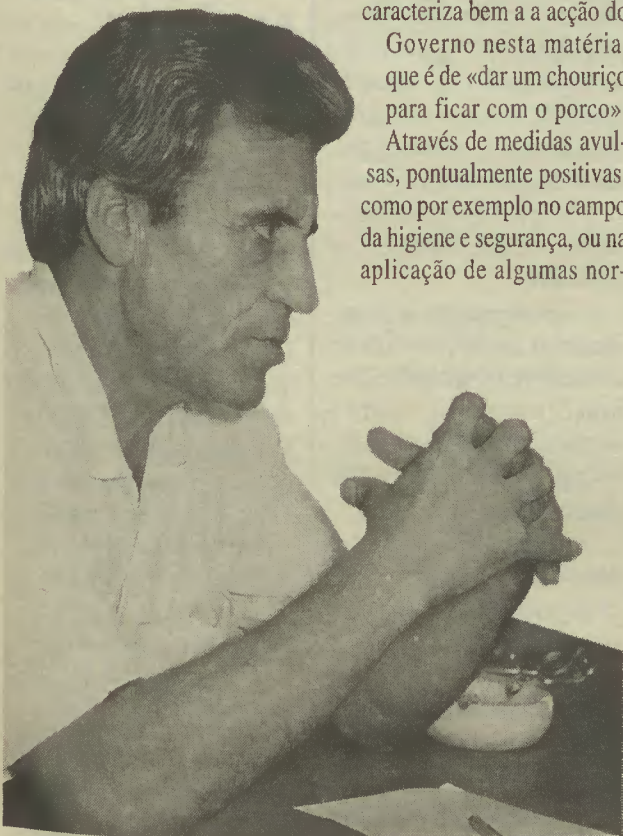


PCP lança campanha de esclarecimento «É possível derrotar o pacote laboral do PS»

Em entrevista ao Avante!, Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, denuncia a existência de um verdadeiro pacote laboral visando atingir principalmente os jovens que entram no mercado de trabalho, transformando-os numa geração sem direitos. Os comunistas não cruzam os braços e vão avançar, já na semana de 27 deste mês a 3 de Outubro, com uma grande campanha nacional de esclarecimento e mobilização para a luta.

No discurso da Festa do Avante!, o secretário-geral do PCP acusou o Governo de pretender aprovar na Assembleia da República várias propostas que «visam abalar alguns dos principais pilares do direito ao trabalho». Quais são os contornos desta ofensiva laboral?

Jerónimo de Sousa - O governo vai apresentar um conjunto de mais de 30 diplomas, remanescentes do chamado acordo de concertação estratégica aprovado em 1996, seis ou sete dos quais, a serem aprovados, alterariam de uma forma muito gravosa o edifício jurídico-laboral e atingiriam duramente os direitos dos trabalhadores.



Recorde-se que algumas dessas seis ou sete peças mais gravosas eram para ser aprovadas em Conselho de Ministros durante o período de férias, mas a luta dos trabalhadores, a intervenção do PCP, a acção da CGTP-IN e dos Sindicatos obrigaram o Governo a recuar, remetendo agora para a Assembleia da República um autêntico pacote laboral.

Concretamente, quais são as principais alterações que o Governo pretende aprovar?

Entre as mais de trinta peças legislativas, o Partido destaca pela sua gravidade as propostas sobre trabalho a tempo parci-

al; alteração do conceito de retribuição; de alteração da lei das férias; sobre contratos a prazo; conceito de trabalho nocturno; sobre regime especial do lay-off; e ainda sobre o reconhecimento às entidades patronais do direito de participarem na elaboração da legislação laboral.

Este é o núcleo central dos diplomas através dos quais o Governo pretende pôr na lei aquilo que os patrões não conseguem na negociação.

Ainda recentemente a UGT afirmou que globalmente as alterações são positivas para os trabalhadores. Há alguns aspectos positivos nas propostas do Governo?

O secretário-geral do PCP usou uma expressão que caracteriza bem a acção do Governo nesta matéria, que é de «dar um chouriço para ficar com o porco». Através de medidas avulsas, pontualmente positivas, como por exemplo no campo da higiene e segurança, ou na aplicação de algumas nor-

mas comunitárias, o Governo procurou esconder as sete propostas já citadas que atingem fortemente os direitos dos trabalhadores.

Para quando se prevê a apresentação destes projectos na Assembleia da República?

Para já, enviou apenas três propostas para a Assembleia da República, duas delas muito gravosas (a proposta sobre trabalho a tempo parcial e sobre o lay-off), a par de uma positiva sobre sanções ao patronato que viole a lei.

Recordo que o Governo pretendia «despachar» estas leis durante o período de férias, sem

passar pelo Parlamento. Porém, a denúncia e acção do nosso Partido e do Movimento Sindical fê-lo a recuar.

Esse recuo foi uma vitória do PCP?

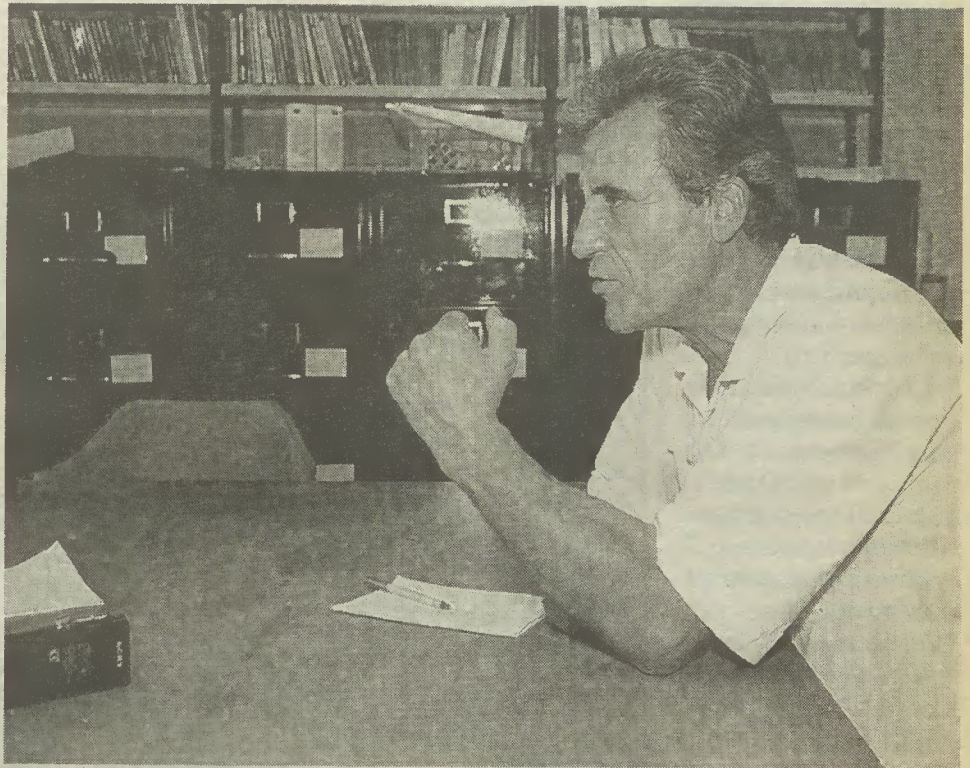
Politicamente foi uma vitória do Partido e do Movimento Sindical, mas, como afirmou o nosso secretário-geral, «é um perigo adiado mas não é uma batalha vencida». O Governo recuou no tempo e no modo, mas não abdicou do conteúdo destas propostas de lei.

Neste momento, o Governo está entalado entre os compromissos que assumiu com as confederações patronais, particularmente em relação às matérias mais gravosas, e o receio da luta dos trabalhadores e do movimento sindical que aumenta à medida que se aproxima um ano de eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Para resolver tem esta contradição: ou faz o favor ao patronato e é penalizado nas eleições, ou recua perante a luta dos trabalhadores e com certeza ouviremos as reclamações do patronato que aguarda o cumprimento desses compromissos que já vêm desde 1996.

Há a possibilidade de «chumbo» da Assembleia?

Penso que o que irá determinar estes desfechos legislativos



será a capacidade dos trabalhadores desenvolverem a sua própria luta. Se os trabalhadores estiverem esclarecidos e se mobilizarem para a luta, estamos em condições de impedir, de travar e de derrotar este pacote laboral do Governo do PS.

O PCP vai empenhar-se nesta luta?

O Comité Central do PCP considerou que esta não é apenas uma batalha sindical mas uma batalha política e social na qual os comunistas têm a obri-

gação e o dever de participar e intervir, não só no plano institucional mas também através de iniciativas juntos dos trabalhadores. Por isso mesmo, na semana de 27 de Setembro a 3 de Outubro, o PCP promove uma campanha de massas muito direccionada para as empresas, para os trabalhadores, para os locais de trabalho, onde iremos distribuir um documento explicativo daquilo que está em causa, com acções de esclarecimento e propaganda, em que participarão dirigentes nacio-

nais e regionais do Partido e deputados na Assembleia da República.

No âmbito desta campanha, pensamos que irão ser contactados centenas de milhares de trabalhadores, numa perspectiva também de reforço da acção do nosso Partido junto dos trabalhadores.

Esta campanha culminará com um Encontro Nacional de Quadros, a realizar no dia 3 de Outubro, em Lisboa, no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Direitos ameaçados

Podes explicar o conteúdo cada uma dessas sete propostas?

Com as alterações, qualquer trabalhador em regime de trabalho a tempo parcial passar a ter menos salário, subsídio de férias, de doença e de desemprego, assim como terá uma reforma mais reduzida.

O que é que muda na actual situação, que já é grave?

É um facto que hoje em Portugal já existem 139 mil trabalhadores a tempo parcial, sendo que destes 27 mil são homens e 112 mil são mulheres. Apesar de tudo, hoje, a contratação colectiva consegue dar algumas garantias a estes trabalhadores, nomeadamente no plano do subsídio de refeição, e de alguns direitos sociais e laborais.

O que o Governo quer impor é a desvalorização dessa contratação, deixando estes trabalhadores ao livre arbítrio da entidade patronal. Consideramos que esta medida é uma benesse às confederações patronais, e em especial às grandes superfícies, como compensação das 40 horas semanais.

A alteração atingirá em particular as mulheres, mas fundamentalmente a juventude, uma vez que a lei se destina àqueles que entram em 1999 no mercado de trabalho.

Escandaloso é ainda os patrões não só beneficiarem do estatuto de precariedade dos trabalhadores como ainda por cima terem várias benesses como é o caso de um desconto de 50 por cento nas contribuições para a segurança social.

Quanto ao conceito de retribuição?

Pretende-se que uma parte variável do salário (prémios de actividade, de empenhamento e de produtividade) não conte no conceito de retribuição actualmente existente. Isto vai levar a que o salário e subsídios de férias e de Natal sejam desvalorizados, podendo a entidade patronal atribuir os prémios segundo critérios que achar convenientes, por exemplo se o trabalhador é ou não sindicalizado, se faz greve, etc. Simultaneamente pretende-se desvalorizar as contribuições para a segurança social.

A UGT veio dizer para a opinião pública que o trabalhador passaria a ter 24 dias úteis de férias. É verdade?

O que a UGT não diz é que a lei prevê um rol de faltas perfeitamente justificadas que penalizarão o direito a férias. Assim, só se um trabalhador nunca perder uma hora ou um dia de trabalho durante muitos anos é que poderá obter os tais 24 dias úteis.

Em nosso entender, a questão é que esta proposta de lei submete o direito a férias até aqui inquestionável ao princípio da assiduidade. Em caso de faltas por doença prolongada, por o trabalhador ser dador de sangue ou bombeiro, para tratamento de bilhetes de identidade, ou cartão de contribuinte, seriam descontados dias de férias até a um mínimo de dez dias úteis, com o corte do respectivo subsídio.

Isso quer dizer que o período mínimo de férias seria de dez dias?

Sim, isto quando existe um directiva comunitária que impõe que nenhum trabalhador tenha menos de quatro semanas de férias. Por aqui se vê que para o Governo há directivas comunitárias boas e outras que são más...

Uma outra alteração é o alargamento dos contratos a prazo de três para quatro anos, o que poderá significar um aumento da precarização, particularmente dos jovens, uma vez que são estes os mais atingidos pelos contratos a prazo.

O Governo quer ainda alterar o período actual do trabalho nocturno com o objectivo de atingir o respectivo subsídio, ou seja, reduzir o número de horas de trabalho contadas como trabalho nocturno.

Há também alterações no lay-off.

O regime especial das empresas em dificuldades, o chamado lay-off, estabelece actualmente que qualquer empresa em dificuldades tem de pagar 50 por cento do salário do trabalhador, sendo os restantes 50 por cento garantidos pela Segurança Social. Segundo a proposta de lei, a Segurança Social passaria a pagar 70 por cento, os patrões 30 por cento, mas em caso de formação profissional, o Estado pagaria 85 por cento e a entidade patronal apenas 15 por cento. É uma outra benesse dada ao capital, mesmo em casos de má gestão por culpa da administração da empresa. Quem paga é a Segurança Social. Por fim, como demonstração clara de vassalagem ao capital, o Governo quer estender ao patronato o direito de participação «em pé de igualdade» na elaboração de legislação laboral que hoje, segundo a Constituição da República, é apenas reconhecido aos sindicatos e comissões de trabalhadores.

TRABALHADORES

Bingo do Sporting

Há quatro anos que os salários dos trabalhadores do Bingo do Sporting não são actualizados, apesar dos compromissos assumidos pela administração. Em Abril passado, em vésperas de um Sporting-Porto, um director da área de pessoal e o director da sala, sentindo o descontentamento dos trabalhadores, apressaram-se a reunir com eles tendo prometido na altura aumentos salariais em Junho, de 3,5 por cento, com efeitos retroactivos a Janeiro deste ano. Contudo, tal não passou de uma manobra de diversão e os aumentos nunca apareceram. A Direcção do Sindicato da Hotelaria que acompanha a situação já contactou com os responsáveis da SAD pela gestão do Bingo exigindo a actualização dos salários e sublinha que, caso não haja resposta positiva, os trabalhadores tomarão as medidas que acharem adequadas.

Hotelaria

As 40 horas não são respeitadas em milhares de empresas, denuncia a Direcção da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal que reuniu recentemente para analisar a situação no sector. Baixos salários (30 inferiores à média nacional); horários dos mais longos; e proliferação do trabalho precário, clandestino e sem direitos são os principais problemas que os sindicatos querem ver resolvidos, tendo aprovado um conjunto de reivindicações para 1999, onde se destacam: um aumento de seis por cento, as 35 horas semanais, a aplicação ao sector da legislação sobre higiene e segurança e a intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho no combate ao trabalho precário e clandestino.

Vigilantes da natureza

Luta poderá ser a resposta do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública aos sucessivos adiamentos na aprovação da carreira específica de Vigilante da Natureza. O projecto acordado com o Sindicato acabou por não ser aprovado em Conselho de Ministros, em 21 de Agosto, devido às objecções colocadas nomeadamente pelos secretários de Estado da Administração Pública e do Orçamento. O Sindicato responsabiliza directamente o secretário de Estado da Administração Pública pelo arrastamento do processo e sublinha que não aceita mais adiamentos ou qualquer tentativa de alterações ao texto acordado.

Revisão de legislação laboral incentiva patrões a não negociar

A CGTP contesta a revisão da legislação laboral, considerando que incentiva os patrões a não negociar e introduz disposições «gravosas» no âmbito do trabalho a tempo parcial ou do regime de férias.

«A sede ideal para fazer qualquer revisão é a contratação colectiva. O Governo, ao proceder desta forma, está a criar um chapéu de chuva para agradar aos patrões e satisfazer as suas pretensões», afirmou José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da Intersindical, à Agência Lusa.

O responsável sindical adiantou que a CGTP irá continuar a denunciar o que considera como «conteúdos inaceitáveis» dos projectos de lei e a privilegiar a contratação

colectiva como a via a seguir na regulamentação das normas que devam ser alteradas.

No que respeita à política salarial para o próximo ano, a central sindical, recordando que a aproximação dos ordenados nacionais à média comunitária consta já do programa do Governo, reiterou a sua exigência de que isso aconteça, apelando a que o Executivo deixe de lado a intenção de promover políticas restritivas.

«A serem seguidas políticas salariais restritivas, os ordena-

dos dos trabalhadores portugueses, que já de si são demasiado baixos face aos dos seus congéneres europeus, ainda ficarão mais longe, o que é inaceitável», salientou José Ernesto Cartaxo.

Entre os critérios definidos pela central sindical para a definição dos salários do próximo ano estão os da produtividade, o custo de vida e a necessidade de melhorar a repartição do rendimento a favor dos rendimentos de trabalho.

«Tendo em conta estes critérios, cada sector deverá proceder à quantificação dos aumentos a reivindicar em 1999, não esquecendo os factores específicos de cada um»,

frizou o membro da Comissão Executiva da CGTP.

Estes e outros pontos foram aprovados pelo Conselho Nacional da CGTP, no início deste mês, tendo sido objecto de discussão numa reunião que juntou várias federações e associações ligadas à central sindical.

Na conferência de imprensa realizada na segunda-feira para apresentação das conclusões da reunião, a CGTP manifestou ainda a intenção de acompanhar «atentamente» a discussão, na Assembleia da República, dos projectos de lei apresentados pelo Governo e pelo PP em matéria de Saúde e Segurança Social, prevista para 23 de Setembro próximo.

Empresas na Expo violam acordo social

Várias empresas com actividade na Expo'98 não estão a cumprir o acordo social assinado com os sindicatos, denunci-

ou recentemente a Delegação Conjunta de Sindicatos da CGTP na Expo, afirmando que os mecanismos de fiscalização

previstos «parecem não ser suficientes» para assegurar o cumprimento das disposições acordadas.

Irregularidades foram detetadas na empresa Parque Expo que aplica aos assistentes de pavilhão horários de seis horas durante seis dias, com um dia de folga, considerando-os como horários a tempo parcial, com a consequente redução do salário.

A mesma empresa alterou a organização do tempo de trabalho semanal aos chefes de torniquete, conseguindo não pagar horas semanais como extraordinárias.

Por seu lado, todas as empresas de segurança (Securitas, Prosegur e Prestibel) aplicam horários de 12 horas diárias, estando por isso obrigadas ao pagar quatro horas como extraordinárias. Contudo, nenhuma cumpre a lei recorrendo a formas irregulares de pagamento como as ajudas de custo, subsídios, etc.

Perante provas irrefutáveis as empresas em causa acabaram por reconhecer os factos, alegando que se trata de uma

prática normal no sector. O mais grave porém é que esta «prática normal» mantém-se apesar de se terem comprometido a alterar as escalas para 8 horas diárias.

O caso da Prestibel é considerado particularmente grave pelos sindicatos, já que para além das irregularidades na organização do tempo de trabalho e na respectiva remuneração, a empresa persegue trabalhadores que exigam o respeito pelos seus direitos ou que contactem os sindicatos.

Assim, registaram-se despedimentos ilegais, retirada de creditações e transferência de funções abusivas, tendo a empresa colocado trabalhadores não creditados a trabalhar dentro do recinto.

Também na restauração, designadamente na Chimarrão, os horários são de 48 horas semanais e um dia de folga. A empresa recusa pagar horas extraordinárias e obriga os empregados a trabalhar em feriados sem o correspondente pagamento legal, para além de não dar recibos de vencimento.



Os sindicatos recolheram várias provas de violações laborais na última exposição do século

BCP/Atlântico tentou fechar Comissão de Trabalhadores

A administração do BCP/Atlântico ordenou na passada semana, dia 8, o encerramento das instalações e a expulsão dos membros da Comissão Nacional de Trabalhadores do BPA, numa violação brutal da lei das CT's e da legalidade democrática.

O pretexto utilizado pela administração de Jardim Gonçalves foi a impugnação do último acto eleitoral (em 9 de Junho de 1998), instaurada por uma das listas concorrentes.

Considerando que a decisão era ilegal e ilegítima, a Comissão de Trabalhadores recusou-se a sair e perante a ameaça da intervenção dos serviços de segurança do banco, a CNT fez queixa à Polícia de Segurança Pública que enviou para o local dois agen-

tes. Depois de um telefonema, o representante da Administração desistiu do encerramento ilegal, mas no ar ficou a ameaça de nova intervenção.

A Comissão de Trabalhadores já comunicou os factos ocorridos à Inspeção do Trabalho e afirma que continuará a lutar contra as ilegalidades por parte da Administração de Jardim Gonçalves de que são exemplo: o trabalho ilegal à hora, à tarefa, a recibo verde, a prazo; a violação sistemática do horário normal de trabalho, através de trabalho suplementar clandestino e não pago; pressões e coacções diversas sobre os trabalhadores, com intensificação desumana dos ritmos de trabalho.

Professores na rua

Cerca de 30 professores da Academia de Artes & Tecnologias decidiram encetar um processo judicial contra aquela escola, criada em 1992, por contrato programa com o Ministério da Educação, e encerrada unilateralmente em 27 de Junho deste ano. Na rua ficaram cerca de 110 alunos e um grupo de professores a quem a escola deve quantias da ordem das várias dezenas de milhar de contos em salários atrasados. Os alunos encontram-se provisoriamente colocados em duas outras escolas profissionais, enquanto os professores são confrontados com o facto de terem vínculo directo com a Academia e não com o Estado português. Os professores recordam que a Academia tinha financiamentos exclusivos do Fundo Social Europeu, Ministério da Educação e Segurança Social e para além de exigirem vencimentos em dívida não compreendem como o pode o Ministério distanciar-se agora das dívidas e problemas de uma escola que manteve aberta, apesar dos pareceres em contrário, designadamente da Inspeção-Geral da Educação.

Acidentes em flecha

São cada vez mais frequentes os acidentes na construção e remodelação de unidades comerciais de dimensão relevante. Os mais graves registaram-se na construção do Continente de Coimbra, com a queda de uma placa, no Continente do Seixal, com o abatimento do tecto no dia da abertura, no Centro Comercial Colombo de Lisboa, com o desmoronamento de acesso e infiltrações de água e, mais recentemente, na construção do Centro Comercial Feira Nova em Rio de Mouro - Sintra, com a queda de placas e consequente perda de vidas. Referindo a existência de muitos outros, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços considera que na sua origem está a pressão de construir e pôr a funcionar em tempo recorde as unidades comerciais de dimensão relevante, o que leva ao total desrespeito pelas normas de segurança e higiene. A isto o Sindicato acrescenta a falta de fiscalização e de responsabilização criminal dos responsáveis directos, promotores e gestores das obras e das unidades comerciais. Assim, é urgente que o Governo tome medidas sérias e de fundo para prevenir este tipo de acidentes. «Não chega deixar cair lágrimas de crocodilo sobre os sangue das vítimas.»

TRABALHADORES

Administração Pública exige salários mais próximos dos europeus

Os trabalhadores da Administração Pública estão fartos de promessas e exigem que o Governo cumpra integralmente os compromissos assumidos com os sindicatos, designadamente em matéria de salários, carreiras e subsídios.

Um estudo feito pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública conclui que os salários do sector têm vindo, desde 1986, um crescimento menor do que os salários base contratuais do sector privado.

Designadamente, entre 1982 e 1998, os salários-base do sector privado cresceram nominalmente 46,9 por cento enquanto no sector público essa evolução foi de apenas 32,2 por cento.

O desequilíbrio manteve-se também nos últimos três anos de governo socialista com as remunerações do sector privado a crescerem 11,5 por cento contra apenas 10,3 por cento, no sector público administrativo.

A comparação entre o salário mínimo nacional e o mínimo da função pública mostra que desde 1992 o primeiro cresceu 32,4 por cento enquanto o famigerado índice 100 evoluiu apenas 23,1 por cento. Em consequência actualmente o salário mínimo da função pública é 6,5 por cento inferior ao mínimo nacional.

O estudo recorda que a evolução do índice 100, a base da tabela indicária, tem incidência directa, neste caso negativa, sobre os restantes salários dos trabalhadores da administração pública, já que é a partir dele que são construídos.

STAL quer acordo cumprido

Para 1999, o STAL - O Sindicato dos Trabalhadores da

Administração Local - cuja Direcção Nacional esteve reunida quinta e sexta-feira da passada semana, exige a actualização salarial de 6,5 por cento, a equiparação do salário mínimo do sector ao mínimo nacional e a garantia de um aumento mínimo de cinco mil escudos para todos os trabalhadores. Estas exigên-

ças constam da proposta reivindicativa comum que foi discutida na passada terça-feira na Cimeira dos Sindicatos da Administração Pública.



O sector reclama melhores salários e a valorização das carreiras

cia constam da proposta reivindicativa comum que foi discutida na passada terça-feira na Cimeira dos Sindicatos da Administração Pública.

Porém, o STAL insiste igualmente no cumprimento integral do Acordo de 1996, reclamando a urgente publicação final do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco; a negociação do decreto-lei das doenças profissionais e acidentes em ser-

viço e a aceitação por parte do Governo das propostas mínimas sobre o projecto de Carreiras. Sobre o suplemento de risco, o STAL acusa o Governo de desvirtuar o resultado das negociações, pretendendo remeter para as autarquias a sua aplicação. Já na questão das carreiras, o Sindicato sublinha que o projecto governamental impõe à grande maioria dos trabalhadores, operários e auxiliares e mesmo técnicos e administrativos, uma valorização de apenas cinco pontos (2765 escudos), contra uma valorização mínima de dez pontos e

para todos os trabalhadores (5.530 escudos), a uniformização para a mudança de escalão em três anos, a criação de uma regra de contagem de tempo que elimine injustiças e o fim da discriminação nas regras de promoção para técnicos e técnicos superiores, propostas pelo STAL.

A reunião da direcção nacional produziu ainda crítica a «alguns autarcas» que, em contradição com afirmações de

apoio aos trabalhadores, «têm vindo a assumir-se como autênticos patrões, instrumentos do governo e travão dos direitos conquistados».

Entre outros exemplos, a nota do STAL destaca o facto de diversas autarquias recusarem pagar o abono de ajudas de custo aos trabalhadores deslocados, numa violação clara da lei.

Com um plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais marcado para quinta-feira da próxima semana, dia 24, o STAL anunciou ainda a realização de uma «Conferência

AP Vidal

Depois de ter sido abandonada pela maioria dos sócios, várias entidades, nomeadamente a Câmara de Águeda, têm feito esforços para recuperar a firma AP Vidal, de Valongo do Vouga, onde trabalham 150 pessoas. Com o subsídio de férias, o mês de Agosto e parte de Setembro em atraso, os trabalhadores aprovaram na passada semana a proposta de viabilização apresentada pelo IDICT, considerando que assim seria possível retomar a laboração e salvar os postos de trabalho. Contudo, a oferta dos trabalhadores não foi suficiente para o gestor demissionário. Este exigia que o pagamento do subsídio de férias fosse feito em 10 prestações, a começar em Janeiro de 1999, e que os trabalhadores se comprometessem a não realizar plenários nem greves até Dezembro de 1999. Entretanto a empresa foi abandonada pela maioria dos sócios que até ao momento não apresentaram qualquer solução para o conflito.

Greve nos Mármore

Com uma adesão de 75 por cento, que no Alentejo atingiu os 80 por cento, a greve nacional dos trabalhadores dos mármore constituiu uma resposta poderosa ao patronato do sector que pretende impor aumentos de dois por cento. Entre as muitas empresas que aderiram à paralisação, a federação sindical destaca a Solubema; Marmetal; Paldal Monterio; Betanet (Coimbra e Alentejo); Mármore Fimino; Irmãos Baptista; Urnal; Moucheiros; Marmovenel; António Bento Vermelho; Mármore do Condado (Marcepor); Etma; Mármós e Fornecedora do Carregado.

Privatização

Com medidas ilegais, a Câmara de Cascais continua a pressionar os trabalhadores para os afectar à empresa privada de recolha de lixo sólidos. Os funcionários atingidos afirmam que a legislação vigente não permite a sua afectação a entidades privadas, evocando os pareceres do STAL e da CCR de Coimbra, que se pronunciou sobre idêntica tentativa na CM de Aveiro. Em resposta, a maioria PS da CM de Cascais pretende agora desalojar os trabalhadores da higiene e limpeza de Carcavelos e Parede, que não aderirem à empresa privada, e transferi-los para Piemonte - Estoril, para um local com péssimas condições de higiene e salubridade.

Peixe da Galiza

Numa situação de desespero, os trabalhadores do sector do arrasto, na madrugada de terça-feira, interceptaram no Porto de Pesca de Matosinhos vários veículos que transportavam peixe proveniente da Galiza, destruindo a mercadoria. Manifestando preocupação com os acontecimentos, a Comissão Concelhia da Matosinhos do PCP considera que eles foram provocados pela falta de protecção à pesca nacional, pela concorrência desleal de alguns intermediários, baixa de preços e até pelo *dumping* no sector que têm vindo a agravar as condições dos produtores portugueses. Os comunistas solidarizam-se com «as justas reivindicações dos profissionais da pesca e espera que o Governo tome medidas que obstem a que tais acontecimentos se repitam».

Vigarice

O senhor Alvito, administrador da Setolial, empresa de Setúbal, informou os trabalhadores, no passado dia 19 de Agosto, que tinha vendido a sua quota na empresa a uma entidade de Lisboa, que afinal não passava de um gabinete de advogados.

O novo «representante» da empresa veio de seguida dizer que não havia trabalho e alugou as instalações a uma nova empresa chamada Setepontes, criada pelo sr. Alvito, o antigo administrador da Setolial. De repente, tudo ficou claro: a Setolial praticou *lock out* e pretende livrar-se dos trabalhadores, recusando-lhes o pagamento dos salários e a ocupação efectiva dos seus postos de trabalho.

Os trabalhadores juntaram-se e decidiram ocupar os seus postos de trabalho desde a passada semana. É que, apesar da venda e aluguer de instalações, os postos de trabalho pertencem-lhes e, mesmo com a ameaça de intervenção da GNR, os trabalhadores não abdicam de reclamar os seus direitos.

Desfavorecidos

O 1.º Encontro do projecto «Mobilização para a Inserção Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas», que está a ser desenvolvido pela CGTP-*IN* no concelho de Portel, realiza-se nos próximos dias 21 e 22 do corrente e conta com a presença de organizações de Espanha, França e Itália.

Despedimento colectivo no Complexo Grundig

Sete trabalhadores, todos quadros técnicos de formação qualificada, foram despedidos no passado mês de Agosto, pela multinacional Origin, que celebrou um contrato de prestação de serviços de tecnologia e informação com a Grundig, com efeitos a partir de Janeiro de 1997.

Na sequência deste contrato, a área da informática da Grundig foi extinta e todos os trabalhadores foram transferidos para os quadros da Origin. Ano e meio depois, dos 14 trabalhadores desta empresa, apenas três se mantiveram ao serviço, outros três aceitaram acordos de recisão, um regressou à sede da Origin e sete foram despedidos.

A União dos Sindicatos de Braga acusa a Grundig de ter «planeado o despedimento destes trabalhadores» com antecedência por forma a «vigiar» o governo português e a autarquia bracarense, que vêm aplaudindo e apoiando financeiramente (com dinheiros comunitários e portugueses) o complexo industrial, pouco se importando com as denúncias dos trabalhadores.

Salários em atraso regressam

Entretanto, na unidade de produção audio Hi-fi Grundig, os trabalhadores vivem de novo o drama dos salários em atraso. desta vez a situação assume

aspectos ainda grotestos, com a administração a passar cheques carecas aos trabalhadores para liquidar os vencimentos de Agosto.

O atraso ultrapassa já os 30 dias uma vez que se trata do salário referente ao período de férias, vencido a 31 de Julho. Mas as preocupações aumentam devido ao facto de a unidade estar paralisada por falta de componentes, já que também há atrasos no pagamento aos fornecedores.

Nestas circunstâncias, os trabalhadores sabem que as perspectivas de regularização dos salários em dívida e o seu pagamento nos próximos meses são quase nulas, a menos que a Grundig afaste a

OEM, entidade que administra a unidade fabril, e reassuma directamente as suas obrigações, tal como acontecia até finais do ano passado.

Foi com este objectivo que os trabalhadores enviaram um documento à Grundig exigindo que esta dissolva o acordo de subcontratação de actividade com a OEM. Os órgãos representativos dos trabalhadores consideram que só uma solução global, que garanta a manutenção do emprego, os salários e o pagamento de indemnizações em caso de extinção de postos de trabalho poderá evitar um conflito de dimensões idêntica ao registado em 1997 no complexo Grundig/Blaupunkt.

Sismo dos Açores Assembleia Regional discute apoio aos sinistrados

No passado dia 9 de Setembro, foi discutida na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma Proposta de Decreto Legislativo, apresentada pelo Governo Regional do PS, no qual se estabelecem os apoios financeiros a conceder aos sinistrados para a reconstrução de primeiras residências.

A proposta, que deu entrada na Assembleia Regional em 1 de Setembro, gerou a maior perplexidade e contestação, porquanto alterava profundamente as condições anunciadas em início de Agosto pelo Governo.

A questão central, que gerou a maior indignação entre os sinistrados e na opinião pública, foi o facto de, entre o primeiro anúncio dos apoios e a entrada da proposta na Assembleia Legislativa, o Governo ter alterado para muito pior as capitulações do rendimento e os escalões de ajuda, reduzindo fortemente o nível de comparticipação a fundo perdido, o financiamento para reabilitações e reparações e o volume de bonificação de juros sobre o capital particular investido nas obras.

Logo no dia 3 de Setembro, o vereador da CDU na Câmara Municipal da Horta levou à reunião da Câmara este assunto, tendo-se registado a concordância da edilidade quanto «à necessidade de se manterem os apoios anunciados pelo Governo em 1 de Agosto».

No dia 4 de Setembro, a Assembleia Municipal da Horta aprovou por unanimidade diversas moções entre as quais uma apresentada pelo

grupo da CDU, exigindo à Assembleia Legislativa Regional que não aprovasse a proposta governamental, com aquela redacção.

A moção da CDU, subscrita pelos vogais Adélia Martins Goulart, Francisco Gonçalves e Luís Decq Mota, reclamava que «a proposta que vier a ser aprovada tem que corresponder ao que foi oficialmente anunciado no que toca a volume de financiamento, escalões, rendimentos e bonificações de juro».

Entretanto, e após diversas reuniões, os três partidos da oposição regional (PSD, PP e PCP) apresentaram um vasto conjunto de propostas de alteração que fizeram com que o diploma, por um lado correspondesse aos anúncios iniciais e por outro lado fosse muito clarificado em diversos aspectos.

Conforme declarou o deputado regional do PCP, Paulo Valadão, na declaração de voto final, «a acção das populações e intervenção das autarquias e a lucidez dos partidos da oposição, impediram que tivesse sido imposta uma reconstrução pouco apoiada e de uma qualidade que transformasse os sinistrados em vítimas permanentes da catástrofe de 9 de Julho».

PCP atento à reconstrução

Por sua vez, na sexta-feira passada, em declaração aos órgãos de comunicação social, José Decq Mota, na qualidade de coordenador do PCP/Açores, anunciou que o Partido iria fazer todos os esforços no sentido de a «proposta do Governo ser profundamente alterada, garantindo o volume e níveis de apoio que o próprio Governo tinha antes anunciado». Proposta que deixou «justamente indignadas» as populações sinistradas mas que foi melhorada, quer sob o ponto de vista técnico quer institucional, pelas alterações impostas pelos partidos da oposição.

Entretanto, quer para a mobilização da opinião pública quer para a criação de condições políticas que retiraram a possibilidade de o Governo impor a sua visão restritiva, quer ainda para a concretização do acordo parlamentar entre os partidos da oposição, foi essencial a acção da CDU do Faial, do PCP/Açores e da sua Representação Parlamentar, disse Decq Mota.

Por seu lado, em toda esta situação, o Governo Regional do PS «deu um claro sinal de desprezo» em relação a um problema que afecta gravemente milhares de

açorianos, pelo que o PCP/Açores continuará «atento» ao processo de reconstrução.

Quanto à vida política regional - que no Continente está a ser designada como «crise açoriana» -, os comunistas reafirmam a sua «clara opção pela necessidade de haver estabilidade política e de ser mantido, até às eleições do ano 2000, o quadro governativo assegurado pelo PS».

Seria «contra a natureza do voto recebido», diz o PCP, qualquer acordo extraparlamentar e governativo do PS com o PP e «contra a vontade de mudança dos açorianos» qualquer artificial tentativa do PSD de regressar ao poder. Mas, entretanto, o Governo do PS deverá pôr de parte a sua «enorme arrogância política», patente no «episódio das ajudas aos sinistrados».

Por fim, condenando a sondagem encomendada em Maio pelo Governo, e no dia anterior divulgada, o coordenador do PCP/Açores renovou a sua proposta de criação de «uma plataforma global de viabilização de um Orçamento para 99 que resolva bem os problemas das calamidades e que assegure a continuidade, de forma adequada, dos projectos de desenvolvimento».

Expo'98 Urgem respostas

Na sequência da reunião realizada na Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Expo'98, no passado dia 20 de Agosto, onde foi definido com o ministro dos Assuntos Parlamentares a sua posterior comparência novamente na Comissão, para apresentação dos resultados das análises em curso, o deputado comunista João Amaral apresentou ao ministro dois requerimentos solicitando várias informações.

No primeiro requerimento, pergunta este deputado:

«- Quais são as auditorias, inspeções ou outras actividades de análise que estão em curso no âmbito da Expo'98? Quais são as entidades que as estão a realizar, quem determinou cada uma dessas actividades e quando se prevê que esteja concluída cada uma delas?»

- Tendo o Senhor Ministro das Finanças, segundo informação da imprensa, determinado a actuação da Inspecção Geral das Finanças, qual o âmbito dessa actuação? Refere-se a **todas as despesas**? Que tipo de inspecção vai a Inspecção Geral das Finanças realizar?

- Muito concretamente, o que falta para apresentar à Comissão os resultados da auditoria à contratação dos três pacotes para alojamentos?»

No segundo requerimento, referente ao custo da Gare do Oriente, João Amaral, dirige-se ao Presidente da Assembleia da República, lembrando-lha a reunião da Assembleia da República realizada em Março de 1994, onde o então deputado das Obras Públicas, eng. Ferreira do Amaral, afirmou que o custo previsto para a Gare do Oriente - custo a ser partilhado pelo Metro, CP e Expo'98 - era de «cerca de onze milhões de contos», valor, hoje, pelo menos **três vezes maior**.

Assim, tendo em vista o apuramento da situação, requer o deputado comunista:

a) Os elementos referentes à Gare do Oriente existentes em Março de 1994 permitiam fundamentar o seu custo previsível como de 11 milhões de contos?;

b) Concretamente, quais as razões para a **brutal derrapagem dos custos da Gare do Oriente?**»

CAMARADAS FALECIDOS

António José Charrua

Após prolongada doença, faleceu no dia 9 de Setembro, no Couço, o camarada António José Charrua, de 63 anos de idade. Foi membro da Comissão de Freguesia do Couço durante vários anos e igualmente dirigente da União das Cooperativas da Reforma Agrária na freguesia. No seu funeral estiveram centenas de pessoas, dirigentes locais e regionais do Partido.

António Santos

Faleceu a 11 de Setembro, com 80 anos de idade, o camarada António Santos. Era membro do Partido desde 1975 e estava organizado na Comissão Local do PIA/Raposo, em Almada.

Francisco Luís Carvalho

Faleceu recentemente, com 60 anos de idade, vítima de acidente de viação, o camarada Francisco Luís Carvalho, do Couço. Muito estimado, no seu funeral integraram-se centenas de camaradas e amigos.

José Neto Parra

Faleceu no dia 22 de Agosto, vítima de grave doença, o camarada José Neto Parra, de Coimbra. Era um militante do Partido com actividade de muito destacada no movimento sindical dos bancários. Apesar do período de férias, foram muitos os amigos e camaradas que compareceram à sua última despedida.

Maria Elisa Lemos Graça

Vítima de doença prolongada, faleceu recentemente a camarada Maria Elisa Lemos Graça, de 52 anos. Militava na Organização de Freguesia de S. Mamede de Infesta, Matosinhos.

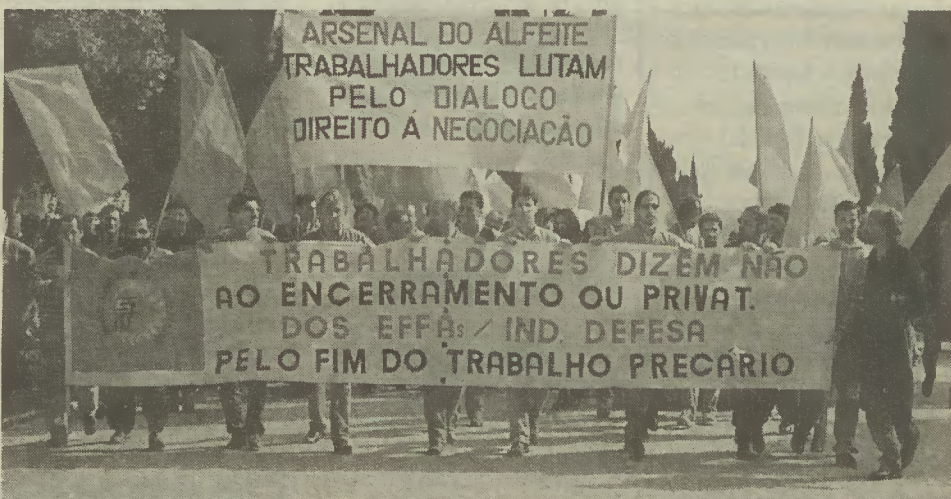
Maria Rosa da Costa e Silva

Com 83 anos de idade, faleceu recentemente a camarada Maria Rosa da Costa e Silva, natural da freguesia do Carregado. Militante do PCP de há muitos anos, foi uma das criadoras do Centro de Trabalho do Partido no Carregado.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

EFFAs

Comunistas debatem o sector



A luta desenvolvida pelos trabalhadores levou ao recuo do Governo no que respeita à aplicação dos seus projectos

Com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, reuniram-se no Centro de Trabalho de Almada os comunistas de todos os EFFAs e Indústrias de Defesa, para analisarem a situação política em geral, designadamente a campanha pela vitória do SIM no referendo sobre a regionalização, que no dia 8 de Novembro se realiza, e a situação actual em cada uma das empresas.

Particular destaque tiveram as questões relacionadas com a alteração à legislação laboral e do regime da Segurança Social que o Governo PS enviou à Assembleia da República, gravemente lesivas dos direitos dos trabalhadores.

A organização do Partido ao nível de cada local de trabalho, a reafirmação da disposição de continuar a lutar pela defesa dos postos de trabalho e de uma reestruturação dos EFFAs/Ind, assente na modernização e viabilização dos diversos estabelecimentos, e a rejeição dos projectos do Governo que, em alguns casos, apontam para a sua privatização ou mesmo encerramento, foram também questões que mereceram a análise aprofundada dos participantes.

Como conclusão, os comunistas valorizaram a luta desenvolvida pelos trabalhadores e as suas organizações representativas, num conjunto de iniciativas que levaram ao recuo no tempo por parte do governo, no que respeita à aplicação dos seus projectos. Por outro lado, foi claramente evidenciado que o PCP tem propostas e que é possível reestruturar o sector, com benefícios para o País

e para os trabalhadores e aproveitando os recursos técnicos e humanos existentes, aliás de grande qualidade.

Entre as propostas analisadas (e já apresentadas pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas após o encontro realizado em 30 de Janeiro último), estão a rentabilização do Laboratório Militar de Produtos Quími-

cos e Farmacêuticos, na fabricação dos medicamentos genéricos; o aproveitamento da valiosa experiência do Arsenal do Alfeite, na actividade da construção e reparação de navios, mantendo o vínculo à Marinha; o aproveitamento e rentabilização das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento no fabrico de fardamento de todas as forças militares e paramilitares; o aproveita-

mento dos recursos existentes na OGMA, SA, ao serviço da Força Aérea Portuguesa, do País, e mesmo de outros mercados.

Assim, os quadros comunistas presentes no encontro decidiram avançar com uma acção de esclarecimento e de mobilização dos trabalhadores, no sentido de impedir a aplicação dos projectos do Governo e dar um novo impulso às reivindicações dos trabalhadores.

Referendo sobre Regionalização PCP entrega declaração na CNE

O PCP entregou no dia 8 de Setembro, na Comissão Nacional de Eleições, a declaração prevista no art.º 40.º da Lei Orgânica do Referendo, relativa à sua participação no esclarecimento das questões submetidas a referendo nacional a realizar

no dia 8 de Novembro. O Gabinete de Imprensa, a quem cabe a informação, afirma ainda que na declaração apresentada, o PCP «manifesta expressamente o seu propósito de defender a opção pelo SIM nas duas perguntas colocadas aos eleitores».

Centro de Saúde de Aljustrel Câmara recusa posto «à moda antiga»

«Foi com indignação e enorme perplexidade que tomámos, muito recentemente, conhecimento, através do Director do Centro de Saúde de Aljustrel, de que a ARS do Alentejo tem em preparação uma medida da maior gravidade, lesiva dos direitos e da dignidade da população do concelho», diz o Presidente da Câmara Municipal de Aljustrel em nota à comunicação social.

A decisão do Governo, que abarca também os concelhos de Almodôvar e Ourique - que igualmente contra ela reagiram - tem em vista encerrar as valências dos centros de saúde destes três concelhos, concentrando-os no concelho de Castro Verde.

Mas os utentes não parecem convencidos com esta decisão, que, segundo a tutela, pretenderia otimizar os recursos existentes.

«Tudo parece estar relacionado com a decisão de que o Centro de

Saúde de Castro Verde venha a dispor de serviço de atendimento permanente durante as 24 horas do dia», diz o comunicado da Câmara de Aljustrel. Mas, «como este não dispõe dos meios adequados e suficientes para o efeito, então nada mais fácil do que assegurar esse serviços com recurso a médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, idos de outros centros, designadamente do de Aljustrel». E, «como nada disso faria sentido sem doentes, então

para lá vão também os doentes». O que, em sua opinião, «é de pasmar!».

José Godinho, presidente da Câmara de Aljustrel, de maioria CDU, garante que a população do concelho se congratula com «o facto da população de Castro Verde ir ver satisfeita a sua legítima aspiração de dispor de um serviço de saúde condigno». Não tolera, contudo, que isso se faça à custa do esvaziamento do Centro de Saúde de Aljustrel, com manifesto prejuízo para os direitos e dignidade da sua população que, aliás, «em termos demográficos, é 54% superior à do concelho vizinho.»

Não é aceitável, prossegue o Presidente de Aljustrel, que um Centro de Saúde que, ainda não há muito tempo, era uma unidade

modelar em todo o país, dispo de um serviço de atendimento 24 horas por dia, de internamento, de serviço de radiologia, de fisioterapia, de planeamento familiar, se transforma agora, «por força de uma decisão insensata», num «simple "posto da caixa", à moda antiga».

Também o facto de os responsáveis pela situação não se terem «dignado» ouvir previamente a população e os seus representantes, «em matéria de tamanha delicadeza» merece a censura da Câmara de Aljustrel, que lhes lembra ainda que agora «não se poderão alhear das consequências que daí advierem».

Por sua parte, a Câmara garante que irá desenvolver todos os esforços ao seu alcance para que esta «afronta aos direitos e digni-

dade da população» não venha a consumir-se e «que o bom senso acabe por prevalecer».

Por seu lado, o presidente da Câmara Municipal de Castro Verde - igualmente de maioria CDU -, considera que o conflito existente resulta «da falta de capacidade da ARS de Beja em lidar com os autarcas» e manifesta a sua solidariedade às autarquias afectadas.

Ourique

Também a Comissão Concelhia de Ourique do PCP condena veementemente a anunciada decisão do Ministério de Saúde de, a partir de 1 de Outubro, encerrar valências do Centro de Saúde de Ourique e de reduzir o horário do Serviço de Atendimento Perma-

nente (SAP) das 8 às 20 horas. «Trata-se de um novo atentado contra dos direitos dos cidadãos à saúde», dizem os comunistas, afirmando que as medidas previstas e planeadas sem consulta às populações e aos seus representantes «não têm em conta a elevada taxa de idosos residentes, a grande extensão do concelho de Ourique e as distâncias que separam as diversas freguesias, e a elevada taxa de sinistralidade que caracteriza os 100 km da IP 1 que atravessa o concelho».

Assim, a Concelhia de Ourique, exigindo que o Governo assegure a abertura permanente do Centro de Saúde, manifesta «o seu apoio a todas as formas de luta que os ouriquenses venham a adoptar para defender o seu legítimo direito à saúde».

PCP quer baixar tarifas da electricidade

O anúncio pela EDP dos seus resultados no primeiro semestre deste ano - 62,4 milhões de contos, depois de pagos os impostos - foi motivo de uma intervenção por parte do deputado do PCP, João Amaral, na reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República.

De facto, entre este semestre e o correspondente do ano anterior, os lucros da EDP subiram 44,5%, passando de 34,6 para 62,4 milhões de contos. Resultados que se forem projectados para a totalidade do ano, significam que em 1998 a EDP terá mais de 120 milhões de contos

de lucros líquidos, com impostos já pagos.

Um lucro que, segundo João Amaral, «é obtido e acumulado à custa dos consumidores». De todos, independentemente de serem desempregados, famílias pobres, classe média, industriais, comerciantes ou escritórios. E, afinal, «para benefício de quem?», pergunta o deputado comunista lembrando a privatização da EDP que, com as acções oferecidas a um preço «escandalosamente abaixo do valor da empresa», permitiu aos «magnatas nacionais e internacionais que abocanharam» a empresa terem

«altíssimas remunerações do capital, sem trabalho nenhum».

Esta «pouca vergonha» sucede quando a empresa «em vez de se dedicar exclusivamente a investir e aumentar a capacidade produtiva nacional e melhorar a rede, entrou nos negócios "modernos" da compra e venda do capital de empresas». Ou seja, a EDP quer endividar-se mais, «não para fazer a barragem do Sabor» - cujo projecto muitos dizem ter sido já abandonado - mas para «concorrer ao capital de empresas por exemplo em Espanha, Marrocos e no Brasil!!!».

A propósito, João Amaral lembra o caso da Portugal Telecom que comprou uma empresa por um valor 30% superior ao valor dado pela concorrência, caso que deveria ser explicado aos portugueses «ou senão acabamos todos por pagar na conta do telefone a mania das grandezas que reina no sector da economia!».

Se a EDP quer ir pelo mesmo caminho é preciso «pôr-lhe mão», prossegue o deputado do PCP, perguntando como é possível que uma empresa que apresenta estes números se dê «à provocação de vir anunciar que continua a reduzir o número de tra-

balhadores», redução que, ao longo dos tempos, ascende já aos 10 000 trabalhadores?

Trata-se de um «desgoverno» que tem de parar, afirma João Amaral, defendendo que a EDP «deve servir o interesse público, o interesse dos consumidores, o interesse do abastecimento energético de Portugal».

Para já, em sua opinião, as tarifas da electricidade devem baixar em termos nominais para os consumidores, uma vez que os custos da produção têm também vindo a baixar regularmente. Aliás, mesmo com uma descida «na ordem dos dois dígitos de

percentagem (10, 15 ou mesmo 20 por cento) ainda deixaria a empresa com uma elevada capacidade de autofinanciamento e com lucros líquidos anuais de várias dezenas de milhões de contos. E é possível ao Estado fazê-lo, já que a Entidade reguladora, que no futuro terá um papel de decisão na fixação dos preços, ainda não assumiu a totalidade das suas funções.

Por tudo isto, o PCP vai apresentar logo no início da sessão, um Projecto de Resolução para que a Assembleia da República se pronuncie no sentido da descida do preço da electricidade.

PCP/Madeira reúne Congresso

O PCP/Madeira vai realizar nos dias 4 e 5 de Outubro, na cidade do Funchal, com a participação do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, o seu V Congresso Regional. A decisão, tomada pelo Conselho Regional nos dias 9 e 10 de Setembro, tem como objectivo fundamental «dar mais força à luta dos trabalhadores e das populações».

Outra decisão tomada pelo Conselho Regional foi a de alterar as formas de organização e direcção políticas do Partido, tendo em atenção a alteração de qualidade verificada na consciência social das populações e dos trabalhadores, a existência de condições objectivas muito favoráveis para alargar a intervenção das populações, o alargamento visível da influência social e política do Partido e da CDU e o seu crescimento e reforço orgânico e, ainda, o facto de a actual forma de organização já não responder às crescentes solicitações que são feitas ao Partido.

Uma realidade, pois, que exige a busca de novas soluções, tarefa que o Conselho Regional delegou no Secretariado que, com este objectivo, vai elaborar e apresentar uma proposta que, entre outros, contemplará como critérios

os de alargamento do número de militantes com responsabilidades de direcção e de rejuvenescimento dos quadros dirigentes.

O Conselho Regional do PCP/Madeira decidiu ainda realizar reuniões plenárias em todas as organizações do Partido para eleger os delegados ao V Congresso e nomear uma Comissão de Redacção para a elaboração de um projecto de Resolução Política, com as principais orientações para a intervenção do Partido.



Os moradores do Beco da Escola estão dispostos a prosseguir a sua luta pelo direito à habitação

Moradores em luta

Por sua vez, também na Madeira, os moradores do Beco da Escola, da freguesia de Stº António, Funchal, estão em luta. São 33 famílias, representando um conjunto de cerca de 150 pessoas, que moram junto ao leito da ribeira e que, não tendo recebido resposta a um abaixo-assinado com 400 assinaturas que enviaram ao Governo Regional, decidiram avançar para a luta pelos seus direitos: direito à vida, direito à habitação.

Aquando das grandes cheias de 1993, morreram neste bairro três pessoas levadas pela força das águas. O Governo, entretanto, para avançar com uma obra, decidiu transformar o leito da ribeira em estrada de passagem de camiões, aumentando-o assim em mais 5 metros.

Mas as chuvas aproximam-se e os moradores não dormem descansados, pelo que, no sábado passado, barraram as obras e não deixaram ninguém trabalhar, tendo, na segunda-feira, entre as 8 e as horas levado a cabo idêntica acção.

Como, porém, não aparecia ninguém do Governo, optaram por se deslocarem eles em manifestação até ao Funchal, entrando pela sede do Governo e só parando à porta do secretário regional responsável pela obra. E no próprio edifício, após compromisso assumido pelo Governo, realizaram um plenário onde decidiram aguardar até hoje, quinta-feira, às 19 horas, para serem recebidos pelo Governo Regional. A partir dessa hora, realizarão, então, uma reunião para analisar as propostas apresentadas pelo Governo e as medidas eventualmente a tomar.

O deputados e outros dirigentes do PCP e da CDU têm, desde o início deste processo de luta, acompanhado as populações, organizando todas as acções desenvolvidas.

Aliás, também os regantes de S. Cruz, que hoje se deslocam ao Funchal para protestar contra o desvio da água de que tanto precisam para regar as fazendas, contam na sua iniciativa com o apoio da CDU.

Professores exigem qualidade no 1.º ciclo

A Federação Nacional dos Professores realizou quarta-feira uma acção nacional de contacto com a população, para que seja exigida ao Ministério da Educação uma intervenção estratégica no 1.º ciclo do ensino básico. A iniciativa, que consistiu na distribuição de um panfleto, visa sensibilizar a opinião pública para o risco que corre a escola do 1.º ciclo, por "manter níveis de qualidade idênticos aos de há mais de 20 anos". Para o sindicato, não houve evolução significativa relativamente aos recursos físicos e materiais, e as condições de segurança, higiene e salubridade tendem a agravar-se. O sindicato considera também que o investimento neste nível de ensino "é praticamente inexistente", havendo escolas a viverem com 40 escudos por aluno e por mês, para expediente e limpeza. Existem edifícios onde a água utilizada é imprópria, falta pessoal auxiliar em mais de 70 por cento das escolas da região centro, são poucos os estabelecimentos escolares em que funcionam refeitórios e não existe material didáctico.

Mais soldados indonésios em Timor-Leste

O dirigente timorense José Ramos Horta acusou a Indonésia de ter enviado mais 3000 soldados para Timor-Leste e alertou a opinião pública que o território está à beira de um levantamento popular. Em entrevista à cadeia de televisão norte-americana CNN, Ramos Horta considerou que a retirada de 1000 soldados indonésios de Timor-Leste, em Julho e Agosto, foi "propaganda" e considerou que Jacarta está a agir de má-fé. O Centro de Apoio Internacional de Timor-Leste, em Darwin, revelou em comunicado, citando informações da resistência, que em 6 de Agosto chegaram mais 300 soldados à zona oriental de Timor-Leste. Na entrevista a CNN, Ramos Horta rejeitou igualmente a oferta do presidente indonésio Habibie para que Timor-Leste tenha acesso a "uma autonomia limitada". "O nosso problema em relação à proposta de autonomia de Habibie é que ela passa pelo reconhecimento por parte da ONU de que Timor-Leste é parte integrante da Indonésia, facto que não podemos obviamente aceitar", concluiu o prémio Nobel da Paz.

Estudantes protestam

Os estudantes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em Lisboa, protestaram terça-feira contra o atraso das obras da cantina "instalando" uma "nova kantina" para receber os cerca de 300 alunos esperados.

A iniciativa, programada pela Associação de Estudantes, decorreu no primeiro dia do calendário escolar dedicado a exames. Segundo a associação, é "inadmissível que uma obra de tão pequena envergadura (substituição de condutas, pintura e pequenos arranjos), a cargo de um empreiteiro contratado pelos serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa, demore mais de um mês e meio a ser concluída". Para a associação, este problema é "apenas mais uma das razões que levam ao descontentamento dos estudantes do ensino superior público: falta de condições de ensino, más instalações e insuficiente acção social escolar".

CGTP reclama mais Centros de Saúde

A CGTP-IN defendeu, junto da ministra da Saúde, a criação de "mais centros de saúde com equipamento" no país, para se "tentar ultrapassar as carências" no sector. Manuel Lopes, da comissão executiva da Confederação Geral dos Trabalhadores, informou ainda a Agência Lusa de que foi defendida uma maior verba para a saúde no Orçamento de Estado para 1999. "Nós defendemos mais dinheiro para a Saúde, mas para ser melhor gerido, na perspectiva do utente, que é quem precisa", realçou o dirigente sindical. A CGTP-IN propôs ao Ministério da Saúde a criação de "mais Centros de Saúde com equipamento", nomeadamente para tentar reduzir ao filas de espera que se verificam em muitas zonas do país.

Encontro de agricultores

Cerca de 400 pessoas participaram num encontro realizado na Adegua Cooperativa da Batalha promovido pela Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria (FADL), em que esteve presente o ministro da Agricultura. No encontro foram debatidos os principais problemas da lavoura familiar, concluindo-se que "a situação na região é preocupante". Entre os principais factores de preocupação para os agricultores, destaca-se a baixa dos preços no produtor da carne de bovino e suíno, bem como do leite, a par dos elevados custos dos factores de produção. Numa recomendação entregue ao ministro é apontada a necessidade de criação de "apoios a fundo perdido aos pequenos e médios produtores de pêras, em particular de pêra-rocha". O ministro revelou estar em preparação a alteração do actual sistema de seguros agrícolas.

Realojamentos na Musgueira

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) reiniciou o processo de demolição de barracas com a destruição de 80 na Musgueira Norte e 30 na Musgueira Sul. Os trabalhos de demolição começaram quinta-feira passada após o realojamento dos respectivos moradores em fogos novos do Programa Especial de Realojamento (PER) da nova urbanização do Alto do Lumiar, na área do antigo Bairro da Cruz Vermelha. Trata-se do início das demolições na Musgueira Norte, onde existem cerca de 1100 barracas e casas abarracadas, estando já previstas operações deste género até ao final do ano. Eleva-se assim a 2400 o número de fogos PER em construção e contratados.

JCP toma posição Auto-estrada não deve atropelar futuro da serra do Caldeirão

"Quando os interesses económicos e políticos se sobrepõem a tudo o resto o que geralmente acontece é o desastre para as populações e o ambiente."

Este é o comentário da JCP-Algarve sobre o projecto de auto-estrada para o Algarve, que ameaça "atropelar o futuro da serra do Caldeirão".

Em nota já divulgada no Boletim Algarviado, amplamente distribuído na Festa do Avante!, os jovens comunistas algarvios tomam posição, que entretanto será enviada à Direcção Geral do Ambiente, associações ambientalistas e comunicação social.

A JCP-Algarve começa por referir a importância fundamental da A2 para o desenvolvimento do Algarve, para sublinhar que o que está em causa é a sua localização, que "tem de ser bem ponderada, principalmente em torno de questões como o ambiente, a qualidade de vida das populações, as actividades agrícolas e turísticas".

Um processo que tem seguido por caminhos bem diversos e que "sofreu desde cedo pressões

de um lobby "Loulé", onde se misturam o futuro político de alguns membros do PS e os interesses económicos dos proprietários dos empreendimentos turísticos que vão de Vale de Lobo a Vilamoura". Um quadro agravado com as palavras do ministro João Cravinho que indicam que a localização da A2 está quase decidida, "bem antes de acabar a discussão pública".

O comunicado da JCP-Algarve critica o facto de as diferentes alternativas cedo terem sido afastadas, "enquanto tudo foi feito para justificar que o corredor Salir-Via do Infante é uma alternativa viável (apesar de ser de longe a mais cara economicamente e de ambientalmente ser muito duvidosa)".

Os jovens comunistas lem-

bram que "o estudo sobre o impacto da A2 levanta sérios problemas no corredor Salir-Via do Infante em torno da geologia, geomorfologia, solos, clima, recursos hídricos subterrâneos, qualidade das águas, qualidade do ar, ruído, Reserva Ecológica Nacional, flora e vegetação, fauna, ecologia, aglomerados populacionais, Reserva Ecológica Nacional e património". E comentam que "é muita coisa para que se tome só uma decisão e pronto".

Não é pouco o que está em causa. "Em causa não está somente a Fonte da Benémola, os morcegos, o lince ibérico, as águias e a flora. Em causa está o turismo já implantado e por implantar em Sta. Bárbara de Nexe e o futuro da serra do Caldeirão." Em causa está "o futuro de uma agricultura que teima (ainda bem) em dizer que é possível manter alternativas (desejáveis) ao turismo". E ainda a qualidade de vida e o futuro de várias localidades que "não pre-

cisam de uma auto-estrada a esartejá-las, mas sim das suas estradas de acesso em boas condições".

No comunicado lembra-se que as associações ambientalistas defendem - opinião partilhada pela JCP-Algarve - uma opção diversa da da Brisa, "afirmando que o corredor do IP1 é possivelmente a alternativa económica e ambiental mais viável".

Os jovens comunistas algarvios consideram que "o Governo, em lugar de precipitar uma decisão em Setembro, deveria aprofundar seriamente, mas em tempo útil, a discussão e o estudo do impacto real da A2, sendo que a última palavra deveria caber às populações locais".

A JCP-Algarve "opõe-se a que a A2 esarteje a serra do Caldeirão e coloque em causa o futuro da mesma" e tudo fará, em colaboração com outras entidades e associações ambientalistas, para impedir uma decisão precipitada.

SOS em defesa do Lima

Inserida no conjunto de iniciativas de contestação ao alargamento do porto comercial de Viana do Castelo, o Partido Ecologista «Os Verdes» solicitou, esta semana, uma audiência ao Presidente da República.

«Os Verdes» lembram, em nota de imprensa, que, desde finais do ano passado "têm vindo publicamente a apresentar o seu protesto perante a hipótese de se prefigurar a expansão do referido porto em sacrifício do património natural da região".

Os ecologistas consideram que "o volume de investimentos exigido pelo projecto, a duvidosa rentabilidade económica do mesmo e o valor acrescentado introduzido na região não justificam, de forma alguma, a perda que representa a destruição da paisagem, a alteração do sistema ecológico do estuário e a barreira a criar entre a população e o rio".

Esta luta - que tem vindo a ser igualmente desenvolvida pelas populações locais e por diversas ONG's - deu já alguns resultados positivos, "com o reconhecimento judicial de uma providência cautelar interposta junto do Tribunal da Comarca". Pelo que importa "aprofundar a eficácia desta oposição a mais este atentado ecológico".

«Os Verdes» sublinham que irão continuar a lutar e a "reivindicar a defesa do património natural, a requalificação ambiental da zona e a qualidade de vida das populações".



A luta em defesa do Lima envolve também as populações locais

Festas da Amadora CDU denuncia menor participação popular

O programa das Festas da Cidade da Amadora foi aprovado com a abstenção da CDU.

Em causa está, "um processo que se iniciou torto" - afirma a CDU em comunicado de imprensa, em que denuncia que "por proposta do Presidente foi suprimida, neste mandato, a habitual Comissão Organizadora das Comemorações do Município que integrava todas as Juntas de Freguesia e as Colectividades mais antigas de cada freguesia, juntamente com outras instituições".

Uma diminuição drástica da participação popular na organização que não podia merecer a concordância da CDU.

Acresce que o PS contratou um Grupo de Festas da Cidade, que se limita à contratação de espectáculos e contactos vários, retirando aos serviços da Câmara qualquer intervenção significativa na organização das Festas, "ou seja, deixamos de fazer em grande parte actividades com" para se fazer "actividades para (consumo)".

O comunicado da CDU denuncia igualmente, de par de outros factos, a enorme importância gasta nas Festas - mais de setenta milhões de escudos. Uma importância "extravagante", se "a compararmos com os 11.600 contos gastos em 1997 (em ano eleitoral!) pela gestão CDU, ou seja, o PS gastou mais 600%!!!!".

A CDU considera que "o exemplo colhido na organização das Festas da Cidade comemorativas do 19.º aniversário do município, tipifica a tentativa de marginalização do órgão Câmara Municipal, ilustra o modo de estar no mínimo inquietante e irresponsável e faz cair por terra a teoria do diálogo".

A concluir, o comunicado sublinha que "a CDU não pretende complicar a gestão, antes pelo contrário, está verdadeiramente consciente do que ela significa e envolve, por isso sempre dinamizou o processo das festas da Cidade, importante importante para o Movimento Associativo e para os cidadãos em geral". Só por essa razão não votou contra.

Texto
Anabela Fino
Fotos
Sérgio Morais

É preciso uma alternativa para a Europa

— entrevista com **Fausto Bertinotti**, Secretário Nacional do Partido da Refundação Comunista de Itália

«Se o Governo italiano não levar à prática uma viragem na sua política, no sentido de aplicação de reformas sociais, a Refundação Comunista não poderá continuar a apoiar um Governo que pratica uma política de direita» - as palavras são de Fausto Bertinotti, Secretário Nacional do Partido da Refundação Comunista de Itália, que esteve recentemente em Portugal, onde participou na Festa do Avante!, a convite do PCP. Em entrevista ao «Avante!», Fausto Bertinotti fala ainda da necessidade de «um salto qualitativo na acção comum dos partidos» que compõem o Grupo Coligação da Esquerda Unitária Europeia no Parlamento Europeu, tema que estará em debate numa reunião a realizar na próxima sexta-feira, em Roma.

O Partido da Refundação Comunista (PRC) apoia desde há dois anos um Governo de centro-esquerda em Itália. Qual o balanço do PRC sobre esta experiência?

Nestes dois anos de vida de um Governo de centro-esquerda apoiado pelo Partido de Refundação Comunista, podemos falar de dois aspectos positivos em resultado desta experiência. O primeiro, é o aspecto elementar de se ter impedido que fossem as forças de direita a governar o país, e de se ter aberto uma crise no seu seio. A direita continua a ser forte e perigosa, mas não tanto como o era na altura da sua derrota eleitoral. O segundo aspecto positivo diz respeito ao saneamento das contas do Estado, que permitiu que a Itália entrasse para os países da moeda única sem que em contrapartida houvesse uma gravíssima crise social. Este último resultado foi um resultado difícil, que exigiu grandes lutas, confrontos e empenhamento da Refundação Comunista nas suas relações com o Governo.

Se estes são os dois aspectos positivos, existem também aspectos muito negativos. A política económica do Governo falhou no que diz respeito ao combate ao desemprego.

Qual é actualmente a taxa de desemprego?

A taxa de desemprego é de 12 por cento, concentrado sobretudo no Sul de Itália onde, em regiões inteiras, o índice de desemprego ascende a 25 por cento.

Como ia dizendo, o segundo aspecto negativo foi o aumento das desigualdades sociais e da pobreza, sendo que a pobreza é também já uma realidade no seio mesmo daqueles que têm emprego. Estes aspectos negativos provocaram uma reacção de distanciamento, de desilusão, em certos sectores da população, em relação à política do Governo. Por todos estes motivos, desde há alguns meses que o PRC vem exigindo uma viragem na política do executivo. Uma viragem para que, após uma fase

em que a política do Governo esteve sobretudo concentrada na exigência de saneamento das contas do Estado, se entre numa outra fase em que as reformas sociais sejam a tônica fundamental.

Brevemente vai ser discutido o Orçamento do Estado. Se esta exigência do reforço das reformas sociais não for aceite, designadamente no que respeita à luta pelo horário de trabalho de 35 horas semanais, de que quase já não se fala, qual vai ser a posição do PRC?

O Governo vai apresentar em breve a lei para o Orçamento de Estado. Em paralelo, o executivo vai apresentar uma série de medidas económicas e sociais, e um documento de orientação, que é um dos momentos mais importantes desde ano. Trata-se de um momento decisivo para verificar se as exigências do PRC para uma nova política económica e social por parte do Governo foram ou não satisfeitas. A situação actual é preocupante. O Governo parece estar a resistir às exigências da Refundação Comunista. Também as grandes e novas incertezas e a crise na situação internacional, em vez de estarem a orientar o Governo no sentido de políticas de reforma, parecem estar, pelo contrário, a levar o Governo no sentido de estabilização de políticas de direita. Ou seja, parece que o Governo parece orientar-se no sentido de políticas económicas que poderíamos designar de neoliberais mitigadas. Esta política pode ser reconhecida nos seguintes aspectos:

Primeiro, a recusa de qualquer intervenção importante do Estado na economia, seja quando se exigem políticas de programação económica, seja no respeitante a políticas para a ocupação de jovens desempregados;

Em segundo lugar, o redimensionamento até dos próprios compromissos que o Governo já havia assumido em relação a alguns aspectos inovadores, como é o caso da redução do horário de trabalho. O Governo mantém o compromisso de aprovar uma lei de redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, mas ao mesmo tempo defende uma política de aumento das horas extraordinárias e de aumento da flexibilidade e da precariedade do trabalho. Na prática, isto significaria tirar com a mão direita o que de dera com a mão esquerda.

Em terceiro lugar, temos a recusa em aceitar algumas propostas de reformas sociais que o Partido da Refundação



As grandes e novas incertezas e a crise na situação internacional, em vez de estarem a orientar o Governo no sentido de políticas de reforma, parecem estar, pelo contrário, a levar o Governo no sentido de estabilização de políticas de direita.

Comunista apresentou, visando reduzir as desigualdades sociais. Medidas de valorização do trabalho manual, de implementação da gratuidade de alguns serviços públicos, de protecção social para os desempregados. Em todas estas questões o Governo tem, até agora, opositora resistência, orientando-se no fundamental no sentido de continuidade em relação às políticas do passado. Só que, assim, agravam-se os problemas do país; não só não se resolvem, como se agravam. Por isso nós propomos de novo a necessidade de uma viragem na política económica. Se o Governo não levar à prática essa viragem, a Refundação Comunista não poderá continuar a apoiar um Governo que pratica uma política de direita, uma vez que nesse caso o nosso próprio partido se tornaria também responsável por essa política.

Se esse cenário se concretizar, há no horizonte a possibilidade de eleições antecipadas?

Francamente, penso que não. Em Itália existe aquilo que designamos de «semestre branco», ou seja, o facto de no último semestre do mandato do Presidente da República este não poder dissolver o Parlamento. Uma vez que estamos prestes a entrar neste «semestre branco», não creio que existam condições políticas para eleições antecipadas.

O PRC faz parte, tal como o PCP, do Grupo Coligação de Esquerda Unitária no Parlamento Europeu. Quais as perspectivas de trabalho futuro neste âmbito?

Esta nossa vinda à Festa do Avante!, a convite do PCP, pretende assinalar a necessidade que sentimos de efectuar um salto qualitativo na acção comum dos partidos que compõem o GCEUE. Esta necessidade já tinha sido muito sublinhada aquando da última reunião dos secretários-gerais dos partidos que fazem parte do Grupo, ou seja, a necessidade de lutas conjuntas, de maior coordenação quer no seio do Grupo no Parlamento Europeu, quer entre os partidos, quer a necessidade de elaborar uma autêntica plataforma comum para a Europa. As crises que se verificam a nível internacional sublinham ainda mais a necessidades destas convergências. Uma resposta dos movimentos operários e das forças

sociais no seio de cada país, embora necessária, não é suficiente. Os Estados nacionais estão a ser esmagados pelos processos de globalização económica; para construir uma alternativa às políticas neoliberais, a dimensão europeia é absolutamente necessária. Temos de ser capazes de construir essa alternativa. As forças burguesas, as forças do capital, os conservadores, estão a propor à Europa a adopção do modelo norte-americano. Se esta proposta se concretizasse, seria na verdade uma perspectiva desastrosa para os povos europeus. É por isso necessário combatê-la, mas também definir um projecto alternativo. Esta política alternativa pode começar já através de um apelo comum e de uma proposta comum dos partidos do Grupo para as próximas eleições europeias. Podemos verificar, até no encontro quer tivemos com o camarada Carvalhas e outros camaradas do PCP, a existência de convergência de opiniões em torno desta necessidade. Pensamos que, na próxima reunião dos responsáveis pelo trabalho internacional do Grupo, que vai realizar-se dentro de poucos dias em Roma, a 19 de Setembro, este processo dará um novo passo em frente.

Estamos perante a tentativa de criação de um partido da esquerda, a nível europeu, a exemplo dos que já existem no Parlamento Europeu, no tocante aos restantes partidos?

Penso que temos que avançar em termos práticos nas formas de coordenação. Fazer trabalho político comum, iniciativas conjuntas, plataformas conjuntas. Acho que seria importante, mesmo simbolicamente, se houvesse um elemento que exprimisse esta unidade, e que pudessemos escrever, após as siglas dos nossos partidos - Partido Comunista Português, Partido Comunista Francês, Refundação Comunista Italiana, Esquerda Unida... - algo que significasse uma pertença a um movimento comum, o que já reflectiria a realidade de um trabalho político levado a cabo em conjunto e de um compromisso para o desenvolver anteriormente. Penso que existe a necessidade de um salto de qualidade no nosso trabalho conjunto a nível europeu.

Há condições objectivas para esse salto?

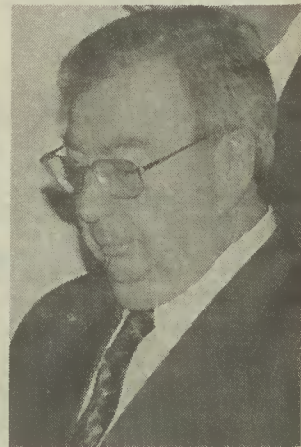
Creio que sim.

Rússia Primakov não faz milagres

Yvgueni Primakov é o novo primeiro-ministro russo. O seu nome foi aprovado pela Duma na sexta-feira, com 317 votos a favor e 63 contra, depois de Viktor Tchernomirdin ter sido recusado duas vezes.

O novo Governo é composto por Igor Ivanov (ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-embaixador da Rússia em Espanha), Igor Sergueyev (ministro da Defesa), Serguei Stepashin (ministro do Interior), Serguei Shoigu (ministro das Situações de Emergência) e o comunista Yuri Masliukov como primeiro vice-primeiro-ministro.

Masliukov chefiou a Gosplan, o organismo de planificação económica soviético, e, segundo os analistas, é partidário de um forte papel do Estado na direcção da Economia. Em 1991, chegou a ser vice-primeiro-ministro da URSS.



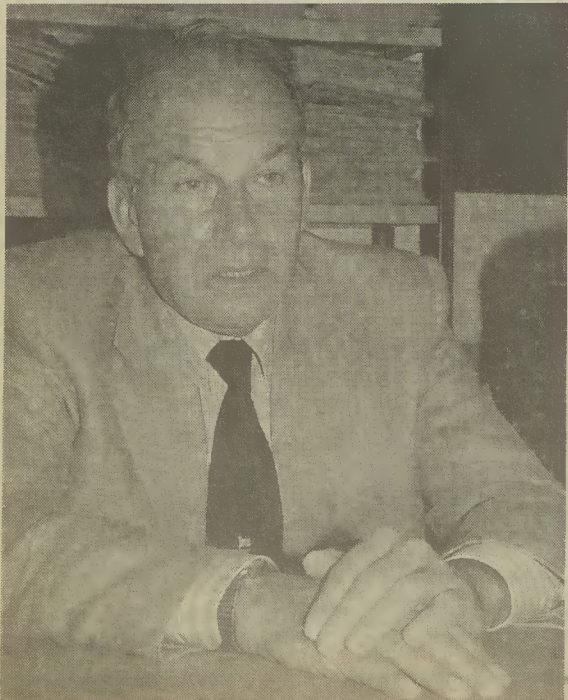
Yvgueni Primakov

Primakov afirmou que irá continuar as reformas económicas, mas acrescentou que não fará milagres: «O país está num tal estado que resultados rápidos são impossíveis.» Segundo ele, a prioridade do seu governo não é a «estabilidade financeira a nível macroeconómico» por si só, mas usá-la como um «ponte entre o desenvolvimento da economia nacional e da indústria».

Afirmando que não se candidatará às eleições presidenciais, Primakov defendeu que «os interesses nacionais da Rússia devem ser protegidos firmemente, mas ao mesmo tempo há que fazer tudo para evitar o confronto com outros países. Não precisamos de voltar à guerra-fria, e isso não acontecerá».

Entretanto, o Partido Comunista da Federação Russa demarcou-se do novo executivo e assegurou que não apresentará candidatos a ministros. Para o líder comunista, Guennadi Ziuganov, o Governo deve ser julgado pelos seus actos.

O protesto nacional convocado pelos comunistas para dia 7 de Outubro continua de pé. Nesse dia, sairão à rua manifestações exigindo a demissão do presidente Boris Ieltsin, a convocação de eleições presidenciais antecipadas e o julgamento de «todos os que conduziram o país ao seu estado actual».



INTERNACIONAL

Estados Unidos Futuro presidencial nas mãos do Parlamento

O presidente norte-americano, Bill Clinton, prossegue a sua encenação do «perdoa-me», enquanto espera que a Câmara dos Representantes (Parlamento) analise o relatório do procurador Kenneth Starr sobre o «caso Lewinsky» e decida se recomenda ou não o início do processo de destituição (impeachment).

O relatório de Starr, difundido via Internet e reproduzido, nos seus aspectos mais escabrosos, por praticamente toda a imprensa a nível mundial, pode ser o princípio do fim da presidência republicana, apesar das lágrimas e arrependimento «sincero» que Clinton tem vindo a servir de forma muito mediática aos seus concidadãos. De acordo com notícias veiculadas pela Lusa, citando responsáveis republicanos e democratas que pediram o anonimato, a Câmara de Representantes deverá votar brevemente a instauração formal de um inquérito tendo em vista a destituição do presidente.

Segundo as mesmas fontes, se esta decisão for concretizada o Congresso não limitará o seu inquérito à investigação do procurador independente Kenneth Starr sobre a relação sexual entre Clinton e Monica Lewinsky e à tentativa do presidente para a esconder. O inquérito da Comissão Judicial do Congresso deverá investigar

outros casos envolvendo Clinton, desde os negócios imobiliários de Whitewater até à angariação de fundos para a campanha eleitoral de 1996.

A questão da destituição está no entanto longe de ser pacífica, havendo quem advogue um qualquer tipo de sanção, sem no entanto se chegar ao *impeachment*. Segundo o deputado republicano David Bonior, o mais provável é que «seja uma opção intermédia, uma repressão pública pelo seu comportamento pessoal». De acordo com as sondagens entretanto divulgadas, essa parece ser também a opinião da maioria do povo norte-americano: 59 por cento considera que o Congresso deveria castigar o presidente de alguma forma, mas não destituí-lo.

Mais do que o parecer dos americanos, em causa estão os interesses eleitorais quer de democratas quer de republicanos, que dentro de dois anos se vão degladiar mais uma vez na corrida à Casa Branca. Aos pri-



meiros interessa, seja qual for o desfecho do caso «Lewinsky», provar que a sua gestão é a melhor para os EUA, apesar das «fraquezas» pessoais; aos segundos, empenhados em provar o contrário, não interessa a substituição de Clinton por Al Gore, o vice-presidente, que a verificar-se a destituição dispo-

ria de um período relativamente longo para preparar o seu próprio caminho na corrida ao cargo nas próximas eleições.

É sintomático, por exemplo, que o presidente do Comité Judicial do Senado, Orin Hatch, embora reconhecendo que existe «uma prova credível» de que Bill Clinton cometeu perjúrio, tenha aconselhado calma e considerado que ele não se deveria demitir até que haja uma decisão da Câmara dos Representantes sobre o processo de destituição.

Clinton tem recebido, entretanto, manifestações de apoio e solidariedade da parte de alguns dos dirigentes políticos estrangeiros, nomeadamente do presidente francês, Jacques Chirac, do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, do primeiro-ministro britânico Tony Blair, e do chanceler alemão Helmut Kohl.

As cenas dos próximos capítulos seguem dentro de momentos.

Espanha debate aborto

Na próxima terça-feira, o Parlamento espanhol vai debater os projectos de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez apresentadas pela Esquerda Unida, pelo PSOE e pela Nova Esquerda.

O texto da Esquerda Unida propõe que o aborto deve ser liberalizado até às 14 semanas, enquanto que o projecto apresentado pela Nova Esquerda defende um prazo até às 16 semanas.

A proposta do PSOE – que deverá ser votado favoravelmente pelas outras duas organizações – inclui a despenalização da interrupção da gravidez até às primeiras 12 semanas. Qualquer mulher que pretenda fazê-lo terá de ser consultada num centro especializado, onde será informada sobre as alternativas e os tipos de ajuda disponíveis, e esperar três dias para avançar com a operação.

Defendida pela esquerda, a despenalização do aborto está a ser alvo de uma forte campanha por parte da direita e da Igreja. Na passada segunda-feira, a Conferência Episcopal considerou as propostas apresentadas «imorais» e «mais injustas que a actual legislação».

Reagindo a estas declarações, a deputada, da Esquerda Unida, Ángeles Maestro afirmou que a Conferência Episcopal «está a ultrapassar o âmbito das suas competências». «O reconhecimento do direito de uma mulher decidir abortar dá-lhe simplesmente a possibilidade de o fazer, mas não implica nenhuma pressão para o fazer», acrescentou.

Para a porta-voz do mesmo grupo parlamentar, Rosa Aguilar, a posição da Conferência Episcopal revela «a atitude antidemocrática e intolerante da Igreja, porque o mínimo que se pode fazer é demonstrar respeito por uma proposta, estando de acordo com ela ou não, realizada pelo poder legislativo que é o que emana dos cidadãos».

«Os bispos, de acordo com a Constituição, devem manter-se à margem das questões legislativas. Nunca se viu declarações tão radicais», afirmou, por seu lado, a deputada socialista Cristina Alberdi.

Em Espanha, o aborto foi legalizado em 1985 para os casos de violação, malformação do feto e perigo para a saúde física e psíquica da mãe.

Chile

Confrontos assinalam 25 anos de golpe de Estado

Vinte e cinco anos depois da queda do Governo de Salvador Allende, o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet continua a fazer vítimas. Na sexta-feira passada, milhares de pessoas saíram às ruas de Santiago do Chile para participar nas numerosas manifestações que assinalaram a passagem de um quarto de século sobre o derrube do executivo eleito em 1970 pela coligação «Unidade Popular». Proibidas pelas autoridades, as manifestações saldaram-se em dois mortos: Cristian Arévalo, dirigente local do Partido Comunista, e Claudia Beraiges, estudante e também militante comunista. Em Lisboa, foi ontem entregue, na embaixada do Chile, por representantes da Associação dos Direitos Humanos, um protesto contra estes assassinatos.

Arévalo faleceu devido a feridas na cabeça provocadas por uma granada de gás lacrimogéneo, enquanto Claudia Beraiges foi morta a tiro. Durante os confrontos, mais de 300 pessoas foram presas pela polícia.

Os manifestantes levantaram barricadas, lançaram bombas e pedras contra dois quartéis e acenderam velas em diversos pontos da cidade, em memória de todos os torturados, fuzilados e desaparecidos do regime de Pinochet.

O aniversário foi assinalado por diversas organizações no mundo inteiro, nomeadamente pelo PCP. «O regime fascista de Pinochet cometeu inúmeros crimes que devem ser castigados, pelo que nos associamos inteiramente ao vosso justo combate contra a sua impunidade», lê-se numa nota enviada ao Comité Central do Partido Comunista do Chile. Condenando «a brutal repressão das forças policiais» contra as manifestações de sexta-feira, o PCP manifestou a sua solidariedade com os chilenos na sua luta pela democracia, justiça e progresso social.

Também o Conselho Mundial das Igrejas assinalou a data, enviando mensagens às igrejas Protestante, Pentecostal e Católica chilenas, bem como à comunidade judaica. Nas cartas, o secretário-geral do Conselho afirma não ter esquecido «o sofrimento e a perda de

entes queridos que ocorreu naquele dia e durante os meses e anos de repressão militar que se seguiram».

Referindo o «dia obscuro de 11 de Setembro de 1973, que semeou o terror na nação chilena e comoveu o mundo inteiro», aquela organização presta homenagem a todos os que salvaram vidas e lutaram pela defesa dos direitos humanos.

25 anos depois

As eleições chilenas de 1970 foram ganhas pela coligação chefiada por Salvador Allende «Unidade Popular», que agrupava o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Movimento de Acção Popular Unificado e a esquerda cristã. As promessas eleitorais começaram a ser cumpridas de imediato: bancos privados, o comércio externo e cerca de 200 empresas foram nacionalizadas; a reforma agrária foi impulsionada; o «sector social» da economia foi criado.

Em 11 de Setembro de 1973, com a participação de empresas multinacionais e dos serviços secretos norte-americanos, o general Augusto Pinochet lide-

rou um golpe militar que depôs o Governo, assassinou Allende e transformou em ruínas a sede do executivo.

A partir dessa data, a resistência à ditadura de Pinochet manteve-se viva, apesar da sangrenta repressão e de milhares de mortos, desaparecidos e torturados.

Hoje em dia, Pinochet é o único senador vitalício do Chile, cargo reservado para si pela Constituição de 1980, redigida durante o regime militar com o objectivo de o beneficiar.

A Constituição foi promulgada após um referendo considerado fraudulento pela oposição, permitindo a Pinochet manter-

-se de alguma forma no poder através do seu lugar de comandante-chefe do exército nacional, onde se conservou oito anos e que só abandonou em Março.

Os resultados do referendo de Outubro de 1988 foram claros: 57 por cento dos chilenos manifestaram-se contra a continuação do ditador à frente dos destinos do país. Contudo, Pinochet, apoiado essencialmente por empresários e pelas forças armadas, insistiu em conservar um lugar para si nos cargos que decidem os destinos do Chile.

Em Abril deste ano, cerca de um mês depois de assumir o

cargo de senador vitalício num ambiente de grande contestação popular, o antigo ditador foi novamente alvo de protestos, desta vez através de uma acusação constitucional que previa um julgamento histórico à sua actuação como chefe do exército durante o período de transição para a democracia. O requerimento foi debatido durante nove horas pela Câmara de Deputados, tendo sido rejeitado por 65 votos contra e 52 a favor. A esta maioria pertencem os parlamentares de direita e um terço dos representantes do Partido de Democracia Cristã, no poder.

PCP felicita República da Coreia

Por ocasião do 50.º aniversário da fundação da República Democrática e Popular da Coreia (RDPC), o Secretariado do Comité Central do PCP enviou uma nota de felicitações ao Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia.

«Culminando uma longa e heróica luta do povo coreano pela libertação da sua pátria da ocupação japonesa, a fundação da RDPC e a proclamação do objectivo de construir uma nova sociedade constitui um grande acontecimento. Fazemos sinceros

votos para que, apesar de todos os problemas e dificuldades, nomeadamente os que resultam de terríveis catástrofes naturais, obtenhais êxitos na satisfação dos interesses dos trabalhadores e do povo da RDPC», lê-se na mensagem.

O CC solidariza-se ainda com «a luta do povo coreano pela retirada de tropas dos EUA do Sul da Coreia, pela desnuclearização da península, pela reunificação pacífica da sua pátria, contra a hostilidade e as ameaças do imperialismo».

Sergio Corrieri, do Partido Comunista de Cuba

«Se até agora conseguimos, vamos continuar a conseguir»

A solidariedade internacional com Cuba é importantíssima tanto a nível material como psicológico. Disso nos falou Sergio Corrieri, membro do Partido Comunista de Cuba e representante do Conselho de Estado, que se deslocou a Portugal no âmbito da Festa do Avante!. Nesta entrevista, Corrieri abordou ainda a forma como o seu país está a superar as dificuldades económicas e a contornar o bloqueio norte-americano.

- Como é a actual situação económica em Cuba?

- São conhecidos os problemas económicos que afectaram Cuba com o desaparecimento do mundo socialista e a desintegração da União Soviética. Tudo isso teve um impacto que representou, sem dúvida, um golpe muito forte para a economia cubana e implicou a remodelação de muitos aspectos dessa economia, como por exemplo os mercados.

Foi preciso procurar novos mercados para importar e exportar. Este não foi um processo fácil e muito menos rápido. Foi um processo lento, que demorou anos, um período duro, de grandes sacrifícios, de grandes provas para o povo cubano que se podem ilustrar com a seguinte percentagem: o Produto Interno Bruto (PIB) de Cuba cresceu 1,35 por cento no período de 1990 a 1994.

Cuba teve necessariamente que começar a tomar medidas do ponto de vista económico. Desde 1994 - o ano em que consideramos que se verificou o fim do declínio económico e se registou um crescimento da economia -, recuperámos 14,95 por cento. Houve pequenos crescimentos em 1994, 1995, 1996, 1997... e pensamos crescer este ano cerca de três por cento.

Não é um crescimento muito grande, mas é um crescimento constante. Não é uma coisa fortuita, mas sim uma tendência que permite uma melhor produção, mais efectiva e com menos custos.

Comparada com a situação de 1992 ou 1993, sem dúvida que a vida dos cubanos melhorou em alguns aspectos. Todavia, ainda está muito longe das nossas expectativas e das nossas necessidades. É uma luta muito dura, muito difícil, em que o nosso principal adversário é a política dos

Estados Unidos face a Cuba. O bloqueio não cedeu um pouco sequer; pelo contrário, tende a intensificar-se cada vez mais. Mas, apesar de tudo, não conseguiu impedir este desenvolvimento que agora nos atinge positivamente.

- Como estão as relações entre Cuba e os EUA?

- Infelizmente, as relações entre Cuba e os Estados Unidos continuam em ponto morto. Apesar de moralmente o bloqueio ser uma política desacreditada contra a qual se opõe todo o mundo - quase todos os governos e parlamentos nacionais e regionais -, ele é mantido praticamente igual.

Talvez o único elemento novo seja o facto de ultimamente se terem levantado novas vozes no interior dos Estados Unidos, que agregam tanto personalidades políticas como científicas, culturais, grupos empresariais ou da Câmara do Comércio. Começa-se a criar também um lobby que junta senadores e deputados - contudo, em número minoritário - que estão contra o bloqueio. Digo minoritário, porque o Congresso dos EUA está dominado pelas forças mais conservadoras, pelas forças de direita sobre a qual inclusivamente a contra-revolução cubana milionária tem certa influência por investir muito dinheiro nas campanhas eleitorais.

É esta a situação: o mundo recusa o bloqueio, há novas vozes nos Estados Unidos

que lutam contra ele, há um movimento de solidariedade com Cuba que é cada vez mais forte, mas na prática a política não se modificou absolutamente nada.

- Quais são as perspectivas para o fim do bloqueio?

- Nós vivemos quase 40 anos com o bloqueio. Não podemos planificar o nosso futuro com base no fim do bloqueio. Planificamos o nosso futuro como se o bloqueio fosse durar para sempre. Se terminar, tudo será mais fácil e mais rápido. Se não terminar, vamos continuar a seguir em frente. Isto é o mais sensato que podemos fazer. Não podemos esperar que o bloqueio ter-



Foto: Miguel Vilas

mine, porque a vida não espera. Se até agora conseguimos, vamos continuar a conseguir.

- Fala-me das campanhas de solidariedade.

- Hoje em dia, podemos dizer que o movimento de solidariedade com Cuba é um movimento mundial, que existe organizado em mais de 120 países e que conta com centenas e centenas de organizações.

Essa solidariedade com a revolução cubana sempre existiu, mas não há dúvida que nestes anos difíceis aumentou consideravelmente. E aumentou precisamente porque as coisas se tornaram mais difíceis para Cuba, porque o bloqueio se intensificou e as hostilidades tomaram maiores dimensões.

Creio que isto aconteceu também porque o povo e a direcção da revolução cubana demonstraram que o socialista em Cuba não é uma questão imposta, algo falso ou importado. A revolução é autêntica, é nacional, é popular e é socialista. Quando os países socialistas começaram a cair, dizia-se que a revolução iria terminar a curto prazo, mas já passaram nove anos, atravessámos um período muito duro, muito difícil, mas a revolução está aí e está a melhorar apesar de todas as dificuldades.

Por isso, o movimento abarca pessoas de distintas ideologias, de distintas crenças. Em primeiro lugar, temos naturalmente os comunistas. Mas, repito, a força do movimento está na sua amplitude e variedade.

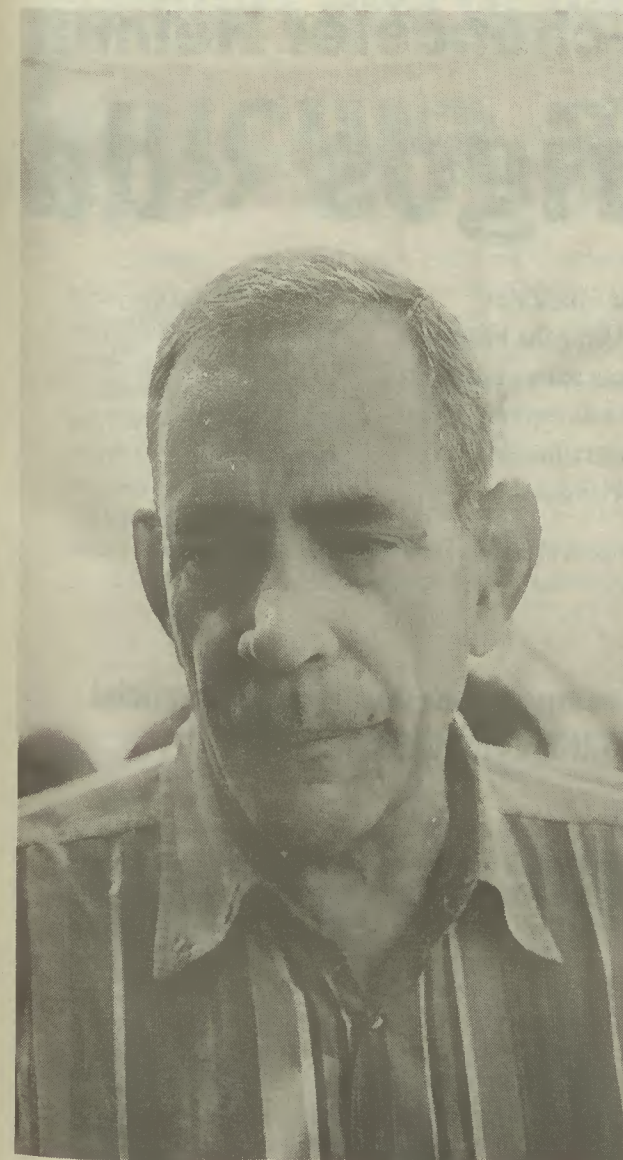
Creio que isso nos acompanhou muito nestes anos duros, nos estimula e nos ajuda. O povo cubano foi muito solidário na sua história e há já três gerações de cubanos que foram criadas nestes valores de solida-



Foto: Miguel Vilas



Depois de anos de sacrifícios, a economia cubana está a recuperar. Desde 1994 recuperou 14,95 por cento



Sergio Corrieri ao Avante!:
«Ultimamente, levantaram-se novas vozes no interior dos Estados Unidos, que agregam tanto personalidades políticas como científicas, culturais, grupos empresariais ou da Câmara do Comércio. Começa-se a criar também um lobby que junta senadores e que estão contra o bloqueio.»



Campanha de Medicamentos até Outubro

A campanha «Medicamentos para Cuba» da responsabilidade da Associação de Amizade Portugal-Cuba prossegue até meados de Outubro, altura em que Fidel Castro se deslocará a Portugal para participar na Cimeira Ibero-Americana.

Depois de campanhas com objectivo de juntar brinquedos e leite, a Associação decidiu levar a cabo esta iniciativa para, por um lado, ajudar a colmatar as necessidades cubanas no campo médico, e, por outro, chamar a atenção para a contradição que o bloqueio norte-americano provocou: Cuba, um país avançado do ponto de vista científico, não tem medicamentos em número suficiente por falta de matérias-primas e pela dificuldade em os comprar a um preço acessível.

Iniciada em Setembro de 1997 no decorrer da visita a Portugal de Leila Guevara, filha de Ernesto Che Guevara, a campanha é virada para todos os que estão contra o bloqueio. Para colaborar é preciso apenas alguma boa vontade. Por cada contributo de 200 escudos, os participantes recebem em troca um pequeno frasco com açúcar, do feitiço de uma ampola de vacinas. Segundo Armanda Fonseca, tem-

se registado uma grande receptividade por parte das pessoas e verifica-se que existe uma grande simpatia pelos cubanos.

Aceitando também géneros, a Associação Portugal-Cuba prefere doações monetárias, porque isso permite comprar medicamentos por grosso e fazer entregas de um modo mais económico e mais racional. Naturalmente, não faz sentido mandar umas poucas embalagens de um medicamento e o doente não poder seguir o tratamento adequado por não ter mais exemplares.

Mas, como explica Armanda Fonseca, é sempre diferente do ponto de vista emocional comprar uma caixa de um fármaco e ir entregar, sabendo que aquela mesma embalagem vai para um hospital ou um centro de saúde cubano.

A campanha segue com as bancas de rua, com distribuição de milhares de panfletos, a divulgação do movimento contra o bloqueio e as iniciativas que decorrerão no Porto por ocasião da Cimeira Ibero-Americana. No dia 17 de Outubro, terá lugar um desfile popular e um espectáculo com artistas portugueses e, no dia seguinte, realiza-se uma corrida de atletismo.



Foto: Miguel Vilas

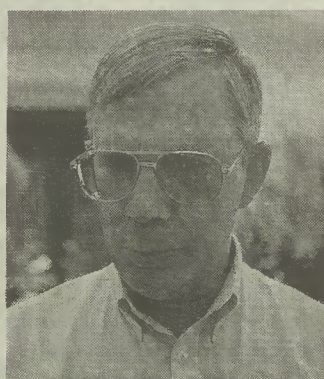


A solidariedade com Cuba presente de forma expressiva na Festa do Avante!

Comunistas russos querem mudança total

«Na Rússia os comunistas querem uma total mudança da orientação económico-social» - afirma Mikhail Kossykh, que representou o Partido Comunista da Federação Russa na Festa do «Avante!».

Em depoimento feito ao nosso jornal no último dia da Festa, aquele membro do Comité Central do PCFR e deputado da Duma (câmara baixa do Parlamento russo) refere que «a situação económica a que se chegou na Rússia confirma como é errado o caminho escolhido em 1992». «Até aqueles que, durante todos estes anos, apoiaram Ieltsin e as suas reformas tomam hoje consciência de que assim é», salienta Kossykh.



«De facto, neste período, o produto interno bruto caiu no país para menos de metade e a quebra da produção industrial atingiu os 53 por cento. O golpe mais forte atingiu os sectores mais avançados e de altas tecnologias.

«Nas exportações russas, o peso da produção industrial desceu para 12 por cento, enquanto a fatia das matérias-primas e combustíveis alcançou os 80 por cento.

«O sector da energia e combustíveis é responsável por 60 por cento das receitas do país, que são afectadas por qualquer alteração nos preços do petróleo.

«O Estado, na realidade, deixou de apoiar a produção agrícola nacional, que continua a diminuir, enquanto as importações ultrapassam já os 50 por cento do consumo, colocando a Rússia na total dependência dos fornecimentos alimentares do estrangeiro.

«A crise financeira que se veio agudizando nos últimos meses é apenas uma consequência da crise económica geral e da política levada a cabo por Ieltsin e a sua equipa. Mas veio agravar ainda mais a situação económica.

«Mas a actual crise não é apenas económica, é também social. Aumentou o volume de salários, pensões e subsídios em atraso. Mesmo segundo as estatísticas oficiais, há actualmente 7 milhões de desempregados, o que representa 10 por cento da população activa; mas de facto, segundo alguns cálculos, ultrapassa já os 25 milhões de pessoas. E, a curto prazo, com a redução dos efectivos militares e do pessoal das indústrias de defesa, pode aumentar em mais 2 milhões.»

Mudar de rumo

«Neste contexto, o Partido Comunista da Federação Russa considera, contrariamente às afirmações do poder, que não é possível tirar o país da crise apenas com medidas de estabilização financeira. É indispensável uma total alteração das orientações económico-sociais.

«O PCFR propôs um programa com medidas integradas, tendo por objectivos:

- o renascimento da indústria e da agricultura,
- a devolução dos sectores estratégicos ao Estado,
- o estabelecimento do monopólio estatal sobre o comércio externo numa série de importantes matérias-primas,
- a proibição da saída de capitais do país,
- a total reposição dos direitos económico-sociais e das garantias dos cidadãos, e dos princípios do poder popular na administração do Estado.

«As diferenças entre o regime actual e a oposição na apreciação das razões da crise económica e do seu carácter, bem como das vias para a vencer, determinam também o desenvolvimento de uma crise política que é hoje evidente.

A candidatura de Tchernomyrdin, que Ieltsin tentou impor à Duma, não tinha quaisquer perspectivas e não permitiria a saída nem da crise económica nem da crise política. Tchernomyrdin chefiou o governo durante 5 anos e, juntamente com Ieltsin, é inteiramente responsável pelos resultados da sua política. Também não tem apoio político na sociedade, não chegando a ultrapassar os 10 por cento nas sondagens.

Por isso, o Partido Comunista da Federação Russa e os seus aliados insistem na demissão de Ieltsin, na alteração da política económica e social, na formação de um governo que tenha a confiança popular e também o apoio da maioria do parlamento.

Serão precisamente estas as principais exigências da greve geral política, anunciada pelos sindicatos russos para 7 de Outubro. Os comunistas declararam o seu apoio a esta acção e estão empenhados na sua preparação» — conclui Mikhail Kossykh.

O ex-chanceler Helmut Schmidt alerta para Os perigos «da

Num artigo recentemente publicado no semanário alemão «Die Zeit» intitulado «A Loucura Global», o antigo chanceler da Alemanha Federal, Helmut Schmidt descreve a situação dramática e perigosa para a economia mundial provocada pela globalização da circulação incontrolada de capitais e afirma que «o medo de uma crise económica mundial não é exagerado» uma vez que «os mercados financeiros tecnicamente globalizados são perigosos».

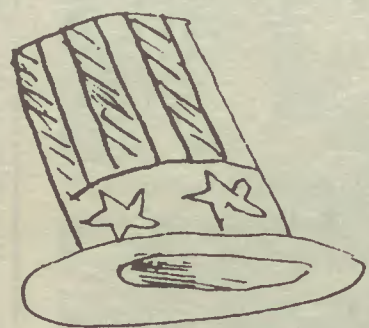
Segundo Schmidt, é particularmente perigoso «o movimento de capitais das "hot money" a curto prazo processando-se em segundos com as suas especulações e psicoses, como as que se verificaram recentemente nas bolsas internacionais a propósito de uma questão de nódoas de roupa com o presidente americano ou da doença do presidente russo. Assim como o trânsito aéreo aceita regras e controlo internacionais, assim também são necessárias urgentemente regras para o movimento de capitais. Já que não se trata de investimentos reais em infra-estruturas, fábricas e máquinas, nem mesmo de financiamentos do comércio internacional telefónico ou electrónico com divisas, acções e toda a espécie de papéis, títulos, opções, Swaps ou outros mil derivados», o ex-chanceler constata que «estas movimentações de capitais... podem como na Indonésia ou na Malásia desenraizar completamente as economias nacionais». Helmut Schmidt acaba assim de reconhecer quase textualmente os perigos da globalização e da circulação selvagem de capitais para os quais o PCP, no seu XV Congresso em Dezembro de 1996, alertara nos seguintes termos: «Enormes somas de dinheiro são deslocadas para a esfera improdutiva, aplicadas particularmente em actividades rentistas e especulativas, bolsistas, cambiais, imobiliárias e tráfico ilícito de vários ordens... A colossal massa de dinheiro retido e movimentada nas actividades especulativas não só impede o desenvolvimento necessário e possível da esfera produtiva, mas submete-a aos seus próprios interesses de rentabilidade parasitária. Pelo seu volume desmedido, pela tendência a empolar-se cada vez mais, pelo risco aleatório do seu momento, esse capital fictício financeiro-especulativo faz pairar sobre a economia dos países e do mundo a instabilidade monetária e o perigo de colapsos bolsistas devastadores.»

Convém recordar que Helmut Schmidt é considerado pelos círculos do capitalismo como um grande especialista em economia e finanças e que, enquanto chanceler da Alemanha, foi um dos mais fiéis servidores dos interesses estratégicos do Pentágono na Europa, ao apoiar, contra a vontade de 90% da população alemã, o estacionamento dos mísseis de cruzeiro Pershing II, o que lhe confere uma maior autoridade quando qualifica os Estados Unidos de «país de origem do capitalismo de rapina» ou co-responsabiliza o Fundo Monetário Internacional pela crise actual. Apesar de Helmut Schmidt se situar na ala direita da social-democracia, e não possuir, portanto, a visão da necessidade histórica da superação do capitalismo, perfilhando a ilusão da existência de um capitalismo sem rapina, a realidade leva-o a reconhecer a contradição entre as necessidades dos «seis mil milhões de habitantes» do planeta e «a liberdade excessiva de que gozam algumas dezenas de milhares de ávidos manager e negociantes que pululam os mercados financeiros», acrescentando que «não é a Rússia, mas o dinheiro escaldante dos especuladores que pode desencadear uma crise económica mundial» e que «os conselhos do Ocidente têm prejudicado mais do que ajudado». Este esclarecimento do antigo chanceler é importante uma vez que o presidente democrata-cristão da comissão do Bundestag para os negócios estrangeiros, Karlheinz Assmussen, em resposta às críticas crescentes feitas à intromissão da Alemanha nas questões internas da Rússia,

acaba de confirmar que «todo o capital alemão enviado para a Rússia tem sido bem investido. O único dinheiro onde se poderão levantar dúvidas quanto à sua utilidade poderão ser os milhões gastos com a campanha eleitoral de Ieltsin, mas na altura não havia outra alternativa senão teria ganho as eleições o candidato comunista Stuganov».

«A campanha eleitoral mais superficial das últimas décadas»

Mas não é só na Rússia. Também na Alemanha onde o capitalismo faz tudo para desacreditar a esquerda, perseguindo e criminalizando os comunistas e apoiando a formação de partidos neonazis, como a DVU do multimilionário de Munique,



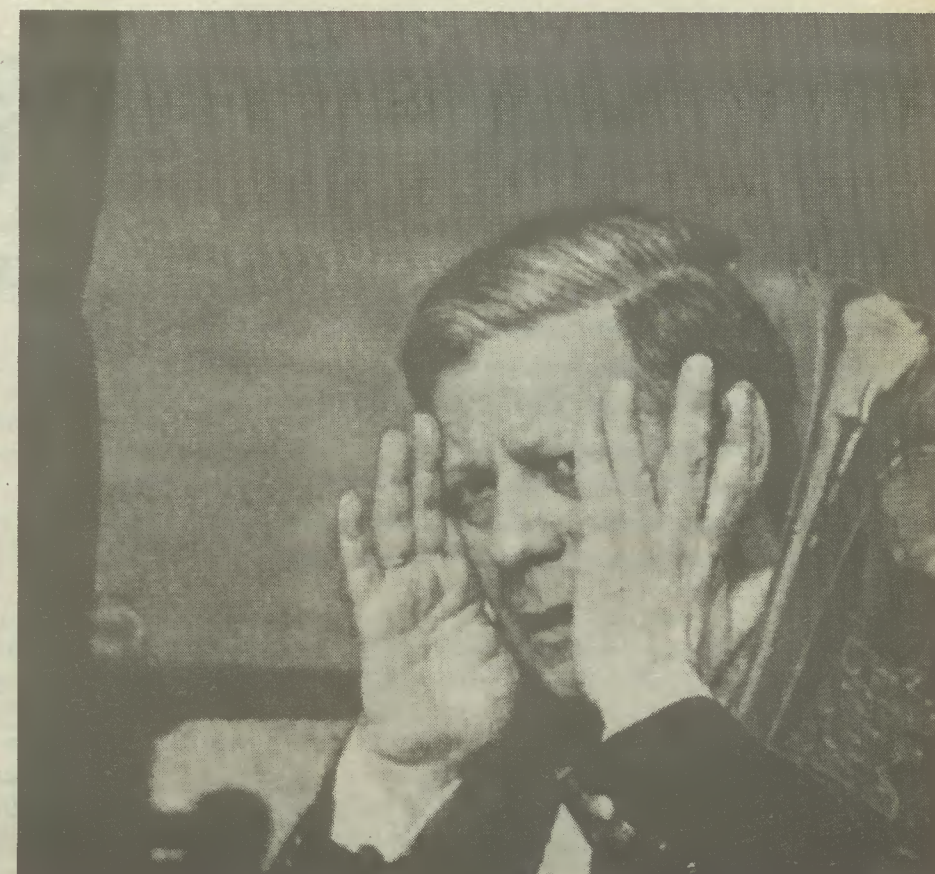
Gerhard Frey, a rotura com o capitalismo global apresenta-se como uma necessidade premente para salvaguardar o funcionamento da economia e impedir o esvaziamento total dos direitos políticos e sociais. O anticomunismo de Estado, herdado do regime hitleriano pela democracia-cristã e que é partilhado por muitos dirigentes social-democratas, visa impedir qualquer tipo de solução democrática que ponha em causa o domínio exclusivo do grande capital sobre todos os aspectos da vida política, social e económica e, acima de tudo, combater a influência crescente exercida pelas forças de esquerda junto da base do SPD e dos sindicatos, desiludida com a actual política capitu-

Schmidt alerta para loucura global»

lacionista da social-democracia. Muitos social-democratas confessam publicamente que nunca tiveram tão pouca vontade de participarem numa campanha eleitoral como desta vez, situação que é de certo modo confirmada pelo próprio Helmut Schmidt ao qualificá-la como «a mais superficial realizada nas últimas décadas». Com o intuito de convencer os militantes social-democratas de que os votos na esquerda seriam votos perdidos, votos «extremistas» e «inefcazes» e de os preparar para aceitarem uma eventual coligação com a democracia-cristã, a direcção do SPD na cidade de Dortmund convidou, para uma das suas reuniões, a candidata local do PDS, Sahara Wagenknecht, conhecida pela frontalidade com que defende os seus ideais comunistas. Os aplausos cada vez mais prolongados com que os militantes SPD respondiam às explicações da jovem doutorada em filosofia deixaram perplexos os dirigentes social-democratas daquela cidade da Vestefália e os numerosos jornalistas da televisão ali presentes, que esperavam poder testemunhar a recusa pela base do partido do «radicalismo» e «utopismo» da jovem comunista. Particularmente aplaudidas foram as constatações de Sarah Wagenknecht como: «Por que é que podemos votar quantas vezes quisermos mas quem decide dos destinos da República é sempre uma minoria de multimilionários?»

Maiores dificuldades do que os social-democratas têm tido os liberais do FDP, parceiros da coligação que sustenta o governo de Helmut Kohl. Desde que num dos últimos congressos decidiram falar verdade e se auto-intitularam «o partido dos que ganham bem» (die Partei der Besserverdienenden) têm perdido todas as eleições e sido varridos dos parlamentos regionais. Esta imprudência não comete a democracia cristã, beneficiária do apoio de uma igreja milenária e de facto o partido do grande capital, dos multimilionários. Este partido confessional prefere esconder-se atrás de slogans de tipo desportivo, como Kohl «Witklasse für Deutschland» (uma Alemanha de nível

cinquenta anos após o surgimento do manifesto do partido comunista, continua a revelar a incapacidade do capitalismo para resolver os problemas do mundo contemporâneo e a «loucura» e o primitivismo de um sistema que entrega bens sociais e capital, produtos do trabalho destinado a assegurar a subsistência de milhões de cidadãos, de agregados familiares e de povos inteiros a uma minoria endinheirada que com eles negocia, compra, vende e especula na bolsa, como se se tratasse de objectos de uso pessoal.



Alemanha:

rápido agravamento social e eleições

Pouco tempo antes das eleições legislativas para o Parlamento Alemão no dia 27 de Setembro, aumenta a especulação quanto a saber se o governo liderado pelo Partido Democrata Cristão (CDU Alemão) sob a direcção de Helmut Kohl vai finalmente perder as eleições, dando assim razão ao grito muitas vezes lançado de «Kohl tem de ir para a rua».

Os seus 16 anos de governo saldaram-se por uma degradação social para um número de pessoas cada vez maior na Alemanha. O balanço é muito abrangente e vasto. Assim, os rendimentos líquidos da actividade empresarial entre 1980 e 1994 subiram três vezes mais rapidamente do que os salários e vencimentos. A parte de impostos pagos pelas empresas baixou nesse mesmo período de 23,6% para 11,3% no volume total dos impostos. As empresas puderam assim poupar cem mil milhões de marcos anualmente.

A compra de pão, leite, cerveja e frigoríficos viu-se agravada por um imposto indirecto, contrariamente à compra de acções e de aplicações financeiras. A Siemens, a Daimler Benz e outras multinacionais foram premiadas em milhares de milhões para investirem. 10% das famílias na Alemanha possuem 50% da riqueza monetária.

Através da anexação da RDA (República Democrática Alemã) e por via da união monetária entraram pelo menos uns duzentos mil milhões de marcos para os cofres dos grandes bancos.

O Estado pensou isto com uma «sobretaxa de solidariedade» que os trabalhadores e os empregados actualmente têm de pagar.

Os sistemas de Segurança Social (sobretudo a reforma, a saúde e os fundos de desemprego) vêem-se fortemente reduzidos.

Na altura da tomada de posse do governo de Kohl, a taxa de desemprego era de cerca de 7%. Hoje, essa taxa é sensivelmente de 12,6%.

O que quase nenhuma estatística indica é que, num desemprego relativamente permanente, há pessoas que perdem constantemente o emprego e voltam a serem empregadas, sendo, todavia, obrigadas a aceitar reduções salariais consideráveis. Este tipo de rotatividade atingiu ultimamente um milhão de pessoas.

O desemprego é, ao lado do armamento e das benesses fiscais às multinacionais, uma das principais causas para o défice do orçamento público. A enumeração de todas as causas não pode aqui ser feita completamente. Mas o conteúdo é claro. A principal tarefa do governo consistiu em tornar a mão-de-obra cada vez mais barata às empresas.

O resultado está à vista: pobreza crescente cada vez mais visível. Vê-se de novo pessoas com falta de dentes por já não poderem pagar o dentista, mais mendigos, falências em crescendo tanto no comércio como na gastronomia.

As comunas (freguesias) eliminam as despesas nos sectores social e da cultura. Em Berlim, por exemplo, já há escolas com o reboco do tecto a desabar.

Nas actuais eleições, o SPD alemão de Gerhard Schroeder (Partido Social-Democrata) deverá ter todas as possibilidades de ganhar. Mas a direcção social-democrata sabe muito bem que, sem os Estados socialistas «ali ao lado», a burguesia já não precisa de nenhum partido reformista no quadro do seu sistema político.

Correspondentemente, as palavras de ordem eleitorais do SPD são pouco concretas e quando uma pessoa as lê e ouve com atenção, reconhece que, à excepção de algumas promessas de teor progressista, o governo de Schroeder continuará, em princípio, a seguir a via neoliberal.

Um alto dirigente do SPD (a nível de Estado Federado) proclamou: «Tudo será feito conjuntamente com os Sindicatos, nada será feito contra eles, pois existem nomeadamente as experiências da Holanda e da Dinamarca, de acordo com as quais reduções e cortes, que não são nada fáceis, também se conseguem se forem feitos com os representantes dos trabalhadores.»

Em vésperas das eleições e apesar de todas as imponderabilidades, tudo parece indicar que o próximo governo será conduzido pelo SPD. Em tal caso, tudo dependerá de as direcções dos sindicatos conseguirem abster-se de participar nesse mau jogo.

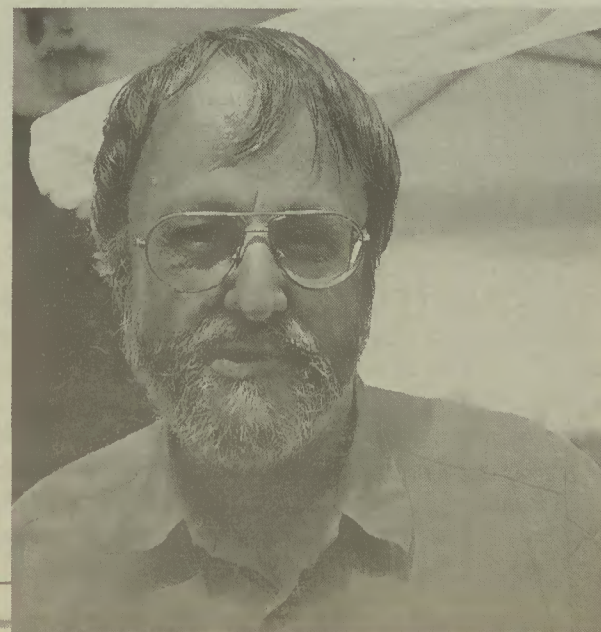
O Partido Comunista Alemão (DKP) luta pela demissão do governo de Kohl, o PCA luta por uma outra política. Perante a actual correlação de forças, essa política representaria uma coligação do SPD com os Verdes.

Mas para que uma tal coligação não prosiga a política de Kohl, é necessário exercer uma forte pressão política, após as eleições, através dos movimentos extraparlamentares.

Importante é também a presença tão forte quanto possível de uma força socialista no Parlamento.

O PCA apela, por isso, a que votem no PDS (Partido do Socialismo Democrático) com o segundo voto (voto destinado a partidos), que votem no PDS com o primeiro voto (voto em candidatos) em todos os sítios onde este Partido tenha possibilidades de eleger candidatos em mandatos directos e que se vote igualmente nos candidatos do PCA, lá onde tal for aconselhável.

(Depoimento de Reiner Vollandt, membro da Direcção Regional de Berlim do Partido Comunista Alemão - DKP)



Contra a direita SIM às regiões

■ JOSÉ SOEIRO
Membro
da Comissão Política

Com o aproximar do dia 8 de Novembro, data do referendo sobre a regionalização, intensifica-se o frenesim das forças de direita contra a criação das regiões administrativas. Procurando esconder a todo o custo a essência centralista da sua política e o seu pavor a uma real política de descentralização do aparelho do Estado, a direita, revelando o desespero que dela se começa a apoderar, perante a possibilidade real da vitória do SIM, invoca, sem vergonha, as mais estapafúrdias justificações para a sua posição anti-regionalista, mentindo, descaradamente, sobre a natureza da regionalização em discussão e as consequências da mesma para o País e para o povo português.

Jogando com ideias falsas e simplistas mas de forte impacto popular, tais como: a regionalização divide o País, torna o País ingovernável, vai aumentar os impostos, vai criar mais «tachos», vai aumentar o funcionalismo, vai dar lugar a novos Albertos Joãoes Jardins, vai prejudicar as regiões mais deprimidas do interior, é preferível dar mais poderes ao poder local, etc., a direita põe em evidência toda a sua hipocrisia, a sua falta de escrúpulos, a sua falsidade e total ausência de princípios.

Procurando gerir algum anticomunismo primário ainda latente nalguns sectores da sociedade portuguesa e num claro apelo à irracionalidade que lhe é subjacente, PSD e PP não hesitam em recorrer à ideia de que são contra esta regionalização porque ela é o resultado de uma negociação PS-PCP e que, só por isso, é uma má solução. Claro que não dizem que regionalização defendem em alternativa nem explicam a razão por que não a apresentaram na altura em que o processo esteve em discussão.

Ouvindo-os, Marcelo, Portas, Cavaco, Proença, Sousa Tavares e outros, até parece que não sabem a diferença entre regiões administrativas e regiões autónomas, que não sabem que as regiões administrativas não podem lançar impostos, que ignoram que os membros das assembleias regionais não são deputados como os da Assembleia da República mas sim eleitos com um estatuto semelhante ao dos membros das assembleias municipais e que, como estes, não irão receber qualquer vencimento mas sim simples senhas de presença.

Ouvindo-os, Marcelo, Portas, Cavaco, Proença, Sousa Tavares e outros, dir-se-ia estarmos perante pessoas que não sabem que as assimetrias regionais entre o litoral e o interior são cada vez maiores e que estas são resultado da política centralista e de direita que temos tido ao longo dos anos, dir-se-ia que não sabem que o País já está há muito dividido em freguesias, concelhos, distritos e regiões, que isso nunca pôs em causa a coesão e unidade nacionais e que o que está em jogo, com o SIM à regionalização, é cumprir a Constituição da República e, tal como já sucede com as freguesias e os concelhos, dar ao povo o direito de eleger os seus legítimos representantes para dirigir as regiões pondo cobro ao clientelismo e ao compadrio instalado nas actuais CCR.s e governos civis e diminuindo a burocracia paralisante que caracteriza o aparelho do Estado instalado nas regiões.

Ouvindo-os, Marcelo, Portas, Cavaco, Proença, Sousa Tavares e outros, julgar-nos-famos perante quem não sabe que o mapa com as 8 regiões em discussão é o resultado da auscultação pública feita pela Assembleia da República a todas as Assembleias Municipais e não o resultado de uma qualquer negociação entre PS e PCP. Como se não soubessem que, negociações, em matéria de regionalização, foram as que desde sempre se verificaram, entre o PS e o PSD, no sentido de dificultar a sua concretização.

Falam como se, quando estiveram no poder, tivessem respeitado o poder local, cumprido a lei das finanças locais, combatido a desertificação e envelhecimento do interior e como se não fossem os autarcas precisamente os mais empenhados em ver criadas e instituídas as regiões administrativas.

No combate à regionalização, vemos hoje figuras como Cavaco e Silva, Mário Soares e Victor Constâncio, ex-dirigentes do PSD e do PS e ex-primeiros-ministros de Portugal. Das suas pomposas declarações anti-regionalistas não se cansa a comunicação social de fazer eco como se o que dizem fossem verdades inquestionáveis e definitivas sobre a matéria e como se o seu estatuto de ex-primeiros-ministros lhes desse uma credibilidade superior à dos comuns mortais.

Combatem a regionalização sem corar, como se não a tivessem defendido nos programas eleitorais dos respectivos partidos e como se não fosse sob a sua liderança que a regionalização foi consagrada na Constituição da República Portuguesa também com os votos favoráveis do PS e do PSD.

É evidente que nenhum destes políticos pode ter hoje outra posição que não seja a de procurar fazer crer que a regionalização é um mal para o País.

Se admitissem agora que a regionalização teria beneficiado o País, contribuído para contrariar as assimetrias ou aumentar a capacidade reivindicativa de Portugal nas negociações dos fundos europeus estariam a reconhecer que governaram mal, que erraram em não regionalizar quando o

democraticamente eleitos e uma lei de finanças regionais que consagre uma distribuição da riqueza disponível na base de critérios objectivos e que visem o desenvolvimento mais harmonioso de todo o território nacional.

Naturalmente que é preciso não alimentar a ilusão de que as regiões administrativas possam ser panaceia para resolver os graves problemas estruturais e as profundas desigualdades e injustiças sociais existentes na sociedade portuguesa e a que só uma política nacional democrática e de esquerda pode responder.

De igual modo, não se deve pensar que com a vitória do SIM à regionalização tudo fica resolvido e que vai ser fácil ultrapassar

Combatem a regionalização sem corar como se não a tivessem defendido nos programas eleitorais dos respectivos partidos e como se não fosse sob a sua liderança que a regionalização foi consagrada na Constituição da República Portuguesa também com os votos favoráveis do PS e do PSD.



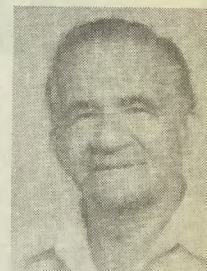
podiam ter feito e a assumir uma responsabilidade que o seu estatuto de estadistas infalíveis não lhes permite como é óbvio.

A verdade é que, usando a regionalização como bandeira eleitoral, conscientes de que a mesma rendia votos, sempre a meteram na gaveta uma vez instalados no poder, pois era muito mais fácil e seguro usar o poder centralista conquistado para satisfazer as suas clientelas através de nomeações para a ocupação dos cargos públicos e de uma distribuição da riqueza, pelas diferentes regiões, sem regras, sem transparência nem controlo democrático, o que deixaria de ser possível com a existência de órgãos regionais

os muitos obstáculos que os seus adversários não deixarão de procurar criar às regiões administrativas no que concerne às finanças regionais e às atribuições e competências.

Nada disto deve entretanto levar-nos a subestimar a importância de uma clara vitória do SIM no referendo de 8 de Novembro, o que exige de todos e de cada um nós uma redobrada intervenção não para só para combater as teses anti-regionalistas da direita mas para uma forte mobilização popular no sentido de contrariar as tendências abstencionistas que têm vindo a acentuar-se.

Anverso e reverso de Chiapas



■ Miguel Urbano Rodrigues

As últimas acções de violência do governo mexicano contra comunidades indígenas vieram recolocar Chiapas na boca da humanidade. Foi em Junho. O exército e a polícia mataram 19 camponeses, em Guerrero e Chiapas.

Em ambas as situações as vítimas estavam desarmadas. O governo alegou que as suas forças responderam a disparos vindos de colinas próximas. Estranha desculpa. Os alvos da chacina encontravam-se na planura, a maioria dentro dos seus míseros casebres.

As lojas e as casas da comunidade foram saqueadas pela soldadesca e um camponês, amarrado e com os olhos vendados, foi levado pelos autores dos massacres. Não voltou.

Eram 1200 os atacantes. Apresentaram-se como se aquela operação repressiva fosse o prólogo de uma guerra. Trouxeram carros blindados, bazukas, metralhadoras. Exibiam uniformes de campanha.

O clamor da indignação deu a volta ao México, saiu dali para o vasto mundo.

Porquê o crime gratuito e irracional?

A imagem do governo mexicano piora a cada tentativa de justificação. Por três vezes o Presidente da República faltou já à palavra empenhada. Primeiro foi em Fevereiro de 1995, quando o Exército armou uma emboscada a dirigentes zapatistas, convocados para uma reunião. Mais tarde, o presidente recusou-se a cumprir os Acordos de San Andrés, por ele próprio assinados. Finalmente, depois de repetir que não voltaria a utilizar a força para tentar resolver a questão chiapaneca, Ernesto Zedillo permitiu que as tropas voltassem às aldeias indígenas para matar e roubar.

Chiapas ganhou ressonância mundial. A maioria das pessoas que pronunciam a palavra não sabe, porém, sequer onde se localiza aquele estado mexicano. Para milhões de europeus é a região onde actua o chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN.

Imaginem uma guerrilha no limiar do século XXI, operando em florestas paradisíacas, sob o comando de um líder romântico, o subcomandante Marcos.

Hoje, os zapatistas dialogam com o mundo através da Internet. Mas o protesto de Chiapas, escutado e respeitado, nem por isso desfaz a névoa de ignorância que envolve a selva lacandona.

Em primeiro lugar, as matas edénicas somente existem na imaginação. Foram há muito devastadas; a degradação do meio ambiente no Sul do México assumiu aspectos alarmantes.

Outro equívoco: os zapatistas não pretendem tomar o Poder. Cometem um erro aqueles que estabelecem pontes entre o EZLN e as guerrilhas dos anos 60 e 70.

O Exército Zapatista não tem praticamente armas; é uma força de combate quase ficcional, mais preparada para ocupar, sem fuzis, edifícios públicos e terras do que para assaltar um quartel.

O subcomandante Marcos sabe pouco de estratégia militar e de manejo de armas. O mistério que inicialmente o envolvia dissipou-se; os mexicanos sabem quem ele é: um professor universitário que abandonou o seu *campus* para lutar pelos direitos de comunidades esquecidas.

Reservado, evita tudo o que é subjectivo. Não pode, entretanto, esquecer uma evidência: o objectivo inicial ampliou-se extraordinariamente, diversificou-se.

Chiapas nasceu como protesto local que logo ganhou dimensão nacional. Não era possível fazer ouvir as reivindicações das comunidades chiapanecas dissociando-as do apodrecimento da engrenagem de poder que, usando ainda *slogans* de esquerda, se transformou num grupo de interesses que atraíu as metas humanistas da revolução mexicana.

À partida, o desafio do EZLN prometia pouco, mas irrompia carregado de incógnitas.

A primeira vitória foi a adesão de amplos sectores da *inteligencia* mexicana. Empurrado para o banco dos réus, o Partido Revolucionário Institucional exibiu, de repente, a sua vulnerabilidade. Provavelmente, Cuauhtémoc Cardenas não esta-



ria hoje no governo da cidade do México – 20 milhões de habitantes – se a máquina corrupta, farisaica e autoritária do PRI não tivesse acusado o efeito de Chiapas.

A segunda, e talvez a maior vitória dos chiapanecas, terá sido o eco enorme que o discurso zapatista encontrou no mundo.

Não é fácil compreender e analisar esse fenómeno. O EZLN não é, não pretende ser um movimento revolucionário com ambições planetárias. Por si só, as dúvidas relativas à sua transformação em Frente são esclarecedoras dos problemas e limitações da organização chiapaneca.

Marcos e os seus companheiros têm consciência de que não sendo o EZLN uma guerrilha tradicional não está também vocacionado para intervir como Partido na vida nacional. O envolvimento no vespereiro das lutas políticas do país – desejado pelo PRI – acabaria com o sortilégio zapatista. Não há quem desconheça a sua pobreza de quadros.

Na perspectiva do desenvolvimento da história mexicana, o discurso do EZLN produz também um impacto emocional cada vez menor. O protesto chiapaneca, ao repetir-se sem inovar, impressiona hoje muito menos.

Por isso mesmo, a força maior do EZLN é, presentemente, a nascida do choque que a sua mensagem ética provoca fora do país. Marcos e a sua gente conseguiram obter em dezenas de países, em quadrantes sociais muito diversificados, uma audiência superior à de qualquer movimento revolucionário do Terceiro Mundo.

O êxito explica-se pelo teor da mensagem e a técnica empregada. Não é correcto afirmar que o discurso zapatista não tem conteúdo ideológico. Mas entra pelos olhos adentro que a sua ideologia, atípica, está desvinculada do problema da tomada do poder. Não se encontra nele sequer o esboço de uma estratégia programática para uma eventual mudança social.

O seu discurso não é nem marxista nem funcionalista. A alternativa está ausente, tão frágeis são os apelos que substituem um projecto de futuro. A grande força da mensagem concentra-se na forma como o diagnóstico dos males conhecidos é transmitido. O estilo caracteriza-se por um lirismo pungente, raríssimo em política.

Como discurso de denúncia da aberração neoliberal, das consequências do mercado sacralizado, da ameaça do pensamento único, do ecocídio e da crueldade do imperialismo – o protesto zapatista comove milhões de pessoas.

Magnificar Chiapas é um disparate; subestimar-lhe o significado e a importância uma atitude sectária e pouco inteligente.

O movimento zapatista cumpre um papel globalmente positivo. Discordo, por isso, das posições dos seus críticos que resultam de uma incompreensão do que é e pretende. Não considero justo penalizar o EZLN por não abordar temáticas da Revolução alheias aos seus objectivos, àquilo que, afinal, é e ambiciona.

Não se pode, porém, ignorar que o movimento depende excessivamente da personalidade que fez dele a guerrilha (desarmada) mais popular do planeta. Se é verdade que sem as comunidades chiapanecas o EZLN não existiria, não me parece menos evidente que Marcos imprimiu uma força de contornos quase mágicos ao seu diálogo humanista com o mundo.

Essa dependência de um homem preocupa, fragiliza.

Pessoalmente, identifico no movimento zapatista um desafio positivo, embora irrepitível. A sua voz no combate ao imperialismo e ao neoliberalismo, na defesa da Terra, nossa Pátria comum, também apresenta um eco revolucionário. A humanidade, na sua eterna procura de mudanças que humanizem a vida, não pode esperar – sobretudo neste sombrio limiar do terceiro milénio – que o futuro desejado seja o resultado apenas de rupturas revolucionárias tornadas possíveis pela acção paciente e lúcida de organizações com uma ideologia solidamente estruturada. A perseguição da utopia confere sentido à aventura humana.



As áreas protegidas são necessárias?

■ Vasco Paiva

Colocando a questão desta forma, ainda serei acusado de alguma nova heresia. Como em qualquer análise, é necessário que se atendam aos factos e não se caminhe por modas ou verdades absolutas que carecem de demonstração. As áreas protegidas (um total de 33 em Janeiro de 1987) nascem da preocupação de proteger os espaços, recursos naturais e paisagens, de preservar espécies de fauna e flora e o seu *habitat* natural e de manter os equilíbrios ecológicos.

Poderá parecer evidente que a classificação do território em áreas protegidas é necessária e inquestionável ao cumprimento dos objectivos acima referidos. Porém, esta concepção pode encerrar ideias que são, no mínimo, discutíveis. Duas das questões fundamentais que se colocam são:

– As reservas naturais devem ser locais fechados em que tudo o mais na vida e da economia se subordina aos seus ditames?

– A criação de uma reserva natural é suficiente para a salvaguarda da natureza e a protecção da vida selvagem?

Quanto à primeira questão, corre-se o risco de uma visão excessiva em que criar uma reserva natural seria criar um gueto de vida selvagem, correndo o risco de poder vir a ser vista como uma entidade estrangeira fechada, potencialmente hostil. É separar a Humanidade da Natureza, quando o Homem e as espécies selvagens são parte integrante do vasto conjunto que é a Natureza.

Encerrar uma área protegida como um *meio hermético*, como um jardim zoológico da Natureza, conduz à sua própria transformação numa «espécie» ameaçada, contendo em germe a sua própria destruição e está seguramente condenada à extinção como qualquer outra espécie ameaçada, cuja população tenha caído abaixo do nível de viabilidade.

Em Portugal, as áreas protegidas são caracterizadas por uma grande dispersão e, em geral, pequena dimensão, o que acentua a necessidade de não poderem ser encaradas como ilhas isoladas. Mesmo em termos «puramente biológicos», a conectividade entre as diferentes manchas na paisagem é essencial à dispersão, recolonização e, portanto, ao trânsito de genes, mecanismos que garantem a manutenção do que, de outra forma, continuará a ser pequeno e constituído por populações isoladas.

As áreas protegidas devem ser encaradas como meios abertos, influenciando o meio exterior e sujeitas às influências do meio que as envolve.

Estas áreas devem ser entendidas como um passo para atingir um objectivo de Conservação da Natureza, não como lugar sagrado nem tampouco fechado, não como ilhas perdidas num oceano, onde é bonito ir de passeio, observar os passarinhos e os animaizinhos e as populações fechadas no seu atraso secular e ignorar que a Conservação da Natureza passa obrigatoriamente pelo desenvolvimento económico e social.

Um ambiente respeitador da vida selvagem não é uma reserva natural alargada, é um local de vida, um local de trabalho e um espaço de recreio são, no qual o Homem e as espécies selvagens coexistem com prioridade às necessidades, resultado este que pode necessitar de adopção de leis e regulamentos.

As populações devem ser compensadas pelo facto de viverem numa área protegida?

Outra questão em que a resposta imediata parece ser sim e de facto está mal formulada.

Por trás daquela questão está um erro de conceito quanto às áreas protegidas, o mesmo erro de as considerar apenas como de conservar algo ameaçado, de meio fechado em que as populações são um obstáculo ou terão de viver em condições menores para se manter o tal atraso e a tal falsa conservação.

As áreas protegidas têm como objectivo comum a conservação da Natureza e, sublinha-se, tornar possível a integração harmoniosa do Homem no Meio. Esta integração não pode ser entendida como a sobreposição de um em relação ao outro.

Uma das características particulares das nossas Áreas Protegidas é a de serem povoadas, motivo pelo qual mais se deve acentuar a natureza de áreas humanizadas.

A especificidade de muitas das áreas protegidas, a existência de ecossistemas pouco ou nada transformados pela ocupação humana, resultou e resulta ainda do isolamento e do abandono em que viveram as populações dessas regiões, o que provocou igualmente um atraso económico, social e cultural e a consequente desertificação humana e social.

A falta de intervenção e de desenvolvimento não fez evoluir estas regiões num sentido positivo. Esta situação de grande fragilidade, este atraso, não corresponde a um equilíbrio sustentável porque está associada a condições económicas e sociais muito desfavoráveis, como o demonstram os indicadores demográficos (diminuição e envelhecimento da população).

Os Planos de Ordenamento são obrigatórios em todos os Parques e Reservas, mas das 19 áreas protegidas de âmbito nacional apenas foram elaborados e publicados os planos de ordenamento de 7 parques e 2 reservas, dos quais 4 já estão em revisão. Em rigor, a maior parte daquelas áreas já está ilegal, já deveriam ter oficialmente desaparecido.

Os Planos de Ordenamento deveriam configurar as linhas de desenvolvimento para as respectivas áreas. Assim, as questões não se resumiriam a compensar as populações por prejuízos mas a perspectivar as vantagens da sua criação para as populações residentes.

A maior parte dos Planos de Ordenamento não o são de facto; isto é, limitam-se a ser um regulamento de proibições e coimas.

Veja-se o caso da Reserva do Sapal de Castro Marim – Vila Real de Santo António, que se resume a definir condições/restrições de acesso, proibição de acesso à zona integral e um conjunto de condicionantes genéricas à caça, pesca, utilização de salinas e actividade agrícola e diversas proibições como deitar papéis ou lixo para o chão e fazer lume; ou o PN Sintra-Cascais em que apenas se definem em pormenor as restrições sobre edificações, empreendimentos turísticos e exploração de recursos geológicos e proibição de cortes rasos de arvoredo; ou ainda o PN da Ria Formosa em que se ocupa fundamentalmente dos recursos marinhos e se estabelecem limitações às cercas de construção.

O ordenamento em áreas protegidas tem de ter em conta, como prioridade principal, os objectivos dessas mesmas áreas mas não pode, nem deve, ignorar os diversos sectores produtivos, económicos e sociais.

Para além de terem de cumprir uma função regulamentadora e de zonagem, os Planos de Ordenamento deverão também apontar linhas de acção para a recuperação dos ecossistemas e para o desenvolvimento económico, social e cultural das populações aí residentes.

Assim, a questão que se deve colocar será mais de reivindicar que as áreas protegidas sejam um factor de desenvolvimento para as populações locais e não ficarmos reduzidos ao apelo de algumas compensações, subsídios para populações prejudicadas, porque, além do mais, a questão que deve estar à cabeça é que as populações têm de ser beneficiadas e também é para isso que essas áreas devem existir.

Finalmente, coloca-se a questão da necessidade de participação das populações na gestão das áreas protegidas. A composição das suas Comissões Instaladoras prevê a participação das Juntas de Freguesia, mas o que se constata é que esse princípio nem sempre foi cumprido e quando o foi limitou-se a um mero exercício formal porque os técnicos dessas Áreas e os presidentes das mesmas não prestavam contas, nem admitiam a sua participação na elaboração dos planos anuais.

A situação adquire ainda maior importância, no Norte e

Centro, onde, nas últimas décadas, muitas das áreas baldias são objecto de preocupações de natureza ambientalista e integradas em Áreas Protegidas, com objectivos de preservação de espécies animais e vegetais e dos seus *habitat* naturais. Estas áreas são geridas pelo Instituto de Conservação da Natureza (como no caso do Gerês) como se fossem propriedade da direcção do Parque ou da Reserva e os Conselhos Directivos dos Baldios são ignorados. Nestas áreas, onde a parceria do Estado com os baldios é feita através do ICN, não é contemplada uma linha de desenvolvimento dessas áreas em favor das populações/compartes e a capacidade reivindicativa das mesmas tem sido muito escassa.

Em conclusão, as Áreas Protegidas são lugares privilegiados para a concretização de um desenvolvimento sustentado que só é possível, em Portugal, com a presença e a actividade humanas. Os interesses das populações não são inconciliáveis com a Conservação da Natureza, desde que haja vontade de encontrar soluções concertadas numa perspectiva de desenvolvimento sustentado e a busca dessas soluções passa pelo envolvimento das populações no processo de decisão.



■ Lino
de Carvalho

Chipre - a Ilha de Afrodite ocupada pela Turquia

Chipre, a terceira maior ilha do Mediterrâneo, constitui com a sua história de mais de 9000 anos um velho berço da civilização grega e ocidental e da cultura mediterrânica.

Situada na confluência de três continentes - Europa, África e Ásia (Médio Oriente) - sempre foi palco de disputas devido à sua posição estratégica. Assírios, Egípcios, Persas, Fenícios, Romanos, Bizantinos, Francos, Venezianos, Turcos, Ingleses sucederam-se na conquista e ocupação da ilha. Contudo, foi a instalação em Chipre e a sua colonização pelos Gregos Aqueos, 1300 anos antes de Cristo, fundando cidades-Estado e introduzindo a cultura grega, que para sempre marcou Chipre. A sua língua, a sua cultura, o seu património, tudo se cruza e se confunde com a civilização grega.

Com a conquista da ilha pelos otomanos em 1571, que durou trezentos anos, foi constituída em Chipre uma comunidade de origem turca.

Actualmente dos cerca de 730.000 habitantes, 18% são cipriotas turcos, 77% cipriotas gregos e 5% pertencem a diversas minorias.

Em 1878, face à política expansionista dos czares russos, a Turquia concordou com a Inglaterra em ceder-lhe Chipre contra o apoio dos ingleses à Turquia em caso de agressão russa.

A presença britânica durou até 1960, data em que, após uma luta de libertação desencadeada pelos cipriotas gregos a partir de 1956, Chipre conquistou a independência.

Contudo, desde logo os conflitos entre as duas comunidades - turca e grega -, fosse pelas condições impostas nos acordos de

independência, fosse pelas influências permanentes da Turquia e da Grécia (interessados no controlo da ilha), criou complexas e difíceis condições para a cons-

trução de um Chipre independente. Grã-Bretanha, Turquia e Grécia desde logo reservaram, no Tratado de independência de Chipre, direitos de intervenção com o estacionamento de tropas das três potências. Desde muito cedo a autoridade do Estado cipriota deixou praticamente de ser reconhecida pela comunidade turca, apesar dos esforços do então Presidente Makários

que opta por uma posição de não alinhamento para Chipre, tendo sido aliás um protagonista activo do Movimento dos Não Alinhados. Tal posição não agradou às potências ocidentais. E em Julho de 1974 a ditadura militar grega organizou um golpe de Estado para depor o Arcebispo Makários o que foi pretexto e deu origem à imediata invasão de Chipre pela Turquia, que se mantém até hoje.

Chipre é um país com 37% do seu território ocupado pela Turquia. 4/5 da capital, Nicósia, está ocupada e a linha que a divide, com muros e tropas de um lado e do outro, percorre, num labiríntico percurso, as ruas e os bairros da cidade, separando comunidades, famílias e amigos.

As consequências económicas e sociais da invasão e ocupação de Chipre foram brutais: 70% do potencial económico de Chipre está na área ocupada. Há cerca de 200.000 desalojados, um terço da população, entre cipriotas gregos expulsos do Norte e cipriotas turcos transferidos para a área ocupada.

Entretanto, a Turquia tem procurado colonizar a parte Norte da ilha com milhares de turcos vindos da Anatólia com vista a alterar a composição étnica da região.

As dificuldades para o povo e as forças progressistas são, pois, tremendas. Foi neste quadro - e como solidariedade com o povo cipriota - que o Grupo Unitário de Esquerda do Conselho da Europa realizou em Chipre o seu segundo Seminário, subordinado à análise da questão cipriota e ao alargamento da NATO e segurança europeia.

Acolhidos pelo Partido Akel - Partido Progressista do Povo Trabalhador -, o Seminário permitiu colher informações actualizadas sobre a situação cipriota e constituiu uma significativa jornada de solidariedade com Chipre.

Assim, e no quadro de inúmeras resoluções da ONU que condenam a ocupação turca e o Estado-fantasma secessionista criado a Norte, a solução para a questão cipriota passa pela retirada das tropas turcas e pela criação de um Estado federal, bi-comunitário e multi-regional que assegure a independência, a soberania e a integridade territorial da República de Chipre.

É neste contexto que o Partido Akel desenvolve a sua actividade. Com 15 mil membros, prestigiado e uma forte ligação ao povo cipriota, e desde sempre com boas relações com o PCP, o Partido Akel é, em termos institucionais de representação parlamentar, a segunda força de Chipre com 19 deputados num total de 80, tendo obtido 33% dos votos. A força maioritária que suporta o Governo e o Presidente da República é, entretanto, uma coligação de partidos liberal-conservadores.

As perspectivas imediatas para a solução do chamado problema de Chipre

não são, contudo, infelizmente claras, nem, aparentemente, de resultados garantidos a curto prazo.

A Turquia, que pretende consolidar o processo de ocupação e de domínio da ilha, constitui uma plataforma e um instrumento essenciais para os interesses estratégicos dos Estados Unidos, de Israel e da NATO na região, visando uma crescente penetração nos antigos Estados da União Soviética e criando um arco "Natista" que vá do Adriático ao Cáucaso. Uma Turquia com um regime autoritário e repressivo, ligado ao ocidente, é um garante para a política norte-americana e para os Estados da NATO, uma ponta-de-lança contra os países de Leste e os Estados do Médio Oriente, designadamente o Iraque e a Síria, sendo que um dos pretextos é também a necessidade de conter os movimentos e Estados ditos radicais-islâmicos.

Neste contexto, é óbvio que a Turquia pesa mais na balança dos projectos de dominação global dos Estados Unidos e da NATO do que Chipre. E o próprio Conselho da Europa, na política hipócrita de dois pesos e duas medidas que caracteriza o quadro internacional, está longe de fazer o que lhe compete para pressionar um dos seus membros, a Turquia, a respeitar os direitos humanos e a pôr fim à ocupação ilegal de Chipre. Tudo isto explica a crescente e actual intransigência da Turquia e da autoproclamada República Turca do Chipre-Norte exigindo como pré-condição para o reinício das conversações o reconhecimento do Estado secessionista.

É por isso que o Secretário-Geral do Partido Akel afirmou no Seminário que a mão que roda a chave do problema cipriota está em Washington.

O Partido Akel defende uma solução pacífica para Chipre que garanta uma República independente, soberana e não-alinhada onde a unidade, integridade territorial e uma cidadania única estejam asseguradas. Mas não se desconhece que o caminho tem muitos obstáculos. Há poderosas forças políticas, culturais e sociais em Chipre (como na Grécia) que defendem um Chipre ligado à Grécia (a Enosis) e que estão aparentemente disponíveis para aceitar a secessão da Ilha com a parte Norte dominada pela Turquia. Isto é visível ao observador comum, por exemplo, nas inúmeras bandeiras gregas que despropositadamente flutuam em estabelecimentos militares da parte livre da ilha ao lado da bandeira cipriota bem como nos sentimentos nacionalistas e chauvinistas, criados e alimentados ao longo de anos, que opõem grupos das duas comunidades e que estão claramente presentes na vida cipriota.

Todos os pretextos são bons para a Turquia afirmar a sua recusa de novas conversações sobre Chipre. O mais recente resulta da compra pela República de Chipre à Rússia, com o apoio do governo grego, de 1000 mísseis S-300.

Complexa é também - e pode constituir um risco - a adesão de Chipre à União Europeia, cujas negociações estão em curso. O Partido Akel, no seu último congresso, decidiu apoiar a adesão de Chipre à União Europeia com a perspectiva de que tal adesão pode ser um instrumento positivo para a resolução da questão cipriota desde que ressalvados direitos económicos e sociais adquiridos pelo povo cipriota.

Mas o Partido Akel não desconhece que esta adesão encerra claramente perigos para o seu próprio objectivo estratégico de um Chipre livre, uno e independente.

É que, tendo em conta os interesses estratégicos que a Turquia representa, não é de excluir que as negociações culminem com a adesão à União Europeia somente da parte livre da República de Chipre, o que contribuiria fortemente para a consolidação da ocupação e da divisão de Chipre.

Contudo, o Partido Akel entende que, mesmo com todas estas interrogações e dificuldades, há condições para um Chipre independente e soberano. Cipriotas gregos e cipriotas turcos têm origens culturais e étnicas claramente diferenciadas e ligadas, respectivamente, à Grécia e à Turquia, mas não são gregos nem turcos. São cipriotas.

Por isso, o Partido Akel defende que, paralelamente à luta contra a invasão e à ocupação turca, sejam desenvolvidos e aprofundados o diálogo político e as relações de cooperação e amizade entre as comunidades cipriotas grega e turca no respeito pela autonomia cultural, linguística e religiosa de cada uma, com vista a ultrapassar as desconfianças de parte a parte.

A situação, nos dias de hoje, não parece ser particularmente favorável à causa cipriota e a um Chipre livre, independente e soberano onde o seu povo possa livremente decidir o seu destino. Mas a luta do povo cipriota, do Partido Akel, com a solidariedade internacional, pode permitir, por vezes de forma inesperada, que termine a saga de um país que viu Afrodite, a deusa do amor e da beleza, emergir e nascer das espumas das suas esplendorosas águas.



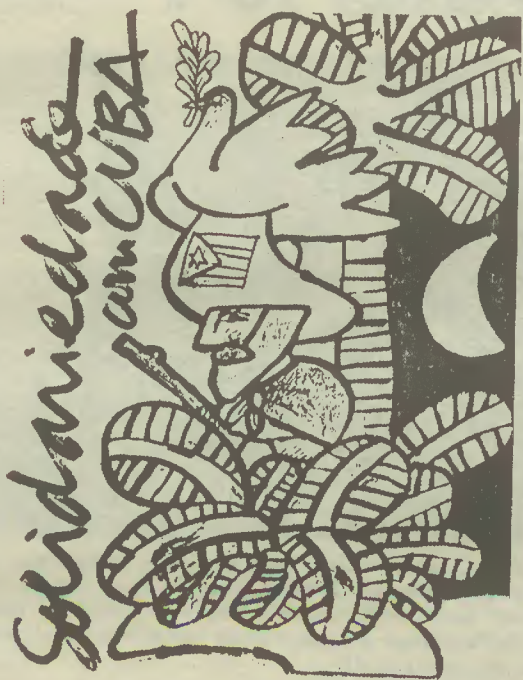
As fotos da Festa



FIM DO BLOQUEIO Solidariedade com o povo de Cuba

PORTO - 17 de Outubro
Por ocasião da Cimeira Ibero-Americana
Concentração - Desfile - 16h
Espectáculo de solidariedade - 21h30

Excursões do distrito de LISBOA
a partir dos concelhos.
INSCREVE-TE!



Reunião Geral de Quadros da ORP sobre a situação política a intervenção do Partido,

com a participação de Carlos Carvalhas
Dia 18, às 21h30, no CT da Boavista

PORTO

- Reunião de Quadros do Sector Têxtil, Vestuário e Calçado sobre a situação política e social e a luta reivindicativa, questões da organização sindical e da organização e intervenção partidária:
Sábado, 19, às 10 h, no CT da Boavista, com a participação do camarada António Lopes.

LISBOA

- Plenário de Militantes do Sector de Serviços e Empresas de Lisboa sobre a Regionalização, com a participação do camarada João Saraiva: hoje, Quinta-feira, às 19h30, no CT Vitória.
- Plenário de Reformados Bancários: Quinta-feira, 24, às 14h30, no CT Vitória.

QUEIJAS

- Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e a Campanha pela Regionalização: Sexta-feira, 18, às 21h, no Centro de Trabalho de Queijas.

ALVERCA

- Plenário da célula dos trabalhadores da Junta de Freguesia:
Terça-feira, 22, às 17h, no Salão da Junta de Freguesia

Rio Maior

O PCP E A POLÍTICA DESPORTIVA

- debate no Auditório Municipal de Rio Maior
Quarta-feira, 23, às 21h, com a participação de
Carlos Rabaçal

PCP

**Reunião
Nacional
de Quadros**

com a participação de
CARLOS CARVALHAS

Regionalização
preparar a Campanha do Referendo
de 8. Novembro

19. Setembro '98
10,30 horas
Anfiteatro da Faculdade
de Ciências - Lisboa

Desenvolvimento
Democracia
Descentralização

**Portugal
fica a ganhar**

Sim às Regiões!

PCP

• **Oeiras em debate**
Em Oeiras - Auditório Municipal
25 de Setembro, às 21h30
com **LUÍS SÁ** e **ARNALDO PEREIRA**

• **Debate em Lisboa**
promovido pelo Sector Função Pública da ORL
23 de Setembro, às 18h30, CT Vitória
com **DANIEL BRANCO**

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

O PÓS-EXPO

Participação de
António Mega Ferreira, Arménio Carlos, Demétrio Alves,
Octávio Teixeira, Vassalo Rosa e Vítor Costa
Hoje, dia 17, às 18h, no Hotel Plaza
(ao Parque Mayer, em Lisboa)

TELEVISÃO

Quinta, 17

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.40 Quando os Sinos Dobram
(de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1947, com Deborah Kerr, Sabu, David Farrar, Jean Simmons. Ver Destaque)
16.25 Pátio da Fama
17.25 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.55 Maria Elisa
23.00 Liga dos Campeões
24.00 24 Horas
01.10 Saltando para o Fogo
(de Dick Lowry, EUA/1996, com Adam Baldwin, Lindsay Frost, Timothy Carhart. Telefilme/Ação)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98
14.30 Informação Gestual
15.00 Ciclismo - Volta a Espanha
16.25 Super Esquadra
17.20 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.30 Hugo
19.55 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha

Sexta, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.40 A Primavera Virá, Bandini
(de Dominique Derudder, Bélg./Fr./It./EUA/1989, com Joe Mantegna, Ornella Muti, Faye Dunaway. Drama)
16.25 Pátio da Fama
17.25 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
21.55 Ballet Rose (Apresentação?)
23.00 Jogos sem Fronteiras
00.45 24 Horas
01.55 Máquinas
02.30 O Rei dos Kickboxers
(de Lucas Lowe, EUA/1990, com Loren Avedon, Billy Blanks, Sherrie Rea. Artes Marciais)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 O Caminho das Estrelas
16.25 Super Esquadra
17.20 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.30 Hugo
20.05 O Fantasma Escritor

Sábado, 19

RTP 1

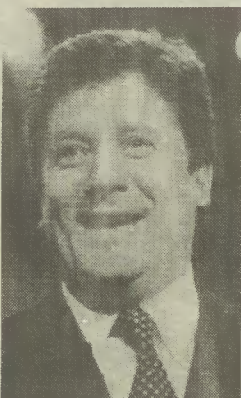
08.00 Infantil/Juvenil
12.20 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Top +
15.00 Simpsons
15.30 Robin dos Bosques
16.30 Excentricidades
17.05 Nunca É Tarde
17.45 Conan, o Guerreiro
18.45 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.10 Nós, os Ricos
21.55 Em Nome da Justiça
23.50 86-60-86
00.10 24 Horas
01.10 Limites do Terror
02.05 O Homem sem Rosto
(de Mel Gibson, EUA/1993, com Mel Gibson, Margaret Whitton, Fay Masterson. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.20 Magazine
12.45 Música Maestro - Música do Séc. XX
13.35 Dinheiro Vivo
14.05 Sinais do Tempo
15.00 Desporto 2
18.30 A Dama do Lago
20.30 Tenchi Muyo
21.00 Onda Curta
(Charlie Chaplin - Terceira Parte - 1914: O Ano Keystone. Curtas-Metragens. Ver Destaque)
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.30 Quanto Mais Quente Melhor
(de Billy Wilder, EUA/1959, com Jack Lemmon, Tony Curtis, Marilyn Monroe, George Raft. Ver Destaque)
01.30 Hollywood Love

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Nadina, Um Amor à Prova de Bola



«Herman 98» regressa esta semana

(de Robert Benton, EUA/1987, com Jeff Bridges, Kim Basinger, Rip Torn. Comédia/Ação)

15.50 Xena
16.50 Walker
17.50 O Maior
(de Rod Daniel, EUA/1991, com Joe Pesci, Vincent Gardenia, Madolyn Smith Osborne, Ruben Blades. Comédia)

20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Big Show Sic
00.50 Último Jornal
01.25 Os Sete Magníficos
02.25 A Face da Morte
(de William Tannen, EUA/1988, com Chuck Norris, Steve James, Jack O'Halloran, Jeffrey Kramer. Policial)

TVI

10.00 Animação
13.35 Contra-Ataque
15.00 Feedback
15.40 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.30 Doido por Ti
17.00 Investigação Fora de Tempo
(de Jack Bender, EUA/1992, com Jaclyn Smith, Corbin Bernsen, Aimee Francis. Drama)
19.00 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Nas Mãos de Um Estranho
(de David Greene, EUA/1991, com Robert Ulrich, Megan Gallagher, Britt Cullen. Drama)
24.00 Cracker Jack, Rápido e Mortal
(de Michael Mazo, EUA/1994, com Nastassja Kinski, Thomas Griffith, Christopher Plummer. Drama)

Domingo, 20

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
15.55 Justiça de Chill
(de Andrew V. McLaglen, EUA/1979, com John Wayne, George Kennedy, Gary Grimes. «Western»)
17.40 Casa Cheia
18.30 Jet 7
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.05 Assalto à Televisão
22.35 Domingo Desportivo
23.50 Millenium
00.45 24 Horas
01.15 Mundial de Surf

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.50 O Mundo Natural do Japão
12.40 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d'África
15.00 Desporto 2
19.45 Bom Bordo
20.00 Artes e Letras
- «Jordi Savall»
21.00 A Dama Misteriosa
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Bailado: «Satie e Suzanne»
23.55 Vidas do Século:
«OS Churchill»

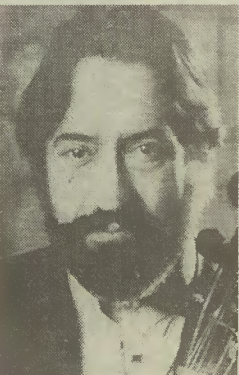
SIC

08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Micki e Maude
(de Blake Edwards, EUA/1984, com Dudley Moore, Amy Irving, Ann Reinking, Richard Mulligan. Ver Destaque)

15.50 A Ilha Misteriosa
17.00 Stargate
18.00 Delinquente e Detective
(de Hugh Wilson, EUA/1987, com Whoopi Goldberg, Bob Goldswain, J. W. Bailey, Lesley Ann Warren. Comédia)

20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.30 Ficheiros Clínicos
22.30 Força Destruidora
(de Newt Arnold, EUA/1988, com Jean-Claude Van Damme, Norman Burton, Forest Whitaker. Ação)

00.30 Último Jornal
01.00 Trovão Azul
02.00 Portugal Radical



Jordi Savall, o maestro e compositor catalão bem conhecido dos frequentadores das salas de concerto em Portugal, está no «Artes e Letras» desta semana (Domingo, RTP2)

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
15.00 Adultos à Força
15.55 Doido Por Ti
16.20 Os Duros
(de Jeff Kanew, EUA/1986, com Burt Lancaster, Kirk Douglas, Charles Durning, Eli Wallach, Alexis Smith. Comédia/Policial)
18.30 A Lenda de Guilherme Tell
19.30 Futebol (Campeonato Italiano)
21.15 Directo XXI
22.00 Planeta Portugal
23.00 Benefício da Dúvida
(de Jonathan Heap, EUA/1993, com Donald Sutherland, Amy Irving, Graham Greene, Rider Strong. «Thriller»)
01.00 Salam Bombay!
(de Mira Nair, Índia/Fr./Gr.Br./1990, com Shafiq Syed, Hansa Vithal, Chandra Sharma, Nana Patekar. Drama)

Segunda, 21

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 Clube Paraíso
(de Harold Ramis, EUA/1986, com Robin Williams, Peter O'Toole, Rick Moranis, Jimmy Cliff, Twiggy. Comédia)
17.25 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.35 Cais do Oriente
20.55 Futebol: Farense-Benfica
23.00 Terra Mãe
23.55 Vidas Proibidas (Ballet Rose) (1.º episódio)
00.55 24 Horas
01.45 Juventude Roubada
(de Christopher Leitch, EUA/1996, com Sharon Lawrence, Brian Austin Green, Harley Jane Kozak. Telefilme Dramático)



Estreia finalmente esta semana «Vidas Proibidas - Ballet Rose» - a série de ficção portuguesa com argumento de Moita Flores inspirada num escândalo de exploração sexual do tempo do salazarismo, longamente retida na Televisão pública. A Directora de Programas anuncia-a como «antestrela» da (também longamente «retida») nova grelha da RTP.

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98
14.30 Informação Gestual
15.00 Ciclismo: Volta a Espanha
16.25 Super Esquadra
17.30 Açores (Documentário)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha
21.05 Sarilhos com Elas
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Minha Estação Favorita
(de André Téchiné, Fr./1992, com Catherine Deneuve, Daniel Auteuil, Marthe Villalonga. Ver Destaque)
00.55 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Médico de Família
22.00 Torre Babel
23.20 Jerónimo, Uma Lenda Americana
(de Walter Hill, EUA/1993, com Jason Patric, Robert Duvall, Gene Hackman, Matt Damon, Wes Studi. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
02.05 O Fantasma de Canterville
03.50 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 Protector
(de Bret McCormick, EUA/1996, com Ed Marino, Lee Majors, Cyrill O'Reilly, Kate Rodger. Drama)
00.50 Seinfeld

Terça, 22

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 O Mistério de Agatha
(de Michael Apted, Gr.Br./1979, com Vanessa Redgrave, Dustin Hoffman, Timothy Dalton, Helen Morse. Romântico)
17.35 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Terra Mãe
22.00 Férias de Verão
22.50 Herman 98
00.45 Reportagem: Na Bósnia
01.45 24 Horas
02.45 Rotações

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98
14.30 Informação Gestual
15.00 Ciclismo: Volta a Espanha
16.25 Super Esquadra
17.20 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha
21.05 A Bela Farda Azul
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Minha Estação Favorita
(de André Téchiné, Fr./1992, com Catherine Deneuve, Daniel Auteuil, Marthe Villalonga. Ver Destaque)
00.55 Encontros Imediatos

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Médico de Família
22.00 Torre Babel
23.20 Jerónimo, Uma Lenda Americana
(de Walter Hill, EUA/1993, com Jason Patric, Robert Duvall, Gene Hackman, Matt Damon, Wes Studi. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
02.05 O Fantasma de Canterville
03.50 Vibrações

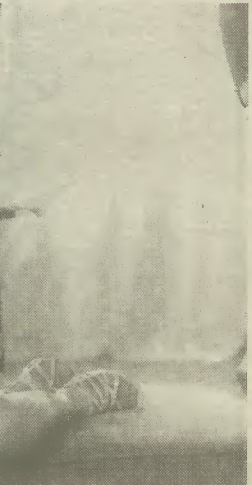
TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Gotti
(de Robert Harmon, EUA/1996, com Armand Assante, William Forsythe, Anthony Quinn. Drama)
00.50 Seinfeld
01.20 Lanterna Mágica
01.55 Ponto Final

Quarta, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Esmeralda
14.20 Consultório
15.40 O Mistério de Agatha
(de Michael Apted, Gr.Br./1979, com Vanessa Redgrave, Dustin Hoffman, Timothy Dalton, Helen Morse. Romântico)
17.35 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 TV Verdade
21.35 Terra Mãe
22.30 O Último Grande Herói
(de John McTiernan/EUA/1992, com Arnold Schwarzenegger, F. Murray Abraham, Art Carney, Charles Dance. Comédia)
00.45 24 Horas
01.35 Escândalo em Hollywood
(de Michael Switzer, EUA/1996,



com Michael Gross, Cindy Pickett, George Segal. Telefilme Dramático)

RTP 2

10.00 Espaço Expo'98
14.30 Informação Gestual
15.00 Ciclismo: Volta a Espanha
16.25 Super Esquadra
17.20 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dois, Li, Tá
19.35 Hugo
20.05 O Fantasma Escritor
20.30 A Nave Vermelha
21.05 Sarilhos com Elas
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Na Fronteira das Emoções
(de Danièle Dubroux, Fr./Suíça/1991, com Danièle Dubroux, David Léotard, André Lussoleil. Drama)
00.30 Musical

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Repetições
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Médico de Família
22.00 Torre Babel
23.20 Jerónimo, Uma Lenda Americana
(de Walter Hill, EUA/1993, com Jason Patric, Robert Duvall, Gene Hackman, Matt Damon, Wes Studi. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
02.05 O Fantasma de Canterville
03.50 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.00 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 Gémeas
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Gotti
(de Robert Harmon, EUA/1996, com Armand Assante, William Forsythe, Anthony Quinn. Drama)
00.50 Seinfeld
01.20 Lanterna Mágica
01.55 Ponto Final



«Verónica» é uma das novas séries de humor da TVI

21.05 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Guerra dos Sexos
(de Ken Kwapis e Marisa Silver, EUA/1991, com Kevin Bacon, Elizabeth Perkins, Sharon Stone, Nathan Lane. Comédia Romântica)
00.40 Satanás e Luxúria

20.30 A Nave Vermelha
21.05 O Riso ao Poder
21.35 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Violação da Privacidade
(de Phillip Noyce, EUA/1993, com Sharon Stone, William Baldwin, Tom Berenger, Martin Landau, Nina Foch. «Thriller»)
00.40 As Teias da Lei

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Torre de Babel
22.00 A Última Chance
23.00 Longe da Multidão
24.00 Último Jornal
00.35 Flash
02.00 Vibrações

SIC

08.00 Buêrére
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.30 Fátima Lopes
16.30 Vidas Cruzadas
17.40 Corpo Dourado
18.50 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.55 As 100 Fotos do Século
21.00 Bom Baio
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.00 Donos da Bola
02.30 Último Jornal
03.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Mr. Frost, O Assassino
(de Philip Seibon, EUA/1991, com Jeff Goldblum, Alan Bates, Kathy Baker, Jean-Pierre Cassel. «Thriller»)
01.30 Seinfeld
02.50 Mente Preversa
(de Carlo Lizzani, It./1995, com Julian Sands, Giuliana De Sio, Erland Josephson. Drama)

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Mulher Perigosa
15.05 Maria José
15.50 Caminhos Cruzados
16.45 Animação
18.10 A Bela e o Monstro
19.00 Pretender
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Máfia
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Intrigas
(de Derek Westervelt, EUA/1995, com James McCaffrey, Polly Draper, John Glover, Leslie Hope. Drama)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final
02.50 Segredo de Guerra
(de Robert Knights, Ir./1988, com Anthony Hopkins, Jean Simmons, Hugh Grant, Trevor Howard. Drama)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO



Deborah Kerr e David Farrar, em «Quando os Sinos Dobram», de Michael Powell-Emeric Pressburger



Joe E. Brown e Jack Lemmon, num das habituais cinfusões de «Quanto Mais Quente Melhor», de Billy Wilder

Por isto e por aquilo...

Quando os Sinos Dobram

(Quinta, 14.40, RTP1)

Realizado pela célebre dupla Michael Powell-Emeric Pressburger e com argumento de um romance de Rumer Godden, este filme dá-nos conta dos problemas de amor, rivalidades e morte que a estação das chuvas traz a uma comunidade de religiosas meio perdida nos confins dos Himalaias. A excelente fotografia de Jack Cardiff valeu-lhe a conquista de um Oscar.

Onda Curta: Charlie Chaplin – Terceira Parte – 1914: O Ano Keystone

(Sábado, 21.00, RTP2)

Eis mais uma série de cinco curtas-metragens impagáveis datadas do ano de 1914, um período no qual o grande comediante trabalhou com Mack Sennet na Keystone: *Charlot Arma em Cupido*, *Charlot e a Sonâmbula*, *Os Ciúmes de Charlot*, *Fatty e Charlot Boxeurs* e *Charlot Dentista*. A não perder!

Quanto Mais Quente Melhor

(Sábado, 23.30, RTP2)

Apanhados como testemunhas involuntárias do célebre massacre do dia de S. Valentim (1929), dois músicos (Joe e Jerry) escapam aos gangsters autores do morticínio da única maneira que a fortuna lhes proporcionou: como membros de uma orquestra feminina em digressão pelo país, em vésperas de

com a mulher e a amante, ambas grávidas! Realizado à maneira das velhas farsas de Hollywood, o filme perde pelo meio, entretanto, algum fôlego, sendo entretanto valorizado por um trio de excelentes intérpretes principais: Dudley Moore, Amy Irving e Ann Reinking.

As Pessoas Normais Não Têm Nada de Especial

(Segunda, 23.50, RTP2)

«Filme de estreia na longa-metragem da jovem cineasta francesa Laurence Ferreira Barbosa, de vaga ascendência portuguesa, que Paulo Branco e Philippe Saal produziram em 1993. Uma bela, comovente e sensível primeira obra sobre a trajetória de uma jovem mulher, absolutamente vulgar, que num hospital psiquiátrico se vai tornar uma espécie de anjo protector dos loucos a quem tenta dar felicidade.» Assim descreve o Boletim de Programas da RTP este filme ainda inédito na televisão portuguesa, primeiro de um ciclo sobre o cinema europeu.

Bodas de Sangue; Carmen; El Amor Brujo

(Segunda, 01.35, SIC)

A «Noite Longa» da SIC é este mês preenchida com a transmissão de três filmes subordinados (pela estação) ao título geral «Noite de Flamenco». O célebre cineasta espanhol Carlos Saura estará em destaque com três das suas melhores obras, todas elas em estreia na televisão portuguesa: *Bodas de Sangue*, um *ballet* adaptado por Antonio Gades a partir da obra de Garcia Lorca; *Carmen*, uma história de tragédia amorosa em que um coreógrafo encenando a adaptação da partitura homónima de Bizet para uma coreografia de bailado se apaixona pela intérprete principal (também com Antonio Gades e, ainda, Laura del Sol nos principais papéis); e *El Amor Brujo*, outra encenação cinematográfica a partir do bailado com música de Manuel de Falla.

A Minha Estação Preferida

(Terça, 22.50, RTP2)

Um irmão e uma irmã, já chegados à maturidade dos quarenta anos, voltam a encontrar-se em virtude da doença da mãe e da morte que se anuncia, uma circunstância que ambos aproveitam para fazer um balanço à vida e traçarem projectos para o futuro – uma vez que, com o desaparecimento da mãe, finalmente chegarão à «idade adulta»... Um filme extremamente sensível e irónico de um cineasta de grande qualidade – André Téchiné – e com interpretações de Catherine Deneuve e Daniel Auteuil.

Jerónimo: Uma Lenda Americana

(Terça, 23.20, SIC)

Uma das maiores tragédias da História dos EUA está bem explícita na questão tão simples que *Jerónimo* se coloca a certa altura deste filme: «Por que razão não há terra que chegue para toda a gente?» Eis uma questão que raramente foi respondida em obras cinematográficas que se tenham debruçado ficcionalmente sobre os longos anos de frio genocídio e roubo de terras a que foram sujeitos

os índios americanos. As referências apontam este filme de Howard Hill (com argumento de John Milius e Larry Gross) como uma tentativa conseguida ao retratar, em paralelo, a evolução das personalidades de dois homens que se combateram sem

tréguas (mas com enorme respeito mútuo): o brigadeiro George Crook e o lendário dirigente da resistência índia *Jerónimo*. Entretanto, face ao que a experiência anterior já nos ensinou, é caso para dizer: só vendo!

CABO & SATÉLITE

Documentários sobre Portugal

Parece que Portugal está mesmo na moda. Oxalá seja, sempre, por boas razões... Esta semana, por duas vezes, o nosso país será objecto de atenções. Tudo começa no *Arte*, na quinta-feira, na série intitulada *Voyages, Voyages*, a transmitir pelas 18 horas. Cinco dias depois, será o Algarve a merecer um documentário inserido na série *Go Portugal*, que vem sendo transmitida pelo canal britânico *Travel*, e que se espera escape aos clichés neste tipo de programas. É na terça-feira às 22 horas. (*Arte*, Quinta, das 18.00 às 18.50; *Travel*, Terça, das 22.00 às 22.30)

travel

romântico e cheio de charme. (TV 5, Quinta, das 19.05 às 20.35)

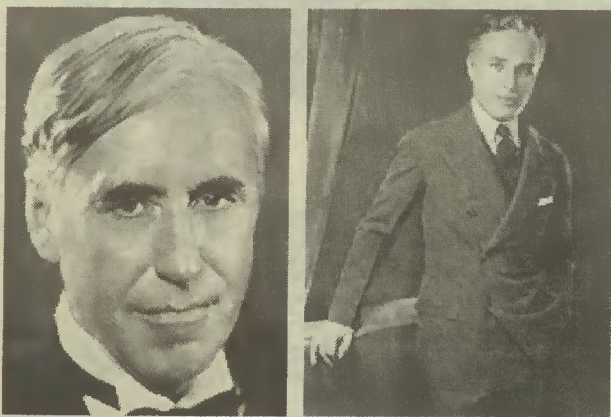


O centenário de Gershwin

É óbvio que um canal exclusivamente dedicado à música, como o *Muzzik*, não poderia ser indiferente à passagem do centenário de George Gershwin. Por isso está a apresentar, em diversos dias e horas, programas dedicados à efeméride, entre os quais um documentário em duas partes – intitulado «*The Gershwin Years*» – cuja primeira será transmitida hoje, entre as 20 e as 21.50. (*Muzzik*, Quinta, das 20.00 às 21.50)

Uma série sobre pintura

Considerada uma série de referência em matéria de documentários sobre arte, começam a ser transmitidos esta semana os quarenta e cinco episódios (de pouco mais de 30 minutos cada) de *Palettes*, realizada por Alain Jaubert. Uma ocasião a não perder, se necessário com o apoio do videogravador. Neste primeiro episódio, o realizador aproveitou uma série de estadias em Veneza para rodar um filme sobre o restauro de um quadro de *Veronese*, numa progressão que vai sendo acompanhada à medida que o processo se completa. (*Arte*, Sexta, das 19.15 às 19.50)



Mack Sennett, o realizador dos filmes de Charlot para a Keystone, e Charlie Chaplin (à época dessa rodagem)

partir para um contrato em Miami. Assim se disfarçam de jovens instrumentistas, mas um dos dois não pode evitar perder-se de amores pela bela e ingénua *Sugar*. Com consequências imprevisíveis! Trata-se, está bem de ver, da celeberrima comédia realizada em finais dos anos 50 por Billy Wilder, ao mesmo tempo uma paródia aos filmes burlescos do cinema mudo (como é a longa e trepidante sequência de perseguição no comboio entre Chicago e Miami) e aos filmes de gangsters dos anos 30, bastando para tal ver-se como ele utiliza actores como George Raft, Pat O'Brien ou Edward G. Robinson. Mas outro elemento de irresistível atracção neste filme, para além da comovente homenagem aos mitos de Hollywood, é a brilhante interpretação de um trio em grande forma: Jack Lemmon, Tony Curtis e, sobretudo, Marilyn Monroe, fabulosa na sua desarmante «ingenuidade»...

Micki e Maude

(Domingo, 13.40, SIC)

Este filme de Blake Edwards conta a história de um homem que se vê em apuros ao ter de contar



Estória de Ratinhos

Um dia destes, a SIC encerrou o seu Jornal da Noite com uma peça acerca de Carlos Massas, dito "o Ratinho". Carlos Massas é o autor, apresentador e protagonista de um programa da TV brasileira, "O Ratinho Livre", que lhe grangeou enorme fama e um proveito que pode ser avaliado pelo seu cachet mensal: cerca de 170 mil contos, segundo a própria SIC. Parece mesmo que o homem é recordista mundial, pois a sua transferência de uma para outra estação foi paga por valor sensivelmente superior aos quatro milhões e meio que os italianos do Milão pagaram ao Barça por Ronaldo.

Ora, como a SIC nos informou e, de resto, já por cá se ia sabendo, o que fez a glória e a fortuna de "O Ratinho" foi a completa falta de escrúpulos no seu trabalho para a televisão: Massas (ele há apelidos predestinados) é, sem dúvida, um perfeitíssimo exemplo da mentalidade pragmatista e sem complexos que é paradigma do neoliberalismo ainda dominante. O que, de facto, significa falta de vergonha, de limites deontológicos, de mínimo sentido de composição social. Como aliás também por cá se sabe, e ainda mais quem acompanhe a programação da SIC, cuja supervedeta na área da realização parece ser, por interessante coincidência, um brasileiro.

Não sei o que levou a SIC a fornecer-nos aquele pedacinho de TV onde se via, além do próprio "Ratinho" (que aliás, no que toca a aparência, não justifica nada o diminutivo e antes dá ares de ratazana), um certo número de momentos do seu "show" com vários excertos de pugilatos, exibição de um homem supostamente grávido como de um fenómeno circense, fragmentos de linguagem não exageradamente recomendável, coisas assim. Tudo enquadrado por um público exuberantemente conquistado, a lembrar-me o público que a SIC recruta para alguns dos seus programas, mas ali em tom maior. Entretanto, a informação "off" ia explicando, entre outras coisas, que Carlos Massas se justifica dizendo que fala como qualquer outro homem, que o apoio do público é que justifica o seu êxito e que se limita a fornecer ao telespectador aquilo de que o espectador gosta. Coisas que também se ouvem por cá.

A confluência

Perante a degradação radical de tudo aquilo, incluindo os alibis invocados, é quase inevitável uma reflexão melancólica não direi que sobre o género humano, mas pelo menos sobre o género humano em sociedade hipermercantilizada e estimulada a consumos rasteiros.

Nem sei se a inclusão daquela jóia informativa no Jornal da Noite não foi decisivamente motivada pelo desejo de, literalmente, fazer ver que, ao pé daquilo, as tropeliazinhas que a SIC se permite são mais próprias de um menino-de-coroa que de uma criança tranquinas. Em todo o caso, não será tanto assim. É certo que no caminho para o tele-egoto, termo último do telelixo em progressão, a SIC está ainda muito atrasada em relação ao "Ratinho Livre". Mas não será de mais adiantar que a dinâmica é a mesma e que, pelo caminho que tem vindo a trilhar, lá chegará.

A questão estará, pois, naquilo a que chamei "a dinâmica" e que pode também ser designada, com adequação, por lógica interna de uma situação concorrencial que visa captar as audiências que um anterior processo de pauperização global, e portanto também cultural, reduziu a diversas misérias. Quer isto dizer que nem as estações que entre si disputam o Carlos Massas, nem a SIC que tem o Ediberto e o Baião como jóias da(s) coroa(s), são o que são porque os seus donos (por exemplo, o dr. Balsemão) são homens

feios, porcos e maus. O caso é outro: é que a concorrência como regra suprema, ao confluir com o poder absoluto do proveito privado e a conse-

quente indiferença pela utilidade social, formam um largo rio que corre em enxurrada e vai formar, na foz, uma espécie de pântano fétido, amplo como o estuário do Amazonas mas, ainda assim ou por isso mesmo, rendável, que é o que interessa.

Neste quadro, que ao contrário do que foi dito na SIC não preocupa só "os intelectuais" mas sim todos os que têm dois grammas de miolos e três dedos de decência, recoloca-se naturalmente a questão do poder privado na TV, hoje aparentemente inquestionável, mas só até um dia. Porque tudo indica que se aproxima um tempo em que toda a TV, isto é, toda a vida em sociedade com inclusão das convicções e das consciências, será condicionada, se não dominada, por ratinhos gordos e pútridos. E, então, qualquer coisa começará a ser insuportável e a estalar.



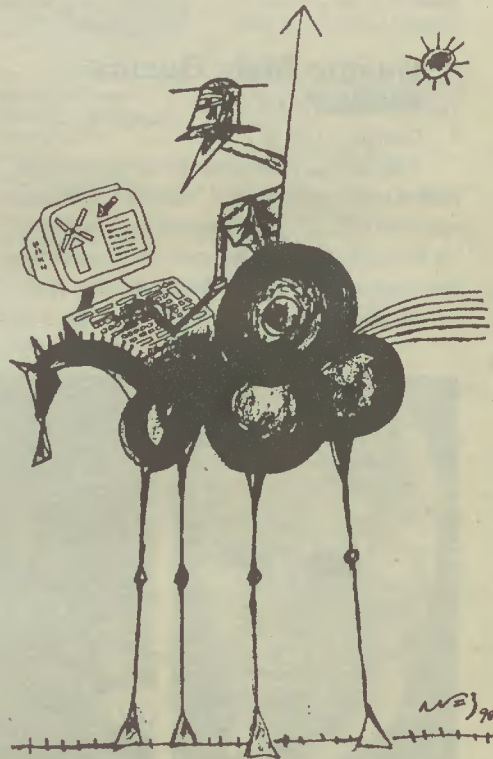
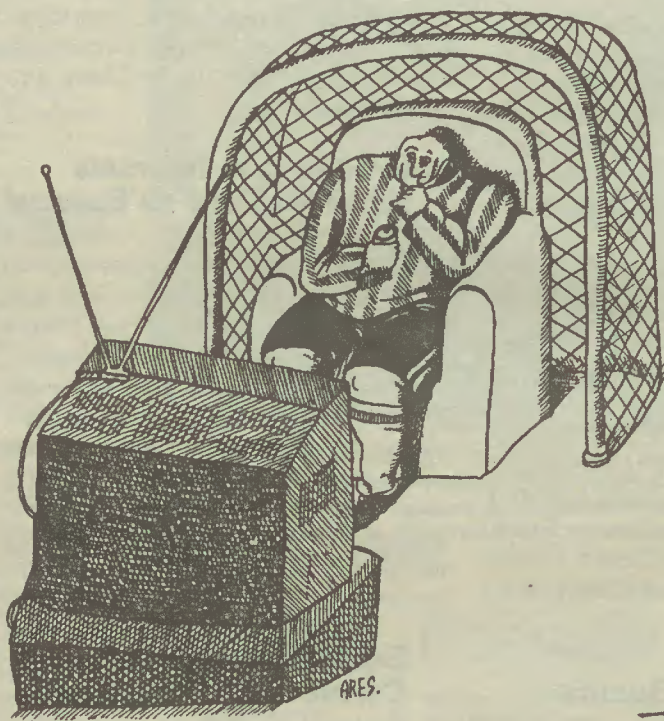
TVISTO

Correia da Fonseca



De Cuba com humor

Uma sociedade viva é uma sociedade com humor. Mesmo quando, por vezes, ele se torna sombrio sob a pressão do desespero. Não será este o caso (o do desespero) que tocará o humor cubano, de que hoje escolhemos alguns exemplos. Estes foram retirados de uma edição muito especial - a do n.º 1 do Suplemento "Dedeté", do semanário "Juventud Rebelde", que acaba de assinalar o seu 30.º aniversário. "Dedeté" promoveu este Verão, em Havana, um salão internacional de humor político. Os desenhos que hoje publicamos são da autoria dos cubanos Laz, Ares, Nuez, Manuel e Lauzán.



ESCAPARATE

CINEMA

60 Anos de Cinema Espanhol

Entre os vários ciclos actualmente a ser apresentados na **Cinemateca Nacional** (R. Barata Salgueiro, Lisboa), particular destaque deverá ir para aquele que é dedicado aos **Sessenta Anos de Cinema Espanhol (1936-1996)**, com uma maioria de títulos que nunca tiveram carreira comercial em Portugal. Por exemplo, para os próximos dias, estão previstos: quinta-feira, 17, às 18 e 30, «**Tristana**» de **Luis Buñuel** (1970); às 21 e 30, «**El Amante Bilingue**» de **Vicente**



«El Sur», de Victor Erice (1983)

Aranda (1993); sexta-feira, 18, às 18 e 30, «**Belle Epoque**» de **Fernando Trueda** (1992); às 21 e 30, «**Angustia**» de **Bigas Luna** (1986); sábado, 19, às 15 e 30, «**Mi Tio Jacinto**» de **Ladislao Vajda** (1956); às 18 e 30, «**El Ultimo Caballo**» de **Edgar Neville** (1950); às 21 e 30, «**Furtivos**» de **José Luis Borau** (1975); segunda-feira, 21, às 18 e 30, «**El Extraño Viaje**» de **Fernando Fernán-Gómez** (1964); e às 21 e 30, «**El Sur**» de **Victor Erice** (1983).

MÚSICA

Encontros ACARTE

Prosseguem até 3 de Outubro na **Fundação Calouste Gulbenkian** os vários espectáculos integrados nos **Encontros ACARTE'98**. Para os próximos dias, o destaque vai para um concerto de **Música Chinesa de Ontem e de Hoje** a realizar no **Grande Auditório** às 21.30 com o **Huaxia Chamber Ensemble**, um conjunto constituído por instrumentos chineses tradicionais. No próximo fim-de-semana, dias 18, 19 e 20, às 21.30, na **Sala Polivalente**, será a vez da pianista **Margaret Leng Tan**, doutorada pela **Julliard School of Music**, apresentar concertos muito peculiares subordinados ao título genérico «**The Art of Toy Piano**», com adaptações de obras de **Beethoven**, **Satie**, **Philip Glass** e dos **Beatles**... pianos de brinquedo.

Serão executadas a **Abertura «Coriolanus» de Beethoven**, o **Concerto Para Violino e Orquestra de Mendelssohn** e a **Sinfonia n.º 4 de Beethoven**.



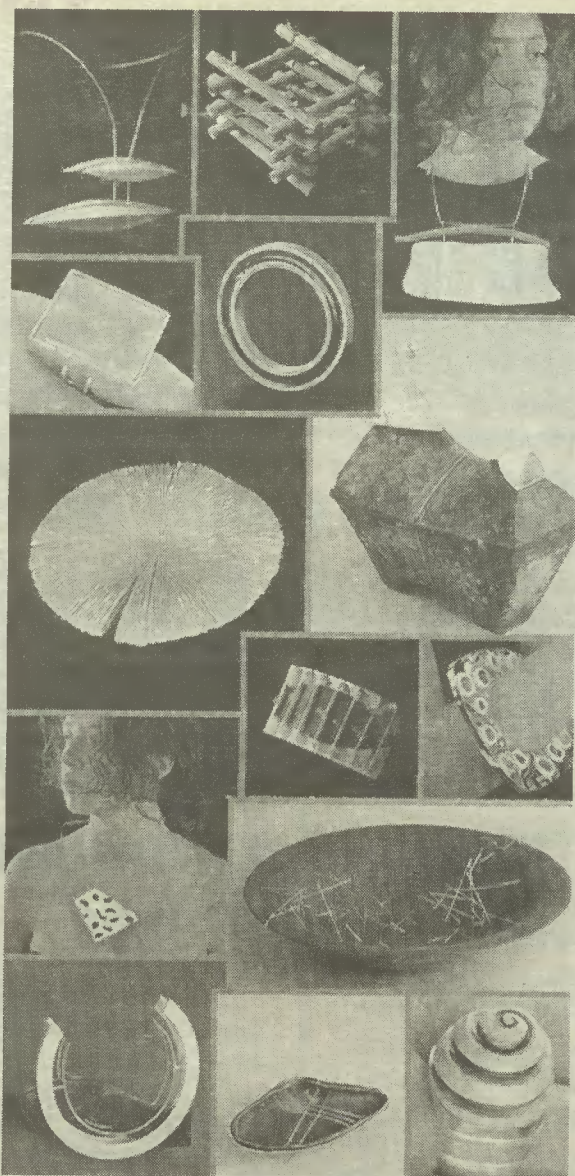
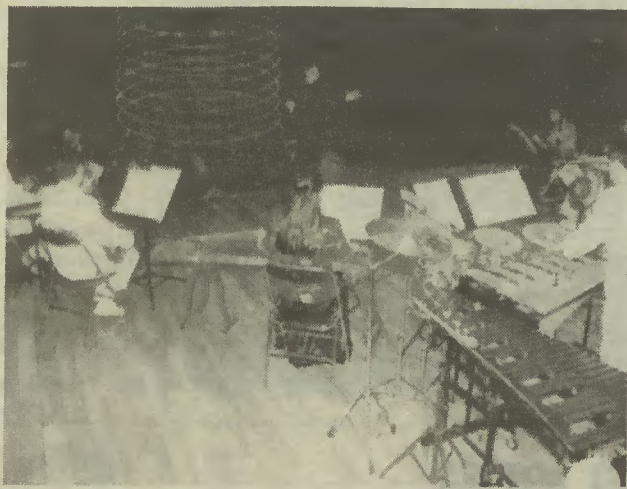
Concurso Internacional de Chefes de Orquestra

Organizada pela **Fundação do Oriente** realiza-se mais uma vez no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém**, na próxima 2.ª-feira pela 21.30, o **Concurso Internacional Para Jovens Chefes de Orquestra, 1998**. Participam neste concurso (que terá a colaboração da **Orquestra Metropolitana de Lisboa**), os maestros **Mazakazu Natsuda** e **Shigeru Kan-no** (Japão), **Danielle Lisboa** e **Fábio Costa** (Brasil), **Xincao Li** e **Herbert Tsang** (República Popular da China) e **Alberto Rodrigues** (Portugal).

TEATRO

Teatro de Moçambique na Malaposta

A **Companhia de Teatro de Moçambique «Gungu»** vai apresentar a partir de hoje e até sábado, às 21.30, dois espectáculos teatrais. Nos primeiros dois dias a peça será «**A Cadeira do Poder**», com direcção geral, texto e encenação de **Gilbert Mendes**, contando-nos a história da luta pelo poder. No sábado, a peça será «**Neptuno**», um espectáculo sobre o racismo numa concepção de **Gilberto Mendes** e **Cândida Bila**, com direcção, texto e encenação de **Gilberto Mendes**.



Exposições para todos os gostos

Multiplicam-se por todo o país exposições de vários géneros e susceptíveis de captar os diversos interesses dos leitores. Por isso neste regresso de «**Escaparate**» damos o nosso merecido destaque a algumas delas. Por exemplo, a partir de hoje e até 18 de Outubro, estará patente na **Galeria Municipal da Casa de Música de Óbidos** uma exposição denominada «**Projecto Cereja**» e constituída por trabalhos de cerâmica em joalheria. Trata-se de uma exposição itinerante de 34 peças criadas por 19 joalheiros e ceramistas que, ao longo de um ano, participaram naquele projecto coordenado pelo **Museu de Cerâmica das Caldas da Rainha** e no qual, segundo as palavras de **Filomeno de Sousa**, director da **Escola de Joalheria Contacto**, se verificou um frutuoso contacto «*entre joalheiros e ceramistas em que nenhuma das partes foi subjugada pela outra, antes sim, trabalharam uma para a outra, ou ainda, numa situação mais perfeita, ambas trabalharam na e para a mesma criação.*»

Em Lisboa, a **Culturgeste** inaugurou ontem uma exposição de **Arman**, uma das mais originais e importantes figuras do mundo das artes plásticas do final do século XX, em co-produção com a **Galerie Nationale du Jeu de Paume** (Paris), o **Wilhelm-Hack-Museum** (Ludwigshafen) e o **Museu de Arte Moderna** (Telavive), com mais de cem obras criadas pelo artista entre 1959 e 1997. Esta exposição estará patente ao público até 6 de Dezembro.

Em Vendas Novas, no **Centro Sócio-Cultural**, no **Espaço de Exposições do Auditório Municipal** e no **Salão Nobre da Escola Prática de Artilharia** foi inaugurada no passado dia 5 e prolongar-se-á até 28 do corrente a **IV Exposição Internacional de Artes Plásticas de Vendas Novas** integrada nas Comemorações da Elevação de Vila Nova a Concelho - exposição que conta com a participação de obras de mais de 250 artistas de várias nacionalidades.

Também a **Câmara Municipal de Montemor-o-Novo** leva a efeito até 2 de Outubro, na **Galeria Municipal**, a exposição «**Foto - Arte - A Regra do Jogo - Naturalismo e Pictorialismo**», organizada pelo **Centro Português de Fotografia**.

Finalmente, será inaugurada no próximo sábado e permanecerá até 30 do corrente junto ao **Parque Catarina Eufémia**, a **10.ª Exposição Internacional de Arte Postal «A Terra»**, numa organização da **Câmara Municipal do Barreiro**, uma exposição única no nosso país regularmente levada a cabo com elevado número de participantes - este ano 504, de 26 países, com 756 trabalhos.

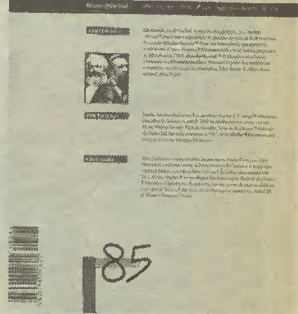
REVISTAS

Vértice

Mais uma vez - e não são de mais as vezes que o assunto é abordado, sobretudo com a seriedade que podemos encontrar nesta - o marxismo vem a lume nos textos que a **Vértice** nos propõe, neste número de Julho-Agosto que agora se encontra em distribuição. Do **Manifesto a O Capital**. O solo de uma unidade, assim titula **José Barata-Moura** o artigo com que se abre o tema. Outros artigos. De **Fernando Oliveira Baptista** - **A Questão Agrária de Karl Kautsky**; Possíveis heterodoxias em economia e marxismo, de **Carlos Pimenta**; Elementos teóricos de futuras prognoses no **Manifesto de 1848**, por **Hernâni Resende**; O **Manifesto Comunista** e a **Dimensão do Facto Cultural**. O papel dos intelectuais na construção da alternativa, de **Vitor Serrão**. E, por fim, um artigo em forma de pergunta «**Marx tinha razão?**», de **René Tapia**.

É claro que a **Vértice** apresenta outros motivos de interesse, nomeadamente literários. E, **Em Estudo**, alguns interessantes ensaios, que vão da história à sociologia.

VÉRTICE



O Professor

Sociedade da Informação, Cultura e Aprendizagem é o tema forte desta edição da revista **O Professor**, dirigida por **Manuela Esteves**, edição que se apresenta com cara nova - nova capa para esta publicação que, interessando sobretudo aos profissionais da pedagogia não deixa de solicitar a atenção de muitos outros leitores. Outros temas «puxados» para a capa, outras tantas sugestões de leitura: As dimensões estéticas em educação visual e tecnologias; Contemporaneidade e Educação; Reflexão sobre a Área da Escola. Colaboram neste número **Aires Diniz**, **Elisabete Silva Oliveira**, **José Pacheco**, **João Soares Santos**, **Manuel Rebelo Ferreira**, **Paulo Guedes**, **Joaquim Martins Junior**, **Iolanda Borges** e **Luís Calafate**, entre outros.

ATALEHE DE FOICE

Diga 33

Alguns de nós andam tão atarefados na ginástica orçamental para garantir o pagamento do empréstimo da casa, das prestações do carro, das contas do tólé, do rol do supermercado, dos livros da escola, do guarda-roupa da estação, das dolorosas da farmácia e do sem-número de bagatelas com que se alimenta o ego e se cria a ilusão de sucesso, que não têm tempo para olhar à volta e ver para além do próprio umbigo. Enredados na teia que a sociedade de consumo tece, tende-se cada vez mais a tomar a parte pelo todo e a confundir aparência com realidade. Instalados no vórtice do consumismo, cada qual sobrevive o melhor que pode e sabe, com a ajuda dos prosac, viágras e quejandos, para dar ao corpo o dinamismo que a alma já não produz, adormecendo à noite com os fogos-fátuos das telenovelas e concursos embrutecedores.

É por isso que as pedradas no charco da calma quotidiana são tão incómodos. Porque vêm lembrar que há cada vez mais umbigos à mostra, literalmente falando, e que a nossa felicidadezinha não passa de um embuste. Foi o que sucedeu há dias com a divulgação do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde se constata de forma insofismável o aumento do fosso entre ricos e pobres, o crescimento das desigualdades e das injustiças, e o perigo real que o consumismo de hoje representa para o futuro a curto prazo.

Se as desigualdades entre países ricos e países pobres são verdadeiramente ofensivas da dignidade humana — as 225 pessoas mais ricas do mundo detêm um rendimento anual igual ao de 47 por cento dos países pobres —, também a crescente pobreza nos países ricos é, no mínimo, escandalosa. Nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) — países ricos como os EUA, Canadá, Grã-Bretanha —, cerca de oito por cento das crianças vivem abaixo do limiar da pobreza, mais de cem milhões de pessoas não dispõem de abrigo, cerca de 200 milhões têm uma esperança de vida que não vai além dos 60 anos. Neste grupo dos mais ricos e desenvolvidos do mundo aumenta sem parar o analfabetismo funcional, mas enquanto as despesas militares, a nível mundial, ascendem a 780 mil milhões de dólares, as despesas com o ensino básico ficam-se pelos 6 mil milhões.

Portugal não foge à regra. Numa altura em que o Governo afirma que o seu programa para a educação está praticamente cumprido, os portugueses, no respeitante à instrução, situam-se dois pontos abaixo da média dos seus pares; no tocante ao produto interno bruto real per capita desceram um ponto; e no que se refere à situação da mulher, mantêm discriminações gritantes: ainda em 1995, as mulheres ganhavam apenas 34,2 por cento de todo o rendimento. Em relação aos parceiros comunitários, com quem os nossos governantes tanto gostam de nos comparar para nos convencerem de que pertencemos ao «pelotão da frente», Portugal consegue a proeza de se situar em último lugar. Mesmo a Grécia, cujo crescimento económico fica aquém do «bom aluno» português, apresenta um melhor nível de vida.

Numa coisa os portugueses ganham aos seus pares: na esperança de vida (74,8 anos contra uma média de 74,2 anos nos países industrializados). Pobrezinhos, mas tesos. Quanto ao mais, lá estamos em 33.º lugar, o que representa uma descida de dois lugares em relação aos dados do ano passado. Uma autêntica performance do oásis guterrista.

O Governo, tão preocupado que anda a pintar-nos a vida de cor-de-rosa, não se pronunciou sobre o assunto. O «picareta falante» engasgou-se no 33.

■ Anabela Fino

FNAM denuncia campanha de mentiras

Na terça-feira passada, a Comissão Executiva da Federação Nacional dos Médicos (FNAM) tomou pela primeira vez «uma posição formal» sobre os «continuados e indignos métodos difamatórios» que vêm sendo contra si utilizados desde a declaração de greve por parte do Sindicato Independente dos Médicos (S.I.M.).

Na conferência de imprensa que para o efeito realizou, a FNAM fundamenta circunstancialmente as principais questões que têm vindo a ser levantadas,

de forma «a não restarem quaisquer dúvidas sobre o tipo de métodos que têm vindo a ser adoptados», rompendo assim o silêncio que decidiu adoptar

enquanto durasse a greve decretada pelo S.I.M..

A FNAM começa por lembrar que o S.I.M. sempre reuniu no Ministério da Saúde com cerca de uma semana de antecedência em relação a si, assumindo compromissos negociais que por vezes condicionaram alguns aspectos reivindicativos. Apesar disso, a FNAM, procurando não evidenciar divergências entre as duas organizações sindicais e chegar rapidamente a uma solução benéfica para a generalidade dos médicos, nunca levantou entraves às decisões acordadas pelo S.I.M.

«Surpreendentemente e contrariando compromissos até aí assumidos», o S.I.M. apresenta a exigência de um aumento de 44% para os médicos inseridos no regime de trabalho das 35h, sem dedicação exclusiva, e, mais uma vez desrespeitando o que anteriormente havia acordado com a FNAM — contactarem-se caso o recurso à greve fosse considerado inevitável por uma destas duas estruturas —, decretou uma greve e desencadeou uma campanha de mentiras, deturpações e manipulação de números e percentagens «sem precedentes no movimento sindical». Parecia, afinal, tratar-se de uma greve dirigida contra a FNAM, acusa.

Curiosa é também, para a FNAM, a súbita preocupação do S.I.M. com os vencimentos dos médicos no regime de 35 h semanais, sem dedicação exclu-

siva, uma vez que estes sempre foram totalmente esquecidos nos acordos que assinou em Dezembro de 1990 e, mais recentemente, em Janeiro de 1997.

A exigência de um aumento de 44%, somente dirigido a uma parte dos médicos, num momento em que os aumentos salariais, no nosso país, se situam na faixa dos 2%, só pode ser explicada, na opinião da FNAM, pela vontade de romper as negociações com o Ministério da Saúde e avançar para uma greve a qualquer custo, banalizando, assim, esta importante forma de luta e desacreditando a própria actividade sindical médica.

Ao assinar este acordo, nunca foi afirmado «que ele resolvia os problemas estruturais do sistema remuneratório dos médicos», lembra a FNAM, para quem o clima de descontentamento que nos últimos anos se tem desenvolvido na classe, «não se deve apenas a questões salariais mas também à degradação contínua das condições de trabalho, do funcionamento e estrutura dos serviços de urgência e ao tipo de medidas que diversos órgãos de gestão das unidades de saúde vêm tomando».

Assegurando que irá manter como objectivo único da sua luta a defesa dos direitos e interesses dos médicos, a FNAM diz, por fim, que todo este processo deve constituir motivo de profunda reflexão para a generalidade dos médicos.

Regionalização campanha pelo SIM avança

Para discutir e preparar a campanha pelo SIM no Referendo de 8 de Novembro sobre a Regionalização, o PCP vai realizar no próximo sábado, no Anfiteatro da Faculdade de Ciências, em Lisboa, uma Reunião Nacional de Quadros que deverá contar com a presença do seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas.

Entretanto, dando andamento a uma campanha de esclarecimento pelo SIM à regionalização, os comunistas começaram já a distribuir um folheto onde colocam «alguns pontos nos is» e onde denunciam «a falta de escrúpulos e a falta de verdade» com que o PSD, CDS/PP e outros partidários do «não» no referendo utilizam, prestando assim «um mau serviço à democracia e ao esclarecimento dos portugueses».

As dúvidas são legítimas, consideram os comunistas, mas o que é «intolerável» é que os partidários do «não» substituam «o debate sereno de ideias por uma argumentação alarmista e demagógica, que ofende a inteligência dos portugueses, abusa da falta de memória e prejudica o esclarecimento necessário.»

O folheto responde assim aos falsos problemas levantados pelas forças defensoras do «não», podendo, quem quiser, ter acesso ao seu conteúdo na página do PCP na INTERNET (<http://www.pcp.pt/>), onde



igualmente se encontra «O essencial sobre a Regionalização - 25 Perguntas com Resposta», brochura elaborada também pelo PCP e dirigida aos seus quadros mais activos.

Por iniciativa dos deputados do PCP PE pronuncia-se sobre incêndios florestais em Portugal

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu apresentaram, no decorrer da sessão plenária que amanhã termina, em Estrasburgo, uma proposta de resolução sobre os incêndios que assolaram Portugal durante os meses de Verão.

A ser aprovada, o texto levará o PE a apelar à Comissão Europeia e ao Conselho «para que tomem as medidas necessárias, sob a forma de disponibilização de ajuda financeira, para fazer face aos prejuízos provocados, à reforestação das áreas ardidas,

bem como o apoio à implementação de medidas preventivas e de combate aos fogos».

Mais adiante lê-se que, «face ao carácter recorrente do fenómeno dos fogos florestais», a Comissão deve «apoiar a implementação, por parte das autoridades nacionais e locais competentes, de medidas que levem à criação de uma floresta ordenada, diversificada e compartimentada, bem como de acções preventivas, tais como a plantação de espécies mais resistentes

aos fogos, abertura de caminhos de acesso, limpeza florestal, e multiplicação de pontos de água».

A proposta apresentada começa por exprimir as condolências do Parlamento às famílias das vítimas e «manifesta o maior apreço pelo desempenho daqueles que combateram os fogos, nomeadamente as corporações de bombeiros».

Tendo em conta que, em determinadas circunstâncias algumas características florestais, nomeadamente o recurso à monocultura, propiciam o alastramento dos fogos, o texto realça «a importância que as opções da Política Agrícola Comum podem ter na prevenção deste tipo de catástrofe, nomeadamente através da rejeição da prática da monocultura que, em Portugal, levou à criação de extensas manchas de eucalipto e pinheiro, aumentado assim a vulnerabilidade dos sistemas silvícolas».

Líder dos Sem Terra candidato a prémio do PE

José Rainha, líder do Movimento dos Sem Terra (MST) que foi recentemente condenado, de forma arbitrária, a 26 anos de prisão, é um dos nomeados para o prémio Sakharov, atribuído anualmente pelo Parlamento Europeu para distinguir entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos.

A inclusão de José Rainha no lote de nomeados resultou de uma iniciativa do Grupo da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL)

do PE, do qual fazem parte os deputados do PCP.

Rainha aderiu ao MST em 1985 depois de ter participado, durante vários anos, em movimentos e organizações que reclamam a realização da reforma agrária no Brasil. Dirigente destacado do movimento, em Junho de 1997 é condenado a 26 anos de prisão, na sequência de uma ocupação de terras que se saldou na morte de um civil e de uma polícia, pela qual foi acusa-

do. O tribunal ignorou numerosos testemunhos que atestavam que, no momento em que se deram estes acontecimentos, Rainha encontrava-se a mais de dois mil quilómetros de distância do local.

Esta iniciativa do GUE/NGL pretende, ao denunciar a injustiça cometida contra José Rainha, projectar a causa dos que, no Brasil, lutam por uma reforma agrária justa e por uma partilha mais equitativa das riquezas do país.

